

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCÍCIO 2010

Rio de Janeiro
Ano: 2011

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2010

Relatório de Gestão apresentado à Controladoria Geral da União e ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e da Resolução TCU 234/2010.

Rio de Janeiro, 30 de Março de 2011.

MARÇO/2011

SUMÁRIO

1-INFORMAÇÕES GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	8
2-INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE, CONSIDERANDO O ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS, BEM COMO AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS CONSUBSTANCIADAS EM PROJETOS E ATIVIDADES, CONTEMPLANDO:	8
a) Responsabilidades institucionais da Unidade	8
I Competência Institucional	8
II Objetivos Estratégicos.....	28
b) Estratégia de Atuação frente às responsabilidades institucionais	29
I Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.....	29
II Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão	33
c) Programas de governo sob responsabilidade da unidade:.....	35
I - Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	35
II - Execução física das ações realizadas pela UJ	37
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro.....	50
I Programação Orçamentária das Despesas	50
II Execução Orçamentária das Despesas	54
III Indicadores Institucionais	58
3-INFORMAÇÕES SOBRE RECOLHIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	112
4-INFORMAÇÕES SOBRE MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	112
5-INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE, CONTEMPLANDO AS SEGUINTE PERSPECTIVAS.....	112
a) Composição do quadro de servidores ativos	112
b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	114
c) Composição do quadro de estagiários	115
d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos	115
e) Locação de mão-de-obra mediante contratos de prestação de serviços.....	116
f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	117
6 – INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES, BEM COMO A TÍTULO DE SUBVENÇÃO AUXÍLIOS OU CONTRIBUIÇÃO	117
7-DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS RESPECTIVAMENTE NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O art. 19 DA LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.	118
8-INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.	122
9-INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:.....	123
a) Ambiente de controle;	123
b) Avaliação de risco;.....	123
c) Procedimentos de controle;	123

d) Informação e Comunicação;.....	123
e) Monitoramento.	123
10-INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 5.940/2006.....	124
11-INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS.....	125
12-INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:	126
a) Planejamento da área;	126
b) Perfil dos recursos humanos envolvidos;	126
c) Segurança da informação;	126
d) Desenvolvimento e produção de sistemas;.....	126
e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.	126
13-INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS NºS 5.355/2005 E 6.370/2008.....	127
14-INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA, CONTENDO DECLARAÇÃO DO GESTOR DE QUE OS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA, BEM COMO DA CONTRAPARTIDA, COMPROVARAM, NO EXERCÍCIO, QUE ESTAVAM EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO AOS PAGAMENTOS DOS TRIBUTOS JUNTOS À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRFB, AO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS E À SEGURIDADE SOCIAL.....	127
15-INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UNIDADE JURISDICIONADA SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO.....	128
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	129
16-INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO.....	129

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APL - Arranjo da Produção Local
BCSAV – Banco Comunitário de Sementes e Adubos Verdes
C F O - Certificado Fitossanitário de Origem
CAPTA – Coordenação de Acompanhamento e Promoção da ter agropecuária
CECAIE – Comissão Estadual de Prevenção e Controle da Anemia Infecciosa Equina
CEDRUS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEF – Caixa Econômica Federal
CIC - Coordenação de Indicação Geográfica
COESAA – Comitê de Sanidade dos Animais Aquáticos
CTCAF – Câmara de Serviço da Agricultura Familiar
DAS – Secretaria de Defesa Agropecuária
DEFTA - Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia Agropecuária
DSN – Departamento de Sanidade Vegetal
DDA – Divisão de Defesa Agropecuária
EEB – Encefalopatia Espongiforme Bovina
EET – Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis
ENDESA – Encontro Nacional de Defesa Sanitária Animal
FFA – Fiscal Federal Agropecuário
IG – Indicação Geográfica
IN – Instrução Normativa
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
NDA – Núcleo de Defesa Agropecuária
OIE – Oficina Internacional de Etisootias
PNCEBP – Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose
PNCRH – Programa Nacional de Raiva dos Herbívoros
PNEFA – Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa
PNESCO – Programa Nacional de Sanidade dos Ovinos e Caprinos
PNSA – Programa Nacional de Sanidade Avícola
PNSAA – Programa Nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos
PNSE – Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos
PNSS – Programa Nacional de Sanidade de Suídeos
PPA – Plano Plurianual
PTU – Permissões de Trânsitos de Vegetais
RDA – Regional de Defesa Agropecuária
SBMT – Sociedade Brasileira de Meteorologia
SEAPPA – Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SFA - Superintendência Federal de Agricultura
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SICONV – Sistema de Acompanhamento de Convênios
SIOR – Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras
SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento
SISBOV – Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeira Produtiva de Bovinos e Bubalinos
SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior
SVA – Serviço de Vigilância Agropecuária
VIGIAGRO – Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES ETC.

1-INFORMAÇÕES GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	8
II Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão	33
c) Programas de governo sob responsabilidade da unidade:.....	35
I - Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	35
II - Execução física das ações realizadas pela UJ	37
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro.....	50
I Programação Orçamentária das Despesas	50
II Execução Orçamentária das Despesas	54
3-INFORMAÇÕES SOBRE RECOLHIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	112
4-INFORMAÇÕES SOBRE MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	112
5-INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE, CONTEMPLANDO AS SEGUINTE PERSPECTIVAS.....	112
a) Composição do quadro de servidores ativos	112
b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	114
c) Composição do quadro de estagiários	115
d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos	115
6 – INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES, BEM COMO A TÍTULO DE SUBVENÇÃO AUXÍLIOS OU CONTRIBUIÇÃO	117
7-DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS RESPECTIVAMENTE NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O art. 19 DA LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.	118
9-INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:.....	123
a) Ambiente de controle;	123
b) Avaliação de risco;.....	123
c) Procedimentos de controle;	123
d) Informação e Comunicação;.....	123
e) Monitoramento.	123
10-INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 5.940/2006.....	124
11-INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS.....	125
12-INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:	126
a) Planejamento da área;	126

b) Perfil dos recursos humanos envolvidos;	126
c) Segurança da informação;	126
d) Desenvolvimento e produção de sistemas;	126
e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.	126
13-INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS NºS 5.355/2005 E 6.370/2008.....	127
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	129
16-INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO.....	129

1-INFORMAÇÕES GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 2780
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro			
Denominação abreviada: SFA-RJ			
Código SIORG: 2780		Código LOA: 22000	Código SIAFI: 130063
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo – Unidade Descentralizada			
Principal Atividade: Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados			Código CNAE: 0161-0
Telefones/Fax de contato:		(021) 2291-4141	(021) 2233-9122
(021) 2253-8182			
Endereço eletrônico: gab-rj@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Av. Rodrigues Alves, 129, CEP 20.081-250, Rio de Janeiro - RJ			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Portaria Ministerial 428 de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010.			

2-INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE, CONSIDERANDO O ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS, BEM COMO AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS CONSUBSTANCIADAS EM PROJETOS E ATIVIDADES, CONTEMPLANDO:

a) Responsabilidades institucionais da Unidade

I Competência Institucional

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro - SFA-RJ é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, e é responsável nesta Unidade da Federação pela execução de atividades e ações de:

- defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;
- fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura;
- assistência técnica e extensão rural;
- infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool;
- administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais;
- planejamento estratégico e planejamento operacional;
- programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;

- qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e
- aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal.

A SFA-RJ possui a seguinte estruturação organizacional:

I - UNIDADES DE ASSISTÊNCIA DIRETA:

- a) Seção de Planejamento e Acompanhamento - SePA/SFA - RJ; e
- b) Seção de Apoio Operacional e Divulgação - SAOD/SFA - RJ;

II - UNIDADES CENTRAIS DE EXECUÇÃO FINALÍSTICA:

- a) Divisão de Defesa Agropecuária - DDA/SFA - RJ;
 - 1. Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA/DDA/SFA - RJ;
 - 2. Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV/DDA/SFA - RJ; e
 - 3. Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG/DDA/SFA - RJ;
- b) Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG/SFA - RJ;
 - 1. Seção de Suporte Agropecuário - SeSAG/DPAG/SFA - RJ;

III - UNIDADES DESCENTRALIZADAS DE EXECUÇÃO FINALÍSTICA:

- a) Serviço de Vigilância Agropecuária - SVA/Porto/DDA/SFA - RJ;
- b) Serviço de Vigilância Agropecuária - SVA/Aeroporto/DDA/SFA - RJ

IV - UNIDADES DE APOIO OPERACIONAL:

- a) Divisão de Apoio Administrativo - DAD/SFA - RJ;
 - 1. Seção de Atividades Gerais - SAG/DAD / SFA - RJ;
 - 1.1. Setor de Manutenção Predial - SMAP/ SAG /SFA - RJ;
 - 2. Setor de Compras e Contratos - SCC/ DAD/ SFA - RJ;
 - 3. Setor de Material e Patrimônio - SMP/DAD / SFA-RJ;
 - 4. Setor de Protocolo - SPR/ DAD / SFA - RJ;
 - 5. Setor de Transporte - STR/ DAD/ SFA - RJ;
 - 6. Serviço de Gestão de Pessoas - SGP/ DAD/SFA - RJ;
 - 7. Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/DAD/SFA - RJ; e

Art. 13 À Seção de Planejamento e Acompanhamento compete:

I - promover o processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA, quanto à:

- a) orientação do planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos componentes das estratégias; e
- b) atualização de instrumentos de apoio à gestão estratégica, especialmente, indicadores de desempenho e projetos estratégicos;

II - promover o processo de gestão operacional, quanto à:

- a) internalização do Plano Plurianual;
- b) orientação e acompanhamento de:

1. execução das ações (projetos e atividades) constantes do Plano Plurianual, inclusive daquelas que foram delegadas, bem como avaliação de desempenho, com base nos relatórios emitidos pelos sistemas de acompanhamento e de controle físico, orçamentário e financeiro; e

2. elaboração e consolidação do plano operativo anual, da programação físico-orçamentária;

c) orientação para desenvolvimento e inovação organizacionais, incluindo a melhoria contínua dos processos de trabalho;

d) execução, acompanhamento e avaliação do Programa Nacional de Gestão Pública, com realização periódica de pesquisa para aferir a satisfação dos usuários, internos e externos, em relação aos serviços prestados, especialmente sobre a qualidade do atendimento;

e) orientação para avaliação e revisão de indicadores de desempenho e demais instrumentos de gestão interna;

III - elaborar relatórios, periódicos e anuais, referentes à programação e ao monitoramento das execuções das ações, inclusive nos aspectos físico-orçamentário e financeiro;

IV - apoiar a realização dos levantamentos, prognósticos, diagnósticos e estudos relativos ao setor agropecuário, na Unidade da Federação, para apoiar as ações do MAPA;

V - acompanhar auditorias técnico-fiscais e operacionais relacionadas às programações físico-financeiras das ações desempenhadas por:

a) unidades administrativas executoras das atividades de defesa, inspeção e fiscalização, vigilância e desenvolvimento agropecuários,

bem como demais atividades voltadas ao agronegócio;

b) instâncias intermediárias e locais do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária; e

c) órgãos estaduais e municipais, bem como, entidades privadas, executores de ações delegadas pelo MAPA; e

VI - consolidar dados e compor o Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 14 A Seção de Apoio Operacional e Divulgação compete:

I - promover o processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA, quanto a apoiar o titular da SFA/MAPA nas atividades de:

a) agenda de trabalho, cerimonial, despachos e representação institucional; e

b) relacionamento com imprensa e promoção institucional;

II - promover atividades de comunicação visual;

III - auxiliar na divulgação de notícias e informações, bem como distribuir publicações e material audiovisual para os parceiros do agronegócio;

IV - receber e adequar as informações das demais unidades administrativas e encaminhá-las ao órgão setorial de comunicação de governo para divulgação;

V - manter atualizado cadastro de autoridades do setor público, em todas as esferas, e de instituições relacionadas às competências da SFA/MAPA;

VI - providenciar a publicação de portarias, instruções, ordens de serviço e outros atos administrativos, observadas as instâncias de competências e orientações normativas dos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA;

VII - coordenar e executar as atividades inerentes à tecnologia da informática no âmbito da SFA/MAPA; e

VIII - consolidar dados e compor o Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Seção II
Das Unidades Centrais de Execução Finalística

Art. 15 À Divisão de Defesa Agropecuária compete:

I - coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades de:

- a) vigilância zoossanitária e fitossanitária;
- b) prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais;
- c) fiscalização do trânsito internacional de animais vivos, de vegetais e partes de vegetais, de produtos de origem animal e vegetal, de insumos agropecuários e de materiais biológicos de uso na agropecuária;
- d) educação sanitária para defesa agropecuária;
- e) fiscalização da produção, importação, exportação e comercialização de corretivos, fertilizantes, inoculantes e biofertilizantes, de agrotóxicos, seus componentes e afins, de sementes e mudas, de produtos de uso veterinário, de alimentos para animais, de sêmen animal e de embriões de animais, bem como dos respectivos estabelecimentos produtores, fabricantes, fracionadores, processadores, manipuladores ou beneficiadores;
- f) fiscalização de estabelecimentos rurais em que tenham sido constatadas violações ao uso de produtos e ou substâncias controladas e monitoradas, em produtos de origem animal ou vegetal;
- g) fiscalização e controle da classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico;
- h) fiscalização de produtos e atividades com organismos geneticamente modificados de uso na agricultura e pecuária;
- i) controle das execuções dos convênios, ajustes, acordos e contratos relativos à defesa agropecuária e das auditorias técnico-fiscais e operacionais realizadas;
- j) cadastro, registro e certificação dos produtos relacionados à defesa agropecuária e dos estabelecimentos que os fabricam, processam, fracionam, manipulam ou importam;
- k) habilitação de profissionais sem vínculo com a administração pública federal para a emissão de certificados sanitários e fitossanitários;

II - implementar a operacionalização de:

- a) ações demandadas pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e pelos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos de Origem Animal, de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, de Insumos Agrícolas e de Insumos Pecuários;
- b) coleta e transmissão das informações e dados sobre defesa agropecuária;
- c) mecanismos para liberação de autorizações prévias para importação e exportação de animais e produtos de origem animal e vegetal; e
- d) mecanismo alimentador do sistema integrado de cobrança de multas e taxas;

III - manter articulações com órgãos públicos que exercem atividades de defesa agropecuária, respeitada a subordinação hierárquico-administrativa;

IV - participar da elaboração de indicadores de desempenho institucional e operacional;

V - programar e promover auditorias técnicas e operacionais das atividades desempenhadas pelas unidades administrativas hierarquicamente subordinadas;

VI - coordenar e acompanhar os detalhamentos e execuções dos Planos Operativos Anuais, consoante diretrizes específicas da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA;

VII - implementar mecanismos de articulação técnico-administrativa com as demais unidades técnico-administrativas da SFA/MAPA, com vistas a assegurar o cumprimento das programações das ações de defesa agropecuária;

VIII - promover e propor a organização, bem assim coordenar, apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em eventos e colegiados, inclusive fóruns e comissões regionais, estaduais e municipais, relacionados às atividades de competência;

IX - consolidar dados específicos e emitir relatórios das atividades de defesa agropecuária desempenhadas, e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da Superintendência Federal;

X - planejar, orientar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de interesse da defesa agropecuária; e

XI - propor, em articulação com os Serviços de Planejamento e Acompanhamento ou as Seções de Planejamento e Acompanhamento, os indicadores de desempenho operacional da defesa agropecuária.

Art. 22 Ao Serviço de Inspeção e Saúde Animal compete programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de inspeção de produtos de origem animal e de saúde animal.

Parágrafo único. As atividades especificadas no *caput* deste artigo ficam referenciadas pelas disposições contidas nos artigos 16 e 18 deste Regimento Interno.

Art. 16 Ao Serviço de Saúde Animal compete:

I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:

- a) vigilância sanitária e epidemiológica;
- b) prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais;
- c) emissão de certificado sanitário internacional para a exportação de animais vivos, material genético de animais (sêmen, embriões, óvulos, ovos férteis de aves), produtos de origem animal, material biológico ou patológico de interesse veterinário, observados os requisitos estabelecidos pelo país importador;
- d) autorização de importação para animais vivos e de material genético de animais, observados os requisitos estabelecidos pelo MAPA;
- e) anuência de importação de produtos de origem animal, material biológico ou patológico de interesse veterinário, observados os requisitos estabelecidos pelo MAPA;
- f) aplicação de medidas de defesa sanitária animal, com vistas a evitar disseminação de doenças;
- g) educação sanitária;
- h) auditorias técnico-fiscal e operacional de campanhas sanitárias;
- i) cadastro, habilitação e capacitação de médicos veterinários sem vínculo com a administração pública, para a execução de atividades de saúde animal;
- j) inquéritos epidemiológicos; e
- k) rastreabilidade animal;

II - orientar e acompanhar:

- a) aplicação das normas sanitárias que disciplinam o trânsito interestadual e internacional de animais e a realização de exposições, feiras, leilões, e outras aglomerações de animais;
- b) realização de exames laboratoriais, tratamentos e vacinações, para fins de expedição dos certificados sanitários internacionais de origem, na exportação de animais vivos, de sêmen animal, de embriões de animais e de ovos férteis de aves;
- c) emissão de certificados sanitários para exportação de animais vivos e produtos de origem animal, na forma da legislação; e
- d) bem-estar animal, quanto aos aspectos de saúde e no transporte por qualquer meio;

III - coletar, processar e manter os dados do sistema de informações sanitárias e epidemiológicas;

IV - orientar, acompanhar, controlar e proceder a supervisões das atividades de defesa sanitária animal executadas pelos médicos veterinários particulares, previamente habilitados;

V - orientar, controlar e auditar execuções de convênios, ajustes, acordos, contratos e demais instrumentos de parceria voltados à defesa sanitária animal, emitindo parecer técnico sobre o trabalho realizado;

VI - propor e acompanhar realização da quarentena de animais;

VII - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades de fiscalização desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência;

VIII - elaborar plano operativo anual das ações de defesa sanitária, conforme orientação técnica do Departamento de Saúde Animal, da SDA/MAPA;

IX - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de suas atividades;

X - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às atividades de competência;

XI - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais; e

XII - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 18 Ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal compete:

I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:

- a) inspeção *ante-mortem* e *post-mortem* de animais de açougue;
- b) inspeção higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que procedem ao abate de animais de açougue e que industrializam, beneficiam, manipulam, fracionam e embalam matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, destinados ao comércio interestadual e internacional;
- c) fiscalização da classificação de matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, bem como da tipificação de carcaças;
- d) inspeção higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal, inclusive resíduos de valor econômico, destinados ao comércio interestadual e internacional;
- e) reinspeção e fiscalização de produtos de origem animal no comércio varejista e atacadista, quando couber;
- e
- f) apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes;

II - orientar, controlar e auditar os acordos e convênios firmados com os governos estaduais e municipais, quanto à execução da inspeção sanitária de produtos de origem animal;

III - promover, orientar, e controlar a emissão de certificados, quando destinados ao comércio interestadual ou internacional de produtos e derivados de origem animal processados em estabelecimentos registrados;

IV - instruir processos para fins de registro e apresentar pareceres conclusivos sobre:

- a) produtos, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico de origem animal; e
- b) estabelecimentos industriais, manipuladores, fracionadores, importadores e exportadores de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de origem animal;

V - colher amostras de produtos, subprodutos, derivados, resíduos e materiais de valor econômico de origem animal, para fins de análise fiscal, controle e registro;

VI - subsidiar levantamento de necessidades e desenvolver programações de treinamento e formação de pessoal técnico para o desempenho de atividades relacionadas à tipificação de carcaças e à classificação de animais e de produtos de origem animal;

VII - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais;

VIII - acompanhar, orientar e realizar supervisões e auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades de inspeção de produtos de origem animal desempenhadas junto aos estabelecimentos que abatem animais, industrializam, beneficiam, manipulam, fracionam e embalam matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal;

IX - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades da inspeção sanitária de produtos de origem animal desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência;

X - coletar, processar e manter os dados quantitativos e qualitativos, necessários à alimentação dos sistemas de informações relativos às atividades de inspeção e fiscalização de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico de origem animal;

XI - coleta de amostras de monitoramento e investigação de violações referentes ao controle de resíduos e contaminantes;

XII - elaborar plano operativo anual das ações de inspeção de produtos de origem animal, conforme orientação técnica do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, da SDA/ MAPA;

XIII - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de suas atividades;

XIV - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às atividades de competência; e

XV - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 23 Ao Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal compete: programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de inspeção de produtos de origem vegetal e de sanidade vegetal.

Parágrafo único. As atividades especificadas no *caput* deste artigo ficam referenciadas pelas disposições contidas nos artigos 17 e 19 deste Regimento Interno.

Art. 17 Ao Serviço de Sanidade Vegetal compete:

I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:

- a) vigilância fitossanitária;
- b) prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais;
- c) aplicação das medidas de defesa fitossanitária, com vistas a evitar a disseminação de pragas dos vegetais;
- d) educação fitossanitária;
- e) fiscalização das atividades relacionadas aos organismos geneticamente modificados, em articulação com o SEFIA, SIFISV e SEFAG/DDA; e
- f) acompanhamento das atividades e realização de auditorias técnico-fiscais e operacionais relacionadas com centros colaboradores e estações quarentenárias.

II - orientar e acompanhar:

a) a aplicação das normas sanitárias que disciplinam:

- 1. importação e exportação de vegetais, partes de vegetais, produtos e subprodutos de origem vegetal e de suas embalagens; e
- 2. fiscalização do trânsito interestadual e internacional de vegetais, partes de vegetais e de produtos e subprodutos de origem vegetal, quando da ocorrência de pragas na região de origem;

- b) articulação para a instalação de barreiras fitossanitárias, quando da ocorrência de pragas na região de origem, assim como, definir as rotas para o trânsito interestadual por produto;
- c) emissão de certificados específicos e permissões de trânsito;
- d) análise e instrução de processo de credenciamento de:

1. profissional, sem vínculo com a administração pública, para a execução de atividades fitossanitárias, bem como proceder ao específico cadastramento; e 2. centro colaborador e estação quarentenária;

e) cadastro, habilitação e capacitação de profissionais específicos, sem vínculo com a administração pública, para execução de atividades de sanidade vegetal;

f) atividades de defesa fitossanitária executadas pelos profissionais credenciados, e

g) apoio técnico para estabelecimento de áreas e locais livres de pragas, áreas de baixa prevalência de pragas e sistemas de medidas integradas de manejo de risco de pragas;

III - orientar, acompanhar, controlar e auditar a execução de:

- a) acordos bilaterais referentes aos programas de exportação; e
- b) convênios, ajustes, acordos, contratos e demais instrumentos de parcerias voltados à defesa sanitária vegetal;

IV - cadastrar, registrar e fiscalizar propriedades rurais e empresas exportadoras que tenham aderido aos programas de exportação cancelados pelo MAPA;

V - coletar, processar e manter atualizados os dados do Sistema Nacional de Informação Fitossanitária, no âmbito regional;

VI - executar as atividades do Sistema Nacional de Avisos Fitossanitários, no âmbito da região;

VII - indicar a quarentena de vegetais e acompanhar a sua execução;

VIII - promover a execução de campanha fitossanitária;

IX - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às suas atividades;

X - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais;

XI - elaborar plano operativo anual das ações de sanidade vegetal, conforme orientação técnica do Departamento de Sanidade Vegetal, da SDA/MAPA;

XII - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de suas atividades;

XIII - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às atividades de competência; e

XIV - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 19 Ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal compete:

I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:

- a) fiscalização e supervisão técnica da classificação de matérias-primas, produtos e subprodutos e derivados de origem vegetal;
- b) inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e vinagres, inclusive os estabelecimentos cadastrados como importadores de vinhos estrangeiros e derivados da uva e do vinho para o mercado nacional;
- c) controle higiênico-sanitário dos produtos vegetais oriundos da produção interna, da importação e destinados à exportação;
- d) coleta de amostras de monitoramento e investigação de violações referentes ao controle de resíduos e contaminantes; e
- e) apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes;

II - orientar, acompanhar e auditar:

- a) atividades de inspeção e fiscalização de vinhos, de derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres e de classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico, de competência estadual outorgada pela legislação específica; e
- b) acordos e convênios firmados com os governos estaduais e municipais, quanto à execução da inspeção de produtos e derivados de origem vegetal e da classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico;

III - emitir pareceres e proceder aos registros de:

- a) vinhos, bebidas, vinagres e fermentados acéticos;
- b) produtos, subprodutos, matérias-primas, derivados e resíduos de valor econômico de origem vegetal;
- c) estabelecimentos industriais, manipuladores, fracionadores, embaladores, processadores, importadores e exportadores de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de origem vegetal; e
- d) pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, envolvidas na classificação vegetal;

IV - colher amostras de derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres e de produtos vegetais, subprodutos, derivados, matérias-primas, resíduos e materiais de valor econômico de origem vegetal para fins de análise fiscal e de controle de resíduos e contaminantes;

V - estudar e propor alterações de padrões e especificações de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico;

VI - opinar, emitindo pareceres, sobre pedidos de credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, para execução de atividades da classificação de produtos de origem vegetal;

VII - subsidiar levantamento de necessidades e desenvolver programações de treinamento e formação de classificadores de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico;

VIII - acompanhar, orientar e auditar as entidades certificadoras de produtos de origem vegetal credenciadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

IX - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais;

X - acompanhar, orientar e realizar supervisões e auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades de inspeção de produtos de origem vegetal desempenhadas junto aos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e vinagres, bem como embalam, processam, industrializam, importam, exportam ou classificam produtos, matérias-primas, derivados e subprodutos de origem vegetal;

XI - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relativas às atividades de inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal;

XII - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades da inspeção sanitária de produtos de origem vegetal desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência;

XIII - elaborar plano operativo anual das ações de inspeção de produtos de origem vegetal, conforme orientação técnica do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, da SDA/ MAPA;

XIV - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de atividades de competência;

XV - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às respectivas competências; e

XVI - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 24 Ao Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários compete programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de fiscalização de insumos pecuários e de fiscalização de insumos agrícolas.

Parágrafo único. As atividades especificadas no *caput* deste artigo ficam referenciadas pelas disposições contidas nos artigos 20 e 21 deste Regimento Interno.

Art. 20 Ao Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários compete:

I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de fiscalização e inspeção de insumos pecuários, relativas:

- a) à produção, importação e exportação de produtos de uso veterinário; e
- b) à produção, importação e exportação de produtos destinados à alimentação animal;
- c) à produção, comércio, importação e exportação de material genético animal; e
- d) à prestação de serviços de reprodução animal e de inseminação artificial.

II - emitir pareceres para registros de:

- a) estabelecimentos fabricantes, fracionadores, processadores, importadores e exportadores de produtos de uso veterinário, de produtos destinados à alimentação animal, e de material genético animal, bem como realizar os respectivos registros e renovações de licenças quando couber; e
- b) produtos de uso veterinário, de produtos destinados à alimentação animal e de material genético animal, bem como realizar os respectivos registros e renovações das licenças, quando couber;

III - proceder à investigação em estabelecimentos rurais que cometem violações ao uso de drogas e substâncias controladas e monitoradas em produtos de origem animal;

IV - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais;

V - coletar, processar e manter as informações relativas às atividades de fiscalização de produtos de uso veterinário, de produtos destinados à alimentação animal e de material genético animal;

VI - analisar pedidos e autorizar as importações e exportações de produtos de uso veterinário, produtos destinados à alimentação animal e de material genético animal, quando couber;

VII - expedir Declaração de Conformidade para exportação de produtos destinados à alimentação animal, com vistas à emissão de certificado sanitário internacional ou certificado fitossanitário pelo SVA/DDA, consoante os requisitos estabelecidos pelo país importador;

VIII - expedir Declaração de Livre Venda para exportação de produtos destinados à alimentação animal, consoante os requisitos estabelecidos pelo país importador;

IX - elaborar plano operativo anual de fiscalização de insumos pecuários, conforme orientação técnica da SDA/MAPA;

X - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas;

XI - acompanhar e realizar auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades de fiscalização do comércio de produtos de uso veterinário, produtos destinados à alimentação animal e de material genético animal;

XII - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades de fiscalização de insumos pecuários desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência;

XIII - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às atividades de competência; e

XIV - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 21 Ao Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas compete:

I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de fiscalização e inspeção de insumos agrícolas, relativas à:

a) produção, importação e exportação de agrotóxicos e afins;

b) produção, comercialização, importação e exportação de fertilizantes, corretivos e inoculantes e biofertilizantes;

c) produção, certificação, comercialização, utilização, importação e exportação de sementes e mudas; e

d) pesquisa, produção, utilização, comercialização e importação de organismo geneticamente modificado, em articulação com as demais unidades administrativas da SFA/MAPA;

II - inscrever, no Registro Nacional de Sementes e Mudanças - RENASEM, as pessoas físicas e jurídicas que exercem as atividades de produção, beneficiamento, reembalagem, armazenamento e comércio de sementes e mudas;

III - credenciar, junto ao RENASEM, as pessoas físicas e jurídicas para exercerem as atividades de responsável técnico, entidade de certificação de sementes e mudas, certificador de sementes ou mudas de produção própria, laboratório de análise de sementes e mudas e de amostrador de sementes e mudas;

IV - emitir pareceres e proceder aos registros de:

a) estabelecimentos produtores, comerciantes, importadores e exportadores de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes; e

b) produtos fertilizantes, corretivos e inoculantes;

V - cadastrar empresas fornecedoras de matérias-primas para a fabricação de produtos e as prestadoras de serviços de acondicionamento, armazenamento e de análises laboratoriais de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes;

VI - autorizar as importações e exportações de insumos agrícolas quando couber;

VII - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais;

VIII - acompanhar, orientar e realizar auditorias técnicas e operacionais das atividades de fiscalização de insumos agrícolas desempenhadas junto aos:

a) estabelecimentos que produzem, importam e exportam agrotóxicos e afins;

b) estabelecimentos que produzem, comercializam, importam e exportam fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes e aos prestadores de serviços de acondicionamento e armazenamento desses produtos; e

c) pessoas físicas e jurídicas que produzem, beneficiam, certificam, embalam, armazenam e comercializam sementes e mudas;

IX - coletar, processar e manter os dados quantitativos ou qualitativos dos sistemas de informações relativos às atividades de fiscalização;

X - elaborar plano operativo anual de fiscalização de insumos agrícolas, conforme orientação técnica da SDA/MAPA;

XI - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas;

XII - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades de fiscalização de insumos pecuários desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência;

XIII - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às respectivas competências; e

XIV - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão Anual da SFA/MAPA.

Art. 27 Às Divisões de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário compete:

I - promover, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário, em especial:

a) inovação e uso da propriedade intelectual no agronegócio, especialmente em:

1. indicação geográfica de produtos de origem agropecuária; e
2. marcas coletivas e marcas de certificação no agronegócio;

b) proteção de cultivares;

c) intercâmbio, conservação e uso sustentável de recursos genéticos;

d) agroecologia e sistemas orgânicos de produção agropecuária;

e) sistemas agropecuários de produção integrada;

f) proteção, manejo e conservação do solo e da água;

g) cooperativismo e associativismo rural;

- h) assistência técnica, extensão rural e iniciativas ou processos inovadores de transferência de tecnologia;
- i) infraestrutura rural e logística da produção e comercialização agropecuária;
- j) fomento agropecuário sustentável, inclusive da heveicultura;
- k) novos produtos e estímulo aos processos de agregação de valor e de agroindustrialização;
- l) agricultura irrigada;
- m) recuperação de áreas de agricultura e de pastagens degradadas;
- n) preservação, conservação e proteção do patrimônio genético e melhoramento das espécies vegetais e animais;
- o) boas práticas agropecuárias, bem-estar animal e manejo zootécnico;
- p) sistemas de integração de lavoura, pecuária e floresta;
- q) apoio às iniciativas, projetos e ações voltadas ao fomento da agricultura de precisão e da biotecnologia agropecuária;
- r) florestas plantadas;
- s) exposições, leilões, feiras agropecuárias; e
- t) agricultura de precisão;

II - orientar a elaboração de propostas, analisar, acompanhar e proceder à fiscalização da execução do plano de trabalho de convênios, contratos e demais instrumentos de parceria, por órgãos e entidades públicas e privadas voltados ao desenvolvimento agropecuário e ao cooperativismo e associativismo rural, inclusive de repasses financeiros e, ainda, orientar a prestação de contas;

III - orientar, acompanhar, controlar, fiscalizar e auditar as atividades relacionadas com:

- a) registro genealógico, incluindo provas zootécnicas e avaliações genéticas;
- b) competições e demais atividades turfísticas e hípcas;
- c) credenciamento de Organismos de Avaliação da Conformidade - OAC;
- d) cadastramento de Organismos de Controle Social - OCS, na venda direta de produtos orgânicos sem certificação;
- e) atividades do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica - SISORG;
- f) dados e estatísticas das atividades relacionadas aos sistemas de produção orgânica;
- g) mecanização e aviação agrícola;

IV - estimular a organização do setor agropecuário, em especial, a implantação de:

- a) cooperativas e instituições associativas rurais;
- b) cadeias produtivas do agronegócio;
- c) empresas e produtores de sementes e mudas;
- d) empresas, organizações e iniciativas voltadas à assistência técnica, extensão rural e transferência de tecnologia, inclusive o credenciamento de profissionais, autônomos ou não;
- e) empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários; e
- f) certificação relacionada à produção e comercialização agropecuária;

V - promover, em articulação com as cadeias produtivas, propostas de alterações de padrões e especificações de produtos agropecuários;

VI - executar, bem como orientar, acompanhar e fiscalizar a execução quando for o caso, das atividades de:

- a) implementação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica e do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica; e
- b) desenvolvimento dos sistemas orgânicos de produção agropecuária;

VII - implementar e coordenar a Comissão da Produção Orgânica, na Unidade da Federação;

VIII - implementar, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas às políticas de crédito e investimentos públicos e à produção e comercialização agropecuária, especialmente voltadas para:

- a) cafés, inclusive gestão dos armazéns e estoques sob guarda do MAPA;
- b) cana-de-açúcar, açúcar, álcool e demais produtos da agroenergia;
- c) monitoramento das informações de produção, comercialização e estoques de açúcar e etanol, para subsidiar as respectivas políticas;
- d) crédito rural;
- e) zoneamento agropecuário, e seguro rural, inclusive o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO;
- f) estoques públicos;
- g) segurança alimentar; e
- h) promoção do agronegócio brasileiro com vistas à divulgação internacional;

IX - promover levantamentos, prognósticos, diagnósticos e estudos relativos ao setor agropecuário, na Unidade da Federação, visando apoiar as ações do desenvolvimento agropecuário;

X - participar das comissões regionais, estaduais e municipais de conservação do solo e da água, bem como de sementes e mudas;

XI - instruir processos administrativos decorrentes de infração aos dispositivos legais;

XII - elaborar Plano Operativo Anual de Desenvolvimento Agropecuário, conforme diretrizes da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo e orientações técnicas da SDC/MAPA;

XIII - executar, bem como orientar e acompanhar a execução, quando for o caso, em articulação com as cadeias produtivas e conforme diretrizes específicas, atividades de promoção do agronegócio brasileiro com vistas à divulgação internacional;

XIV - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções físicas das ações específicas;

XV - promover e propor a organização, bem como coordenar, apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em eventos e colegiados, inclusive fóruns e comissões regionais, estaduais e municipais relacionados às atividades de competência;

XVI - consolidar dados específicos e emitir relatórios das atividades de política, produção e desenvolvimento agropecuários desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da Superintendência Federal;

XVII - planejar, orientar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no que diz respeito às atividades de competência; e

XVIII - propor, em articulação com o Serviço de Planejamento e Acompanhamento ou Seção de Planejamento e Acompanhamento, os indicadores de desempenho operacional da produção, política e desenvolvimento agropecuários.

XIX - Executar as atividades de fiscalização em empresas da agroindústria canavieira e da agroenergia, produtoras de açúcar e biocombustíveis, para obter informações de produção e comercialização

Art. 28 Ao Serviço de Suporte Agropecuário e à Seção de Suporte Agropecuário, compete:

I - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relacionados ao desenvolvimento agropecuário;

II - prestar apoio ao Chefe de Divisão no que concerne às suas competências referidas no artigo anterior e especificamente em:

- a) elaborar o Plano Operativo Anual de Desenvolvimento Agropecuário;
- b) promover e organizar os fóruns consultivos às cadeias de produção; e
- c) planejar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Das Unidades Descentralizadas de Execução Finalística

Art. 30 Aos Serviços de Vigilância Agropecuária, Unidades de Vigilância Agropecuária, à Seção de Suporte à Vigilância Agropecuária - Área Animal e à Seção de Suporte à Vigilância Agropecuária - Área Vegetal, localizados em portos, aeroportos internacionais, postos de fronteira e aduanas especiais, em cumprimento às instruções técnico-normativas oriundas da Secretaria de Defesa Agropecuária, observada a coordenação e orientação da Divisão de Defesa Agropecuária e a formação profissional dos Fiscais Federais Agropecuários localizados, compete:

I - executar as atividades de fiscalização agropecuária, procedendo:

- a) realização de exames de animais vivos e de vegetais e partes de vegetais, na importação e na exportação;
- b) inspeção de produtos de origem animal e de origem vegetal, de sêmen animal, de embriões de animais, de produtos para alimentação animal, de produtos de uso veterinário, de agrotóxicos, seus componentes e afins, de fertilizantes, de corretivos, de inoculantes, de sementes e mudas e de vinhos e bebidas em geral, na importação e na exportação; e
- c) inspeção de forragens, boxes, caixas e materiais de acondicionamento e embalagens na importação dos produtos referidos anteriormente;

II - examinar, em articulação com as autoridades aduaneiras, bagagens de passageiros, acompanhadas ou não, com vistas a detectar produtos de origem animal ou vegetal e produtos biológicos que possam veicular agentes de doenças animais ou de pragas vegetais, que constituem ameaça à agropecuária nacional.

III - aplicar medidas de:

- a) desinfecção e desinfestação em animais e vegetais e partes de vegetais, de seus produtos e derivados de origens animal e vegetal, além de materiais de acondicionamento, embalagens e veículos, quando se fizer necessário; e
- b) apreensão, interdição ou destruição de animais, vegetais, partes de vegetais, de seus produtos e derivados, além de materiais de acondicionamento e embalagens, quando passíveis de veicular agentes de doenças e de pragas que constituem ameaça à agropecuária nacional;

IV - expedir certificados sanitários e fitossanitários, para a exportação de animais vivos, vegetais, partes de vegetais, produtos e derivados de origens animal e vegetal e de materiais de multiplicação vegetal e animal, quando previamente autorizados;

V - coletar amostras de produtos de origem animal e vegetal para análise laboratorial, para fins de desembaraço aduaneiro e liberação para entrada no País;

VI - análise e providências específicas para o licenciamento de importação e de exportação;

VII - propor quarentena agropecuária, na forma definida;

VIII - realizar fiscalização de produtos e insumos agropecuários importados;

IX - elaborar relatórios específicos e das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal; e

X - providenciar execução de atividades de apoio administrativo requeridas para o desempenho operacional da Unidade Descentralizada, consoante orientações da Divisão de Apoio Administrativo ou do Serviço de Apoio Administrativo, da SFA/MAPA.

Art. 35 À Divisão de Apoio Administrativo e ao Serviço de Apoio Administrativo compete:

I - coordenar a execução das atividades de administração geral e de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à SFA/MAPA, consoante orientações dos órgãos setoriais;

II - orientar e acompanhar:

- a) procedimentos licitatórios;
- b) preparação e formatação de contrato, ajuste e demais instrumentos de parcerias;
- c) alienação de bens móveis;
- d) execução físico-financeira de convênio, ajuste, contrato, e demais instrumentos de parceria, emitindo parecer técnico; e
- e) atividade-meio e de execução orçamentária e financeira, junto às Unidades de Execução Finalística integrantes da SFA/MAPA;

III - propor, em articulação com o Serviço de Planejamento e Acompanhamento ou a Seção de Planejamento e Acompanhamento, os indicadores de desempenho operacional da área administrativa;

IV - programar e promover auditorias das atividades exercidas pelas unidades administrativas hierarquicamente subordinadas ou sob orientação;

V - coordenar os apoios operacionais e administrativos à Comissão Permanente de Licitação - CPL e ao Pregoeiro no âmbito da SFA/MAPA, especialmente de:

- a) providências para publicação de avisos de licitações e de outros eventos previstos em lei;
- b) realização de pesquisas de preços e composição dos respectivos mapas comparativos;
- c) elaboração de minuta de edital de licitação ou equivalente; e
- d) prestação de informações às empresas licitantes sobre andamento de processos;

VI - elaborar atestados de capacidade técnica, solicitados por fornecedores ou prestadores de serviços;

VII - acompanhar:

- a) cadastramento e atualização dos dados cadastrais dos fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- b) compra; e
- c) formalização, acompanhamento e controle de contratos, convênios ajustes e demais instrumentos de parceria, inclusive das programações físico-financeiras;

VIII - manter os catálogos e as especificações técnicas dos materiais de consumo e permanente, bem como dos serviços prestados;

IX - promover coleta, processamento e manutenção dos dados dos sistemas de informações administrativas e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

X - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais;

XI - prestar apoio administrativo requerido pela participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais; e

XII - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 36 À Seção de Atividades Gerais compete:

I - promover, acompanhar e orientar a execução das atividades de transporte, material e patrimônio, reprografia, zeladoria, manutenção predial, almoxarifado, protocolo, limpeza, conservação e vigilância;

II - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações administrativas específicas;

III - programar as aquisições de materiais e as contratações de serviços;

IV - promover:

- a) operação do sistema informatizado de protocolo referente à documentação corrente;
- b) ações relacionadas à funcionalidade do Sistema - SIGID;

V - administrar o arquivo central, mantendo as condições de guarda e conservação dos documentos, inclusive procedendo a controle e descarte do acervo documental;

VI - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e

VII - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 37 Ao Setor de Manutenção Predial e ao Núcleo de Manutenção Predial compete:

I - acompanhar e controlar a execução de serviço prestado para manutenção, limpeza e vigilância de edifícios e outros bens imóveis;

II - promover e orientar mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis;

III - vistoriar as condições de:

- a) infraestrutura física dos bens imóveis e manter atualizados os registros cadastrais; e
- b) instalações elétricas e hidráulicas dos edifícios;

IV - instruir processos administrativos de acordo com a legislação pertinente;

V - realizar ações preventivas para garantir a segurança das condições de uso dos bens imóveis;

VI - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Parágrafo único. Nas SFAs/MAPA que tenham no seu Quadro de Pessoal profissional de engenharia ou arquitetura, compete, ainda, à SMAP/SAG, fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços de engenharia, arquitetura e manutenção realizados nos bens imóveis de sua jurisdição.

Art. 38 Ao Setor de Compras e Contratos compete:

I - promover:

- a) apoio operacional e administrativo à Comissão Permanente de Licitação - CPL e ao pregoeiro da SFA;
- b) providências requeridas para a formalização de compra ou de contrato de prestação de serviço e de execução de obra;

II - receber, conferir, classificar e registrar os pedidos de aquisições de materiais, prestações de serviços e execuções de obras;

III - controlar:

- a) prazos estabelecidos para entrega de materiais e execução de serviços, bem como informar sobre aplicação de penalidades e multas devidas;
- b) recebimento e guarda dos documentos de garantia, fornecidos pelos contratados; e
- c) estudos de viabilidade de prorrogações de prazos de entrega de material e de execução de serviço e obra;

IV - operar o Sistema Integrado de Registro de Preços, no que se refere ao processamento dos registros referentes às compras e contratações;

V - fornecer subsídios para a elaboração de atestados de capacidade técnica, solicitados por fornecedores ou prestadores de serviços;

VI - cadastrar e implementar atualização dos dados cadastrais dos fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

VII - manter os catálogos e as especificações técnicas dos materiais e da prestação de serviços;

VIII - propor:

- a) aplicação de penalidades em casos de inadimplência e de descumprimento de obrigações contratuais;
- b) designações e substituições de servidores para o exercício do encargo de fiscal de contrato, prestando informações pertinentes;

IX - receber, analisar e instruir processos para repactuações, reequilíbrios econômico-financeiros e reajustes de preços de serviços, bem como para demais alterações contratuais;

X - acompanhar os prazos de vigência dos contratos e de Atas de Registro de Preços, analisando as condições técnico-administrativas das execuções, face à viabilidade legal de prorrogação;

XI - elaborar minutas de editais e de instrumentos contratuais ou congêneres;

XII - solicitar as documentações indicadas para efetivação das contratações, bem como providenciar assinatura dos termos contratuais;

XIII - providenciar divulgação e publicação de termo contratual e demais ações consequentes;

XIV - manter registros dos contratos firmados e gerar cronogramas no SIASG;

XV - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal;

Art. 39 Ao Setor de Material e Patrimônio compete:

I - controlar a entrega e manter a guarda de material adquirido;

II - classificar, registrar e controlar bens de consumo, elaborando demonstrativo contábil;

III - proceder à redistribuição de bens de consumo;

IV - manter:

- a) documentação relativa ao almoxarifado da Superintendência Federal, organizada e atualizada;
- b) registros, bem como guarda dos materiais de consumo e permanente e promoção da conservação devida;

V - coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas;

VI - classificar, registrar e cadastrar bem patrimonial, elaborando demonstrativo contábil, bem como controlar a distribuição;

VII - proceder a mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis;

VIII - manter organizada e atualizada a documentação relativa aos bens móveis e imóveis da Superintendência Federal;

IX - executar os procedimentos de alienação de bens móveis;

X - providenciar legalização e manter atualizados os registros cadastrais dos bens imóveis jurisdicionados à Superintendência Federal, junto aos órgãos competentes;

XI - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e

XII - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal;

Art. 40 Ao Setor de Protocolo e ao Núcleo de Protocolo compete:

I - receber, distribuir e expedir a documentação corrente;

II - classificar, numerar, registrar e autuar as documentações recebidas e expedidas, com lançamento no Sistema SIGID;

III - sistematizar, recuperar e prestar informações relativas ao trâmite documental;

IV - receber e expedir malotes;

V - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e

VI - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 41 Ao Setor de Transporte e ao Núcleo de Transporte compete:

I - manter sistema de controle de acompanhamento da utilização dos veículos;

II - orientar os usuários dos veículos quanto aos aspectos da utilização e da direção defensiva dos veículos;

III - promover recuperação, manutenção e revisão dos veículos;

IV - levantar e analisar custos de manutenção e conservação dos veículos, bem como do consumo de combustíveis;

V - acompanhar, em consonância com o fiscal de contrato, a execução do contrato de prestação de serviços, relacionados aos veículos;

VI - detalhar o Plano Anual de Aquisição de Veículos - PAAV, bem como a proposta de alienações dos veículos inservíveis ou antieconômicos;

VII - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais;

VIII - coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas; e

IX - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal;

Art. 42 Ao Serviço de Gestão de Pessoas e à Seção de Gestão de Pessoas compete:

I - promover aplicação da legislação de pessoal no que tange aos direitos e deveres dos servidores públicos e dos empregados lotados na SFA/MAPA;

II - orientar a execução das atividades de:

a) registros funcionais;

- b) preparo de pagamento de pessoal;
- c) concessões de:

- 1. férias, licenças e aposentadorias;
- 2. benefícios sociais e assistenciais; e
- 3. exames médicos periódicos.

III - providenciar a realização de perícia médica;

IV - controlar as atividades dos estagiários;

V - identificar as necessidades de desenvolvimento de competências e de realização de programações e projetos de educação continuada, em articulação com as demais unidades administrativas da SFA/MAPA,

VI - cadastrar e manter atualizados os dados e informações sobre agentes de desenvolvimento de pessoas, consultores, educadores e empresas especializadas;

VII - providenciar inscrição e analisar os processos de participação de servidores em cursos externos e em outros eventos similares;

VIII - prover apoio técnico e operacional na execução do Plano Anual de Desenvolvimento de Pessoas;

IX - coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas;

X - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e

XI - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal;

Art. 43 Ao Serviço de Execução Orçamentária e Financeira e à Seção de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - processar a execução orçamentária e financeira dos créditos e recursos alocados à Superintendência Federal;

II - efetuar pagamentos de suprimentos de fundos e demais despesas, mediante prévia autorização do Superintendente Federal ou Superintendente e controlar a respectiva prestação de contas;

III - executar inclusões, alterações e exclusões de informações no Sistema SIAFI;

IV - manter documentos e registros financeiros para fins de auditoria;

V - analisar e emitir parecer sobre a execução financeira, processamento contábil e prestação de contas correspondentes aos contratos, convênios, ajustes, acordos e demais instrumentos de parcerias;

VI - coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas;

VII - verificar e registrar a conformidade de gestão;

VIII - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e

IX - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal;

II Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos do MAPA estão distribuídos dentro de quatro perspectivas em consonância com o Plano Estratégico do Mapa conforme descritos abaixo:

1 -Perspectiva da Sociedade

Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários Não-alimentares e Não energéticos
Garantir a Segurança Alimentar
Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz energética
Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio

2 - Perspectiva de Agronegócio e Parceiros

Ser Referência em Informações Estatísticas para o Agronegócio
Ser Excelente na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Agronegócio
Ser Agente de Fortalecimento Harmonização do Agronegócio

3 - Perspectiva de Processos Internos

Excelência Administrativa

Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA
Ter Eficiência e transparência na execução orçamentária e financeira
Melhorar Continuamente a Infra-estrutura e os Processos de Trabalho

Informação

Aprofundar o Conhecimento sobre o Agronegócio
Ampliar a oferta de Estudos de Prospecção e Avaliação
Melhorar a Qualidade e o Acesso às Informações para o Agronegócio

Produtos e Serviços

Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio
Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos
Desenvolver e garantir o Acesso a Tecnologias
Estimular a Agregação de valor na Produção Agropecuária

Articulação e Promoção

Promover a Organização e a Interação das Cadeias Produtivas
Aprimorar a Articulação do Agronegócio e sua Participação nas Ações do MAPA
Promover o Agronegócio e a Imagem do MAPA

4 - Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento

Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento
Valorizar e Motivar pessoas e Fortalecer o Trabalho em Equipes Interdisciplinares
Desenvolver Cultura Orientada a Resultados
Desenvolver Comunicação Interna Ágil e Eficaz
Desenvolver e Reter Competências do Corpo Funcional

b) Estratégia de Atuação frente às responsabilidades institucionais

I Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

O processo de gestão estratégica iniciou-se em 2004 no MAPA em Brasília objetivando adequar o Ministério ao novo cenário do Agronegócio brasileiro.

O setor produtivo exige políticas públicas e serviços mais eficientes e eficazes, providos em tempo hábil e com agilidade, insumos importantes para o aumento da produção agrícola, e que se constituam em sustentáculo para a rentabilidade e a competitividade de produção agropecuária brasileira e a segurança alimentar do povo brasileiro. Manter-se atento a todo tipo de mudanças envolve processo sistemático de prospecção, planejamento, formulação de políticas públicas, diretrizes e estratégias que subsidiem a transformação da estrutura e a gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para atender aos seus públicos de interesse e à sociedade.

Em 2006, o MAPA elaborou o primeiro Plano Estratégico – documento que apresenta de forma sintética o horizonte de 2006 a 2015, salientando como a instituição irá responder, de forma estruturada, aos desafios que a ela se apresentem. Alguns resultados já alcançados pela gestão estratégica dentre outros, são: a implantação da gestão por processos, com o mapeamento e melhoria de diversos processos de trabalho, maior integração e sintonia entre as estratégias do MAPA e os instrumentos de gestão governamental, gestão efetiva da execução e avaliação das estratégias formuladas, fortalecimento das ações de valorização do servidor, como projeto de melhoria da qualidade de vida, implementação de instrumentos de comunicação interna, e início do desdobramento da gestão estratégica nas unidades descentralizadas.

A SFA-RJ com o apoio da Assessoria de Gestão Estratégica – AGE iniciou a aplicação do Mapa de Aprendizagem que é uma forma de divulgação do funcionamento da estratégia dentro da organização para os servidores. Esse trabalho também apresenta ferramentas de apoio tais como: a cartilha do Plano Estratégico do Mapa, o Mapa Estratégico, a fim de identificar qual papel cada servidor exerce dentro de cada perspectiva contida no Mapa, e cartazes informativos. A missão, a visão de futuro, os valores organizacionais e a estratégia do MAPA no horizonte de 2006 a 2015 foram apresentadas de forma a orientar cada servidor da importância do planejamento estratégico no MAPA.

Outro trabalho realizado na SFA-RJ foi a Reunião de Análise Estratégica com indicadores estratégicos propostos pela AGE a fim de consolidar o planejamento estratégico do MAPA conforme descritos abaixo.

Nome do Indicador		Grau de conhecimento dos gerentes sobre Gestão Estratégica	
Objetivo Estratégico		Descrição Breve	
Fortalecer o processo de Gestão estratégica do MAPA		Mede o conhecimento do corpo gerencial em todos os níveis sobre a Gestão Estratégica	
Justificativa		Fórmula	
O conhecimento dos gerentes sobre a gestão estratégica aumenta a tendência de alinhamento deste com o plano operacional na medida em que aumenta a contribuição dos planos de trabalho para a consecução dos objetivos estratégicos		Média das respostas da seguinte pergunta do questionário de nível de conhecimento sobre a gestão estratégica: (Qual o grau de entendimento sobre a Gestão Estratégica que você acha que tem?) 0 - Nenhum 1 - Muito Fraco 2 - Fraco 3 - Médio 4 - Bom 5 - Excelente Resultado 3,5	
Fonte de Dados	Data para Disponibilização	Unidade de Medida	Frequência de Mensuração

Relatório / AGE	10º dia útil do mês subsequente	Número absoluto				Anual				
		Polaridade				Critério de Acompanhamento				
Responsável pelo Indicador	Segmentação	Maior é melhor				Status				
		Hist 2004	Hist 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2015
AGE /Paulo Fresneda	Sede, SFAs e LANAGROS	-	-	-	2,4	2,9	3,1	3,5	3,8	4,2
		Observações / Pendências								
		Critérios para determinar conhecimento: - Leitura do Plano Estratégico e Cartilha - Capacidade de contar a estratégia, verificando: - noção das perspectivas - entendimento do conteúdo básico dos OE's - noção das relações de caus"								

Nome do Indicador		Índice de conformidade de produtos de origem animal								
Objetivo Estratégico		Descrição Breve								
Sistema de inspeção animal revisado e implantado		Mede de forma ponderada a conformidade dos processos de garantia da qualidade e inocuidade de produtos de origem animal.								
Justificativa		Fórmula								
Quanto maior a conformidade das supervisões e das análises de produtos de origem animal realizadas pelo MAPA, maior será a garantia de inocuidade e qualidade dos produtos.		IA (Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal): IASIF = Índice de conformidade de produtos de origem animal do SIF (número de estabelecimentos com processo sob controle/número total de estabelecimentos). IASIPAG = Índice de conformidade de produtos de origem animal do SIPAG (número de SIF com processo de fiscalização sob controle/nº total relatórios de supervisão) * (número de estabelecimentos supervisionados/(número total de estabelecimentos*1/4)). IADIPOA = Índice de conformidade de produtos de origem animal do DIPOA (número de SIPAG com processo gerencial sob controle/6,75). IA = 0,6 (IASIF) + 0,3 (IASIPAG) + 0,1 (IADIPOA) IA anual = 0,6 (IASIF T1+T2+T3+T4/4) + 0,3 (IASIPAG T1+T2+T3+T4/4) + 0,1 (IADIPOA T1+T2+T3+T4/4) Resultado: 1,97								
Fonte de Dados	Data para Disponibilização	Unidade de Medida				Frequência de Mensuração				
DIPOA e SIPAG	último dia útil do mês subsequente ao fim do trimestre	Porcentagem				Anual				
		Polaridade				Critério de Acompanhamento				
Responsável pelo Indicador	Segmentação	Maior é melhor				Não cumulativo				
		Hist 2004	Hist 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2012
Nelmon Oliveira da Costa, Judi Maria da Nobrega e Paulo Marcel Armendaris	Animal	-	-	-	-	-	-	0,70	0,73	0,76
Observações / Pendências										
Considerando a revisão do indicador realizada entre o segundo semestre de 2009 e o primeiro semestre de 2010, que o modificou de forma significativa, a previsão de metas foi revista a partir do ano de 2010.										

Nome do Indicador		Índice de capacitação em competências								
Objetivo Estratégico		Descrição Breve								
Gestão por Competência Implantada		Mede a capacidade da organização de investir na capacitação das competências do seu corpo funcional								
Justificativa		Fórmula								
A implantação da Gestão por Competência visa o aperfeiçoamento pessoal e profissional com base nas trilhas de desenvolvimento com vista ao atendimento dos objetivos estratégicos do MAPA.		Número total de horas cursadas em eventos de curta e média duração (até 360h) *2 + Número total de horas cursadas em eventos de longa duração (acima 360h) *1:3 : Número total de servidores ativos no MAPA 3.854*2+0:3:445=17,32								
Fonte de Dados	Data para Disponibilização	Unidade de Medida				Frequência de Mensuração				
SIPLAN - PI Capacita	15º dia útil do mês subsequente	hora/servidor				Trimestral				
		Polaridade				Critério de Acompanhamento				
Responsável pelo Indicador	Segmentação	MAIOR É MELHOR				Acumulado				
		Hist 2004	Hist 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2015
		-	7	12	30	8	10	30	40	50
CGDP/SE Cristina Vasconcelos	Não									

Nome do Indicador		Índice de conformidade de produtos pecuários									
Objetivo Estratégico		Descrição Breve									
Conformidade dos insumos pecuários assegurada		Visa medir a conformidade dos insumos pecuários de maneira conjunta, por meio da verificação dos relatórios de fiscalização e resultados dos planos de amostragem.									
Justificativa		Fórmula									
A implantação da Gestão por Competência visa o aperfeiçoamento pessoal e profissional com base nas trilhas de desenvolvimento com vista ao atendimento dos objetivos estratégicos do MAPA.		O Índice de conformidade dos insumos pecuários é apurado conforme a fórmula: $ICIP = 0,33 * ICMGA + 0,33 * ICPAA + 034 * ICPUV$. Resultado= 67% sendo: ICMGA – Índice de conformidade de Material Genético Animal = N° de estabelecimentos produtores conformes dividido pelo N° de estabelecimentos produtores fiscalizados (Estabelecimento Conforme: estabelecimento produtor que após a fiscalização não sofreu infração grave durante a fiscalização, de acordo com o que determina o Decreto nº 187, de 09 de agosto de 1991). ICPAA – Índice de Conformidade de Produtos para Alimentação Animal = N° de produtos conformes dividido pelo N° de produtos fiscalizados ICPUV – Índice de Conformidade de Produtos de Uso Veterinário = N° de estabelecimentos fabricantes conformes/N° de estabelecimentos fabricantes fiscalizados (Estabelecimento Conforme: estabelecimento produtor que após a fiscalização não sofreu infração grave durante a fiscalização, de acordo com o que determina o Decreto nº 5.053, de 22/04/2004)									
Fonte de Dados		Data para Disponibilização		Unidade de Medida				Frequência de Mensuração			
DMG-DFIP, CPAA-DFIP, CPV-DFIP		15º dia útil do mês subsequente		Porcentagem				Anual			
				Polaridade				Critério de Acompanhamento			
Responsável pelo Indicador		Segmentação		MAIOR É MELHOR				Não cumulativo			
				Hist 2005	Hist 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2012
CGDP/SE		Não									

Cristina Vasconcelos		-	0	0	0	91,80%	>90%	>90%	>90%	>90%
----------------------	--	---	---	---	---	--------	------	------	------	------

Nome do Indicador		Índice de capacitação em competências								
Objetivo Estratégico		Descrição Breve								
Gestão por Competência Implantada		Mede a capacidade da organização de investir na capacitação das competências do seu corpo funcional								
Justificativa		Fórmula								
A implantação da Gestão por Competência visa o aperfeiçoamento pessoal e profissional com base nas trilhas de desenvolvimento com vista ao atendimento dos objetivos estratégicos do MAPA.		Número total de horas cursadas em eventos de curta e média duração (até 360h) *2 + Número total de horas cursadas em eventos de longa duração (acima 360h) *1:3 : Número total de servidores ativos no MAPA 3.854*2+0:3:445=17,32								
Fonte de Dados	Data para Disponibilização	Unidade de Medida				Frequência de Mensuração				
SIPLAN - PI Capacita	15º dia útil do mês subsequente	hora/servidor				Trimestral				
		Polaridade				Critério de Acompanhamento				
Responsável pelo Indicador	Segmentação	MAIOR É MELHOR				Acumulado				
		Hist 2004	Hist 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2015
		-	7	12	30	8	10	30	40	50
CGDP/SE Cristina Vasconcelos	Não									

Nome do Indicador		Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa									
Objetivo Estratégico		Descrição Breve									
Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional		As fórmulas abaixo medem a porcentagem de bovinos e a área total (km2) dos 26 estados da federação e Distrito Federal que são reconhecidos pela OIE como livres de Febre Aftosa.									
Justificativa		Fórmula									
		Indicador 1: (AR x 100)/ AT 43.696*100/43.696=100 onde: AR = ÁREA LIVRE DE FEBRE AFTOSA e AT = ÁREA TOTAL DO ESTADO Indicador 2: (QB x 100)/ TB (2.080.032 * 100)/2.080.032=100 onde QB = QUANTIDADE DE BOVINOS LIVRE DE AFTOSA e TB = TOTAL DE BOVINOS NO ESTADO									
Fonte de Dados	Data para Disponibilização	Unidade de Medida				Frequência de Mensuração					
OIE, IBGE, Serviços Veterinários Estaduais (SVE)		Porcentagem				Trimestral					
		Polaridade				Critério de Acompanhamento					
Responsável pelo Indicador	Segmentação					Cumulativo					
		Hist 2005	Hist 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta a 2014	Meta 2015

		Área - 9%	17%	58%	58%	58%	72%	100%	100%	100%	100%
		Rebanho bovino/bubalino -1,5%	21,6%	89%	89%	89%	98%	100%	100%	100%	100%

Nome do Indicador		Número de atividades de combate à clandestinidade executadas pelo DIPOA e pelos SIPAG.									
Objetivo Estratégico		Descrição Breve									
Redução da produção e comercialização dos produtos de origem animal sem inspeção oficial.		Mede a quantidade de atividades que venham a ser realizadas, como reuniões internas e externas, fiscalizações, barreiras em estradas, ações em conjunto com a polícia e outros órgãos, desenvolvidas pelo DIPOA e pelos SIPAG que estejam relacionadas ao combate à produção e comercialização de produtos de origem animal clandestinos.									
Justificativa		Fórmula									
Quanto maior o número de atividades desenvolvidas, menor a produção e comercialização de produtos de origem animal clandestinos.		Número de atividades realizadas. 244									
Fonte de Dados	Data para Disponibilização	Unidade de Medida				Frequência de Mensuração					
DIPOA, SIPAG	último dia útil do mês subsequente ao fim do semestre	Número absoluto				semestral					
		Polaridade				Critério de Acompanhamento					
Responsável pelo Indicador	Segmentação	MAIOR É MELHOR				Acumulado					
		Hist 2004	Hist 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2012	
		-	-	-	-	-	-	27	54	81	

II Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento instituiu através do Planejamento Estratégico, o Mapa Estratégico como diretriz institucional e operacional para todas as Superintendências nos Estados. Através do Plano Operativo visualizamos o Plano de Ação da Gestão Administrativa. A aplicação físico/orçamentária do recurso da Ação MANUTSFAS busca dar suporte às demais atividades finalísticas com objetivo de alcançarem suas metas institucionais. Apresentamos abaixo o Plano Operativo da SFA-RJ que traduz o Plano de Ação da UJ.

Universo de Desenvolvimento da Ação		
Instituições/Órgãos/Fóruns	unidade	Quantidade
Universo de Desenvolvimento da Ação		
Instituições/Órgãos/Fóruns	Natureza	Quantidade
Alta administração (Gabinete do Superintendente)	Coordenação Geral	1
Divisão de Política e Produção e Desenvolvimento Agropecuário	Fomento e Política Agropecuária	1

Divisão de Defesa Agropecuária	Gerenciamento	1
Divisão de Apoio Administrativo	Apoio Administrativo	1
Unidade de Vigilância - VIGIAGRO	Coordenação	1
Serviço de Vigilância Agropecuária - PORTO	Fiscalização	2
Serviço de Vigilância Agropecuária - AEROPORTO	Fiscalização	2
Unidade de Vigilância - UVAGRO	Fiscalização	3
Assistente da SFA	Assessoria SFA/RJ	1
Seção de Planejamento e Acompanhamento	Apoio Administrativo/Gestão	1
Serviço de Execução Orçamentária e Financeira	Apoio Adm/Orçamentário/Financeiro	1
Serviço de Gestão de Pessoas	Apoio Administrativo/Gestão de Pessoas	1
Seção de Atividades Gerais	Apoio administrativo/Logístico	1
Setor de Manutenção Predial	Apoio administrativo/Logístico	1
Setor de Material e Patrimônio	Apoio administrativo/Logístico	1
Setor de Transportes	Apoio administrativo/Logístico	1
Unidades Descentralizadas (Criadas por Portaria)	Apoio Técnico/Adm Ativid.Interior do Estado	13
Fornecedores	Pessoa Jurídica	5
Prest. Serv. Terc. - Asseio/higiene/digitador/copeiro/mecânico	Empresa	1
Prest. Serviços terceirizados - Ascensorista/eletricista	Empresa	1
Prestadores de serviços de manutenção	Empresa	3
Núcleo de Assistência Jurídica - NAJ	Assessoria Jurídica	1
Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal	Defesa e Inspeção Vegetal	1
Serviço de Inspeção e Saúde Animal	Defesa e Inspeção Animal	1
Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários	Fomento Animal e Vegetal	1
Setor de Protocolo	Apoio administrativo/Logístico	1
Setor de Compras e Contratos	Apoio administrativo/Logístico	1
Justificativa para a Ação		
A SFA executa uma série de atividades na Sede e nas Unidades descentralizadas com vistas a assegurar a produção, o comércio e a distribuição de insumos, serviços e produtos agropecuários aos diversos segmentos do agronegócio. As atividades desenvolvidas pelo PI-MANUTSFAS dão suporte operacional, administrativo e logístico as Unidades Descentralizadas e Sede e é a provedora dos meios e facilidades para que as mesmas ocorram conforme definição pelos normativos vigentes.		
Objetivo		
Assegurar a logística operacional, as atividades desenvolvidas pela SFA-RJ tanto na sede como nas unidades descentralizadas com destaque para as Atividades fim.		
Metodologia de Trabalho - Como será executada a ação		
A metodologia utilizada pela área de apoio das Superintendências está calcada em sistemas definidos pelo órgão central, sistemas estes que são responsáveis pela administração de pessoal, de material de almoxarifado, de patrimônio de transportes e ainda o orçamentário/financeiro. As equipes são multidisciplinares, não sendo raro uma mesma equipe executar mais de uma operacionalização do sistema, decorrente da carência de servidores, desta área.		

PRODUTO DA AÇÃO	UNIDADE	TOTAL
Treinamento área material	Serv.	3
Treinamento área de Gestão Financeira	Serv.	3
Treinamento na área Gestão Administrativo	Serv.	17
Treinamento em SPA	Serv.	5
Treinamento área de RH	Serv.	2
Treinamento área Licitações e afins	Serv.	3
Manutenção Física Unid.Descentralizadas	nº	2
Manut.Frota Veículos	nº	182
Reunião com a equipe interna	nº	6
Processos de alienação de bens concluídos	nº	1
Reunião Nacional	nº	1
Reunião Regional	nº	1
Recadastramento de Inativos	Serv.	1.116
Recadastramento de Pensionistas	nº	2.645

c) Programas de governo sob responsabilidade da unidade:

I - Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.	
Objetivos Específicos: Não definido	
Gerente: a definir	Responsável: a definir
Público Alvo: Governo	

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1442	Denominação: Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias	
Objetivos Específicos: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio	
Gerente: Márcio Antônio Portocarrero	Responsável: Helinton José Rocha
Público Alvo: Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário	

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 6003	Denominação: Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário	
Objetivos Específicos: Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos	
Gerente: Marcio Antonio Portocarrero	Responsável: Helinton José Rocha
Público Alvo: Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.	

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0393	Denominação: Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social	
Objetivos Específicos: Promover o desenvolvimento e uso do sistema de propriedade intelectual	
Gerente: Jorge de Paula Costa Ávila	Responsável: Ademir Ardelli
Público Alvo: Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro	

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0375	Denominação: Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Salvar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores	
Objetivos Específicos: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio	
Gerente: Francisco Sergio Ferreira Jardim	Responsável: José Guilherme Tollstadius Leal
Público Alvo: Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários	

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0356	Denominação: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores	
Objetivos Específicos: Garantir a segurança alimentar	
Gerente: Francisco Sergio Ferreira Jardim	Gerente: Francisco Sergio Ferreira Jardim
Público Alvo: Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores	

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0357	Denominação: Segurança na Sanidade Agropecuária
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitossanitários dos mercados internos e externos	
Objetivos Específicos: Garantir a segurança alimentar	
Gerente: Francisco Sérgio Ferreira Jardim	Responsável: a definir
Público Alvo: Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária	

SIPLAN 2010

A execução orçamentária e financeira dos Programas do Ministério da Agricultura é desenvolvida na Coordenação de cada Programa em Brasília. A SFA/RJ executa somente as Ações dos programas acima. O resultado alcançado dos programas é de responsabilidade do órgão central em Brasília.

II - Execução física das ações realizadas pela UJ

Nome da Ação	Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
ADMSEDE1	20	122	0750	2000	A	4	Unidade	*	*	*
AGE	20	121	0360	1k40	P	4	Unidade	*	*	*
APOIOAGRIC	20	128	1442	8591	A	4	Unidade	**	**	**
APOIOPEC	20	125	1442	8598	A	4	Unidade	*	*	*
APPRODUTOR	20	605	6003	8611	A	4	Unidade	*	*	*
ATIVOS	20	122	0750	2000	OE	4	Unidade	*	*	*
CAPACITA1	20	128	0360	4572	A	4	Unidade	*	*	*
CETORGAN1	20	125	1442	4720	A	4	Unidade	**	**	**
DESENGORG	20	665	1426	8606	A	4	Unidade	*	*	*
ERRADIMOSCA	20	603	0357	4738	A	4	HA	*	*	*
FEBREAFOTOS	20	604	0357	4842	A	3	Km2	43.696	43.696	****
FISAGROTOX	20	125	0375	2909	A	4	Unidade	40	40	****
FISCALSEM	20	125	0375	2179	A	4	Unidade	93	67	****
FISCANIMAL	20	604	0357	2181	A	4	Unidade	12.334	9.310	****
FISCGENE	20	125	0375	2019	A	4	Unidade	21	21	****
FISCINAN	20	125	0375	2124	A	4	Unidade	122	114	****
FISCONTRATO	20	122	6003	2B17	A	4	Unidade	*	*	*
FISCORGEN	20	125	0356	4745	A	4	Unidade	*	*	*
FISCPLANTA	20	603	0357	2180	A	4	Unidade	83.445	144.617	****
FISFECOI	20	125	0375	2141	A	4	Unidade	228	272	****
FISPROVET	20	125	0375	2140	A	4	Unidade	158	272	****
GAPSRI	20	122	1437	2272	A	4	-	*	*	*
INATPENSI	9	272	0089	181	OE	4	Unidade	*	*	*
INDIGRAF	20	665	0393	2B47	A	4	Unidade	**	**	**
INOVAGRO	20	572	1442	8560	A	4	Unidade	**	**	**
INSPANIMAL	20	125	0356	8938	A	4	Unidade	107	107	****
IPVEGETAL	20	125	0356	8939	A	4	Unidade	130	135	****
LABANIMAL	20	604	0356	2132	A	4	Unidade	*	*	*
LABVEGETAL	20	603	0356	2136	A	4	Unidade	*	*	*
MANUTSFAS	20	122	0750	4716	A	4	Unidade	1	1	****
ORGMANEJO2	20	541	1442	8593	A	4	Unidade	**	**	**
PADCLASSIF	20	125	0356	4746	A	4	Ton	600.000	1.018.104	****
PCEANIMAL	20	604	0357	8658	A	3	Unidade	11.200	15.162	****
PCEVEGETAL	20	604	0357	8572	A	3	ha	109.774	109.774	****
PROMOCOOP2	20	128	1442	8622	A	4	Unidade	*	*	*
RASTREAB1	20	125	1442	8592	A	4	Unidade	**	**	**
RENEAGRO	20	572	1426	8949	A	4	Unidade	*	*	*
RESIDUOS	20	665	0356	4723	A	4	Unidade	*	*	*
VIGIFITO	20	603	0357	2134	A	4	Unidade	4.600	5.049	****
VIGIZOO	20	604	0357	2139	A	4	Unidade	7.000	7.088	****

Fonte: SIPLAN 2010

* Ação não regionalizada no SIPLAN

** Não passível de previsão

*** Metas a serem definidas pelo órgão central

SERVIÇO	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SAÚDE ANIMAL – SISA/DDA-RJ	Ocorrências Previstas para 2010	REALIZADO	%
PROGRAMA: SEGURANÇA NA SANIDADE AGROPECUÁRIA				
Ação	Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais - PCEANIMAL			
Propriedade Atendida		11.200	15.162	135,37
Sanidade Avícola				
Capacitação Técnica Realizada				
	Fiscal Federal Agropecuário(numero de curso de capacitação)	2	1	50,00
	Médico Veterinário do Órgão executor	1	1	100,00
	Medico Veterinário Responsável Técnico	1	1	100,00
Supervisões e Auditorias				
	Supervisão / auditoria a Coordenadoria de Defesa Animal - Órgão executor	1	1	100,00
	Supervisão / auditoria a NDAs, RDA , EACs - Órgão executor	20	34	170,00
Reuniões e Eventos				
	Participação em evento (nº de eventos simpósios, palestras, congressos, cursos, etc...)	2	2	100,00
	Reunião da Coordenação do COESA/SEDESA-RJ (nº de reuniões do SEDESA-RJ/COESA)	12	6	50,00
	Participação em Reunião (nº de reuniões com participação da Coordenação SEDESA-RJ/COESA)	3	2	66,67
Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose				
Propriedade Atendida		4.900	8.623	175,98
Capacitação Técnica no âmbito do PNCEBT				
	Nº de veterinários habilitados (exames de tuberculose e brucelose)	15	12	80,00
	Nº de veterinários desabilitados (exames de tuberculose e brucelose)	2	3	150,00
	Nº de veterinários cadastrados (vacinação contra brucelose)	51	38	74,51
Supervisões e Auditorias				
	Supervisão/auditoria a Coordenadoria de Defesa Animal - Órgão executor	1	1	100,00
	Supervisão/auditoria a RDAs e NDAs - Órgão executor	27	41	151,85
Reuniões e Eventos				
	Participação em evento local (nº de eventos, simpósios, congressos, cursos, etc.)	1	0	0,00
	Participação em evento nacional (nº de eventos, simpósios, congressos, cursos, etc.)	1	2	200,00
	Participação em reunião nacional (nº de reuniões da Coordenação do PNCEBT/SEDESA-RJ e DBT/DSA)	2	3	150,00
	Participação em reunião local (nº de reuniões da Coordenação do PNCEBT/SEDESA-RJ e órgão executor, iniciativa privada, etc.)	2	2	100,00
	Reunião do COECEBT/RJ	1	0	0,00
Controle e Erradicação				
	Nº de animais testados (brucelose)	27.223	39.977	146,85

	Nº de animais testados (tuberculose)	26.660	35.898	134,65
	Nº de animais reagentes positivos (brucelose)	*	21	IND
	Nº de animais reagentes positivos (tuberculose)	*	27	IND
	Nº de propriedades examinadas (brucelose)	*	1.348	IND
	Nº de propriedades examinadas (tuberculose)	*	1.302	IND
	Nº de focos (brucelose)	*	14	IND
	Nº de focos (tuberculose)	*	16	IND
	Nº de animais sacrificados (brucelose)	11	2	18,18
	Nº de animais destruídos (brucelose)	48	22	45,83
	Nº de animais sacrificados (tuberculose)	1	2	200,00
	Nº de animais destruídos (tuberculose)	53	23	43,40
	Nº de propriedades certificadas livres	1	0	0,00
	Nº de propriedades certificadas monitoradas	1	0	0,00
	Nº de fêmeas vacinadas (bovinos e bubalinos)	53.473	70.927	132,64
	Nº de propriedades com registro de vacinação (bovinos e bubalinos)	4.095	5.782	141,20
	Antígeno Acidificado Tamponado distribuído (doses)	95.520	131.800	137,98
	PPD Bovina distribuída (doses)	87.640	107.050	122,15
	PPD Aviária distribuída (doses)	23.280	35.350	151,85
	Antígeno da Prova Lenta - Brucelose distribuído (doses)	80	650	812,50
	Antígeno da Prova do Anel em Leite distribuído (doses)	640	600	93,75
Controle de Raiva dos Herbívoros e EET				
Propriedade Atendida		1.200	1.398	116,50
Supervisões e Auditorias				
	Supervisão / auditoria a Coordenadoria de Defesa Animal - Órgão executor	2	0	0,00
	Supervisão / auditoria a NDAs, RDA , EACs - Órgão executor	27	13	48,15
Reuniões e Eventos				
	Participação em evento Local (numero de eventos simpósios, congressos, cursos, etc...)	1	2	200,00
	Participar em evento nacional (nº de eventos simpósios,palestras,congressos, cursos, etc...)	1	1	100,00
	Participação em Reunião Nacional (nº de reuniões com participação da Coordenação SEDESA-RJ/CECPRH-EEB)	3	2	66,67
	Participação em reuniões locais (órgão executor, iniciativa privada, comusav , etc...)	2	5	250,00
	Reuniões da CECPRH - EEB(numero de reuniões)	2	2	100,00
Propriedades atingidas				
	Amostra Coletada (100% dos casos suspeitos)	*	202	IND
	Exames realizados (100% dos exames solicitados)	*	202	IND
	Exames positivos (100 % dos positivos)	*	69	IND
	Espécies atingidas - bovinas (cabeça)	*	50	IND
	Espécies atingidas - equinas (cabeça)	*	34	IND
	Espécies atingidas - caprinas (cabeça) ovino	*	2	IND

	Espécies atingidas - outras (cabeça) morcego, cão	*	4	IND
	Vacinação de herbívoros (80% do plantel)	*	334.320	IND
Controle de Agressão de Morcegos Herbívoros				
	Controle de Morcegos Hematófagos(100% dos morcegos capturados)	*	131	IND
Ocorrências de Raiva dos herbívoros - Outros Dados				
	Municípios atingidos(100% dos municípios com ocorrência)	*	38	IND
Sanidade de Suídeo				
Propriedade Atendida		20	3	15,00
Capacitação Técnica Realizada				
	Fiscal Federal Agropecuário (numero de cursos de capacitacao)	1	1	100,00
Supervisões e Auditorias				
	Supervisão / auditoria a Coordenadoria de Defesa Animal - Órgão executor	2	0	0,00
	Supervisão / auditoria a NDAs, RDA , EACs - Órgão executor	20	34	170,00
Reuniões e Eventos				
	Participação em evento (nº de eventos simpósios, palestras, congressos, cursos, etc...)	2	1	50,00
	Reunião da Coordenação do CESS/SEDESA-RJ (nº de reuniões do SEDESA-RJ/CESS)	1	2	200,00
	Participação em Reunião (nº de reuniões com participação da Coordenação SEDESA-RJ/CESS)	2	0	0,00
	Reuniões da CESS/RJ	2	2	100,00
Granjas de Suídeos				
	Supervisao de Granjas Cadastradas	10	3	30,00
Sanidade de Abelhas				
Propriedade Atendida		20	3	15,00
Capacitação Técnica Realizada				
	Fiscal Federal Agropecuário (numero de cursos de capacitacao)	1	1	100,00
	Médico Veterinário do Orgao Executor (numero de cursos de capacitacao)	1	1	100,00
Supervisões e Auditorias				
	Supervisão / auditoria a NDAs, RDA , EACs - Órgão executor	20	34	170,00
Reuniões e Eventos				
	Participação em evento (nºde eventos simpósios,palestras,congressos, cursos, etc...)	2	1	50,00
	Reuniao da Coordenacao do PNSAp/SEDESA-RJ Com coordenação estadual	2	6	300,00
	Reunião do Grupo Gestor de Apicultura/RJ	6	6	100,00
	Reuniões da Câmara Setorial de apicultura/RJ	6	6	100,00
Controle de focos de doenças de Abelhas				
Sanidade dos Equídeos				
Propriedade Atendida		4.000	9.422	235,55
Supervisões e Auditorias				
	Supervisão / auditoria a NDAs, RDA , EACs - Órgão executor	20	34	170,00
Reuniões e Eventos				

	Participação em evento (numero de eventossimpósios,congressos, cursos, etc...)	1	2	200,00
	Participação em reunião da Coordenação do PNSE com Coordenação Estadual	2	2	100,00
	Participação em reuniões locais (órgão executor, iniciativa privada, comusav, etc..)	6	4	66,67
	Reunião da CECAIE-RJ	2	4	200,00
Propriedade Controlada				
	Propriedades a Controlar	*	4	IND
	Propriedades a Fiscalizar	50	41	82,00
Diagnostico de Anemia Infecciosa Equina				
	Exames realizados (100% dos exames solicitados)	*	49219	IND
	Animais positivos (100% dos diagnósticos positivos)	*	269	IND
	Animais Sacrificados + animais destruídos na propriedade(100% dos animais positivos)	*	181	IND
Sanidade dos Caprinos e Ovinos				
Supervisões e Auditorias				
	Supervisão / auditoria a NDAs, RDA , EACs - Órgão executor	20	34	170,00
Controle de focos de doenças de Caprinos e Ovinos				
Sanidade dos Animais Aquáticos				
Propriedade Atendida		20	3	15,00
Supervisões e Auditorias				
	Supervisão / auditoria a NDAs, RDA , EACs - Órgão executor	20	34	170,00
Reuniões e Eventos				
	Reunião da Coordenação do PNSAA/SEDESA-RJ (nº de reuniões do SEDESA-RJ/PNSAA)	12	12	100,00
Fiscalização de Quarentenário Habilitado				
	Quarentenário Fiscalizado	4	3	75,00
Ação	Erradicação da Febre Aftosa - FEBREAFTOS			
Área Livre		43.696	43.696	100,00
Capacitação Técnica Realizada				
	Médico Veterinário do Órgão executor	1	2	200,00
Supervisões e Auditorias				
	Supervisão / auditoria a NDAs - Órgão executor - critério (27 NDAs x 2)	54	107	198,15
Reuniões e Eventos				
	Participação em evento Local (numero de eventos, simpósios, congressos, etc...)	1	1	100,00
	Participação em Reunião Nacional (nº de reuniões com participação da Coordenação SEDESA-RJ/PNEFA)	1	2	200,00
	Participação em reuniões locais (SEDESA/RJ, órgão executor, iniciativa privada, comusav, etc...)	12	14	116,67
Campanha Realizada				
	Vacinação sistemática de bovinos e bubalinos(1.000 cabeças)	4.200.000	3.794.780	90,35
	Vacinação assistida e ou fiscalizada de bovinos e bubalinos (1.000 cabeças)	*	257.876	IND

	Propriedades com comprovação de vacinação	*	46.227	IND
Inquerito Epidemiológico				
	Supervisão da Execução do Inquérito Soroepidemiológico	*	7	IND
Controle de focos de doenças vesiculares				
	Controle de focos de doenças vesiculares (100% dos casos notificados)	*	1	IND
Amostra Coletada				
	Amostras coletadas para Inquérito Soroepidemiológico	*	684	IND
Ação	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos - FISCANIMAL2			
	Número de Autorização Importação de Produtos de Origem Animal Comestível	*	4.850	IND
	Numero de Autorizações de Importação de Animais Vivos	*	215	IND
	Numero de Autorizações de Importação de POA diversas finalidades	*	25	IND
	Numero de Autorizações de Importação de Material Genético	*	7	IND
	Numero de Autorizações de Emissão de CZI Animais Vivos	*	30	IND
	Numero de Autorizações de Emissão de CZI POA diversas finalidades	*	45	IND
	Numero de Autorizações de Emissão de CZI material genético	*	210	IND
Ação	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Nacional de Animais e seus Produtos - VIGIZOO2			
Fiscalização Realizada		7.000	7.088	101,26
	Supervisão / auditoria a NDAs, RDA , EACs - Órgão executor	20	27	135,00
Reuniões e Eventos				
	Reuniões locais (órgão executor, iniciativa privada, comusav, etc..)	12	3	25,00
Eventos Agropecuarios				
Habilitacao de Medicos Veterinarios				
	Numero de Habilitações	20	36	180,00
	Numero de Desabilitações	10	1	10,00

	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SAÚDE ANIMAL – SISA/DDA-RJ			
SERVIÇO	ESPECIFICAÇÃO	Ocorrências previstas em 2010	REALIZADO	%
PROGRAMA: SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS				
Ação	Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos e Derivados de Origem Animal - INSPANIMAL3			
Estabelecimento Inspeccionado		107	107	100,00
Estabelecimentos inspecionado, fiscalizados, cadastrados, exportadores				
	Nº de Estabelecimentos Inspeccionados (Registrados)	107	104	97
	Nº de Estabelecimentos Fiscalizados (Relacionados)	91	93	102

	Nº de Estabelecimentos Cadastrados (Escritório de Importação)	54	66	122
	Estabelecimentos Exportadores	23	24	104
Inspecção ,Supervisão, Fiscalização, Vistoria,Auditoria				
	Inspecção realizada em estabelecimentos (nº de estabelecimento)	107	104	97
	Nº de Supervisões Realizadas (SIPAG)	115	111	97
	Nº de Fiscalizações Realizadas (UR)	500	524	105
	Auditorias no SIPAG (DIPOA)	6	4	67
	Missão externa Recebida e Acompanhada	1	2	200
Abates, Doenças, Produtos Inspecionado, Importados, Exportados e Rejeitados				
	Inspecção de Bovinos abate (1.000 por cabeça)	20.000	3.564	18
	Inspecção de Rãs - abate (1.000 por cabeça)	25.000	4	0
	Ocorrências de Doenças em Bovinos (unidade cabeça)	2.000	1.965	98
	Partida Inspecionada (Tonelada)	700.000	318.228	45
	Exportação de produtos de Origem Animal (tonelada) (estabelecimento com SIF no RJ)	30.000	6.042	20
	Importação de Produtos de Origem Animal - em toneladas (estabelecimento com SIF do RJ)	55.000	78.262	142
	Rejeição de produtos (condenação nos estabelecimentos inspecionados) em toneladas	5.000	5.598	112
	Anuência prévia de importação - Transito internacional de produtos de origem animal	3.000	3.911	130
Controle laboratorial (Análises de Rotina, Programa de Fraude e de Resíduos Biológicos)				
	Análises Laboratoriais Realizadas (nº de amostras)	600	1.055	176
	Análises Laboratoriais Fora do Padrão (nº de amostras)	90	168	187
Penalidades- Advertencias e Multas				
	Autuações (Auto de Infração)	60	68	113
	Auto de Infração Anulado	12	9	75
	Advertências	25	28	112
	Multas	80	127	159
	Penalidades aplicadas (multas e advertências)	105	156	149
	Multas Aplicadas (Em Real)	500.000,00	896.125	179
	Recolhimento das Multas -(Em Real - Multa Paga)	50.000,00	45.500	91
	Multa não Pagas (Em Real)- Cobrança Ativa	200.000,00	270.553	135
Solicitação ao SIPAG-Reserva,Instalação, Cancelamento, Alteração, interdição de SIF				
	Reserva de SIF	6	3	50
	Instalação do SIF	4	1	25
	Cancelamento de SIF	6	6	100
	Alteração de Razão Social	6	5	83
	Interdição/suspensão	4	3	75
Eventos Técnicos /Treinamento				
	Eventos Técnicos	70	80	114
	Treinamento	18	16	89

SERVIÇO	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SANIDADE VEGETAL - SISV/DDA-RJ			
	ESPECIFICAÇÃO	Ocorrências previstas para 2010	REALIZADO	%
PROGRAMA: SEGURANÇA NA QUALIDADE AGROPECUÁRIA				
Ação	Vigilância e Fiscalização de Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos - FISCPLANTA2 PI compartilhado e de responsabilidade do SVA- PORTO E AEROPORTO			
	Análise de Processo de Importação de material de multiplicação	10	9	90,00
	Análise de Processo de Importação de material de multiplicação deferido	10	9	90,00
	Análise de Processo de Exportação de material de mutiplicação	10	11	110,00
	Análise de Processo de Importação de material para pesquisa	5	4	80,00
	Análise de Processo de Importação de alimentação animal	10	9	90,00
	Análise de Processo de Importação de Fertilizantes.	10	14	140,00
	Formalização de Processo para Notificação de Intercepção ou de não conformidade.	5	7	140,00
Ação	Vigilância e Fiscalização de Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos - VIGIFITO1			
	Fiscalização Realizada	4.600	5.049	109,76
	Fiscalização Realizada (DADOS SEAPPA)	5.000	5.049	100,98
	Capacitação Técnica Realizada	2	2	100,00
	Partidas com retorno à origem/ destruição por não conformidade (N° Partidas inspecionada)(DADOS SEAPPA)	25	30	120,00
	Fiscalização da emissão de Permissão de Trânsito de Vegetais -N° PTV (DADOS SEAPPA)	30	42	140,00
	Supervisão técnica operacional na SEAPPA (n° de supervisões)	10	10	100,00
	Fiscalização em Propriedades com emissão de CFO (n° de Fiscalizações) (DADOS SEAPPA)	15	19	117,64
	Supervisão da Fiscalização Fitossanitária de Origem (n° de supervisões)	2	2	100,00
	Participação em Reuniões Técnicas (n° de Reuniões)	5	8	160,00
	Participação em Comissões Técnicas (N° deReuniões)	2	5	250,00
Ação	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCEVEGETAL			
	Área Controlada / Prevenida (ha)	109.774	109.774	100,00
	Cadastros de propriedades	185	747	403,78
	Fiscalização de propriedades	421	421	100,00
Erradicação de Pragas e Doenças na Horticultura				
	Levantamentos fitossanitários	50	979	1958,00
	Coleta e envio de amostras	5	1	20,00
Erradicação das Doenças na Fruticultura				
	Levantamentos fitossanitários	50	137	274,00
	Coleta e envio de amostras	5	1	20,00
	Fiiscalização de propriedades	15	2	13,33
Erradicação do Cangro Cítrico				
	Levantamentos fitossanitários	50	116	232,00
	Coleta e envio de amostras	15	14	93,33
	Fiscalização de propriedades	5	35	700,00
Erradicação da Sigatoka Negra				

	Levantamentos fitossanitários	200	404	202,00
	Coleta e envio de amostras	50	42	84,00
	Fiscalização de propriedades	100	68	147,06
Prevenção e Controle de Pragas nos Vegetais				
	Levantamentos fitossanitários	15	27	180,00
	Fiscalização de propriedades	1	1	100,00
Ação	Erradicação da Mosca da Carambola - ERRADMOSCA1			
	Inspeção de armadilhas	250	225	90,00

SERVIÇO	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SANIDADE VEGETAL - SISV/DDA-RJ			
	DESCRIÇÃO DAS METAS	Ocorrências previstas em 2010	REALIZADO	%
PROGRAMA: SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS				
AÇÃO	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal - IPVEGETAL2			
	Estabelecimento Industrial Inspeccionado	130	137	105,38
Participação em Seminários, Congressos, Encontros e Cursos				
	Participantes do SIV/DFA/RJ	3	16	533,33
Registro de Estabelecimento Produtor				
	Registros concedidos	*	41	IND
	Vistorias realizadas	*	23	IND
Registro de outras bebidas e vinagres				
	Registros concedidos	*	470	IND
Fiscalização/Inspeção de Estabelecimentos				
	Termo de Inspeção emitido indústria	130	137	105,38
Fiscalização/Inspeção de Produtos				
	Produtos fiscalizados (fiscal)	*	178	IND
	Produtos Fiscalizados (controle incluindo exportação)	*	5	IND
	Amostra coletada (TOTAL)	250	183	73,20
	Termo de Colheita de amostra emitido (CONTROLE)	*	3	IND
	Termos de colheita de amostra emitidos (FISCAL)	*	101	IND
Penalidades Impostas				
	Multas aplicadas (nº)	*	36	IND
Controle do Trânsito Internacional de Bebidas				
	Certificados de importação	*	213	IND
	Certificados de exportação	*	31	IND
Processo Administrativo				
	Valores (real) das multas aplicadas	*	200.810,27	IND
	Valores (real) das multas arrecadadas	*	35.500	IND
	Autos de Infração lavrados	*	66	IND
	Apreensão	*	19	IND
	Inutilização	*	4	IND
	Intimação	*	57	IND
	Análise Pericial realizada	*	1	IND
	Registro concedido (produto+estabelecimentos)	*	507	IND
	Nº relatórios de auditoria conformes	*	82	IND
	Nº total de relatórios de auditoria	*	139	IND

	Nº de amostras de produtos em conformidade	*	127	IND
	Total de amostras analisadas	*	179	IND
	Suspeitas atendidas em 48 horas	*	0	IND
	Total de notificações	*	43	IND
Programa: SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS				
AÇÃO	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais - PADCLASSIF			
Produto Fiscalizado		600.000	1.018.104	169,68
Classificação de produtos de origem vegetal importados				
	Produto classificado (ton)	600.000	1.018.107,13	169,68
	Emissão de Certificado	10.000	3.082	30,82
	Taxa arrecadada(R\$) 100%	800.000,00	776.283,19	97,04
	Taxa recolhida (R\$) 62,68%	501.440,00	486.574,47	97,04
Fiscalização de estabelecimentos envolvidos na classificação e comercialização de produtos de origem vegetal				
	Termo de Fiscalização	100	148	148,00
	Termo de Fiscalização de Entidade Credenciada	12	13	108,33
	Auto de Coleta de Amostra	200	198	99,00
	Produto Fiscalizado - Mercado Interno (ton)	20.000	266.798	1.333,99
	Análise Fiscal	150	119	79,33
	Análise Pericial	10	10	100,00
	Termo de Intimação	50	138	276,00
	Auto de Infração	50	36	72,00
	Liberação de Produtos Suspensos	10	0	0,00
	Produto Suspenso (ton)	50	0,0655	0,13
	Produto Liberado (ton)	50	0	0,00
	Termo de Suspensão da Comercialização	20	2	10,00
	Multa Aplicada (R\$)	400.000,00	490.506,79	122,63
	Multa Arrecadada (R\$)	120.000,00	103.991,55	86,66
	Advertência Escrita	15	7	46,67
	Termo de Notificação	70	75	107,14
	Termo de Execução de Julgamento	5	5	100,00
	Residente Contratado	2	17	850,00
	Organização de Cursos e Eventos	1	1	100,00
	Participação em Cursos	1	2	200,00
	Participação em Evento Local	1	1	100,00
	Participação em Evento Nacional	1	5	500,00
	Estudo/Proposta de Revisão de Padrão	1	1	100,00
	Nº de amostras de produtos em conformidade	*	151	IND
	Total de amostras analisadas	*	204	IND
	Suspeitas atendidas em 48 horas	*	5	IND

SERVIÇO	SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E INSUMOS AGROPECUÁRIOS			
	ESPECIFICAÇÃO	Ocorrências previstas p/ 2010	REALIZADO	%
PROGRAMA: QUALIDADE DOS INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS				

Ação	Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal - FISCINAN			
Fiscalização Realizada		100	118	118,00
Estabelecimentos Produtores de Alimentos para Animais				
	Registro de Estabelecimentos	3	5	166,67
	Cancelamento de Registros	5	4	80,00
	Estabelecimentos Fiscalizados	73	71	97,26
Estabelecimentos Importadores e Exportadores de Alimentos para Animais				
	Registro de Estabelecimentos	1	1	100,00
	Cancelamento de Registros	1	3	300,00
	Estabelecimentos Fiscalizados	5	8	160,00
Estabelecimentos Fracionadores de Alimentos para Animais				
	Registro de Estabelecimentos	1	1	100,00
	Cancelamento de Registros	1	0	0,00
	Estabelecimentos Fiscalizados	1	5	500,00
Produtos destinados à Alimentação Animal				
	Registros de Produtos	63	90	142,86
	Cancelamento de Registro	20	28	140,00
Estabelecimentos que Comercializam Alimentos para Animais				
	Estabelecimentos Fiscalizados	20	27	135,00
Outras atividades de Fiscalização de Alimentos para Animal				
	Amostra Coletada	105	107	101,90
	Laudos Técnicos de Inspeção	10	15	150,00
	Autos de Infração	5	32	640,00
	Autos de Apreensão	5	7	140,00
	Auto de multa	13	29	223,08
	Participação em Reunião Técnica	2	2	100,00
	Estabelecimento Registrado	3	6	200,00
	Rótulo e Produto Aprovado/Registro Produto	63	90	142,86
	Produto Fiscalizado	390	326	83,59
Ação	Fiscalização de Material Genético Animal - FISCGENE			
Fiscalização Realizada		22	24	109,09
Exportações de Animais				
	Produtores de M. Multiplicação Animal	1	1	0,00
Outras atividades de Melhoramento Genético				
	Estabelecimento Fiscalizado	21	24	114,29
	Registro de Estabelecimento Cancelado	*	4	IND
Ação	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - FISPROVET1			
Fiscalização Realizada		158	172	18,82
Participação em Reunião Técnicas				
	Participação em reuniões nacional	3	1	33,33
Análises de Registro de estabelecimentos que fabriquem, manipulem, armazenem, importem, exportem, fracionem e controlem a qualidade produtos de uso veterinário				
	Licenças Iniciais emitidas	3	6	200,00
	Apostilamentos	5	2	40,00
	Licenças renovadas	21	24	114,29

Análises de Registro de estabelecimentos que distribuem e comercializam produtos de uso veterinário				
	Licenças Iniciais emitidas	127	113	88,98
	Licenças renovadas	154	292	189,61
Demandas relacionadas a produtos de uso veterinário				
	Licenças renovadas	48	22	45,83
	Apreciação de Impressos Definitivos	263	81	30,80
	Partidas-Pilotos analisadas	35	23	65,71
	Apostilamentos	59	4	6,78
	Autorização de importação	146	144	98,63
	Autos de Apreensões	22	43	195,45
	Termos de colheita - análise fiscal	49	22	44,90
	Termos de liberação de vacinas	18	45	250,00
Inspeção/Vistoria Realizada em estabelecimentos para verificação de cumprimento à legislação vigente e/ou denúncias: Fiscalizações sistemáticas				
	Termos de Fiscalização	170	272	160,00
	Autos de Infração	120	167	139,17
	Termos de interdições	*	3	IND
Inspeção/Vistoria Realizada em estabelecimentos para verificação de cumprimento à legislação vigente e/ou denúncias: Fiscalizações sistemáticas				
	Correspondências (ofícios, memorandos, fax) expedidas	1275	1300	101,96
	Orientações (pessoalmente e por telefone) prestadas	364	961	264,01

SERVIÇO	SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E INSUMOS AGROPECUÁRIOS - SEFAG/DDA-RJ			
	ESPECIFICAÇÃO	Ocorrências previstas para 2010	REALIZADO	%
PROGRAMA: QUALIDADE DOS INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS				
Ação	Fiscalização da Produção e Comercialização de Sementes e Mudas - FISCALSEM1			
Fiscalização Realizada		93	67	72,04
Ação	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - FISAGROTOX			
Fiscalização Realizada		40	40	100,00
Fiscalização Realizada em estabelecimentos				
	Fiscalização de Empresas produtoras de agrotóxicos	20	20	100,00
	Fiscalização de Empresas de Tratamento Fitossanitário	12	18	150,00
Fiscalização Realizada em produtos				
	Produtos Fiscalizados	20	46	230,00
	Tratamentos com produtos, Fiscalizados	2	2	100,00
Ação	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOI			
Fiscalização Realizada		228	272	119,30
Fiscalização Realizada				
	Em estabelecimentos registrados	94	104	110,64
Fiscalização Realizada				
	Em produtos	148	183	123,65
Outras Atividades				

	Auto de Infração emitidos (não há previsão de ocorrências, a previsão é de atender a demanda do Serviço)	40	40	100,00
--	--	----	----	--------

SERVIÇO	VIGIAGRO/RJ- SVA/PORTO/RJ, SVA/AIRJ, UVAGROs PORTO DE ITAGUAÍ, RESENDE, NOVA IGUAÇU e AEROP.INTERNACIONAL DE CABO FRIO			
PROGRAMA SEGURANÇA DA SANIDADE ROPECUÁRIA				
	ESPECIFICAÇÃO	Ocorrências Previstas para 2010	REALIZADO	%
Ação	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos - FISCPLANTA2			
Fiscalização Realizada		62.573	144.617	231,12
Expedição de Certificado Sanitário e Outros Documentos Internacionais				
Importação Vegetal				
	Autorização de Bebidas (partida inspecionada)	600	647	107,83
	Autorização de Despacho(agrotóxico) (partida inspecionada)	313	529	169,01
	Autorização de Despacho (certificado) (partida inspecionada)	59.000	141.067	239,10
	Comunicação à Receita	5	0	0,00
	Inspecção de Embalagem e Suporte Madeira	40.000	135.245	338,11
	Liberação DTA V	70	6	8,57
	Requerimento de Importação	59.983	142.243	237,14
	Termo de Destruição	*	286	IND
	Termo de Fiel Depositário	100	88	88,00
	Termo de Fiscalização e Coleta de Amostra	59.983	142.154	236,99
	Termo de Ocorrência Fitossanitária	3.000	3.758	125,27
Exportação Vegetal				
	Certificado Fitossanitário	2.590	2.463	95,10
	Requerimento de Exportação	2.590	2.463	95,10
	Termo de Fiscalização e Coleta de Amostra	2.590	2.463	95,10
	Termo de Ocorrência Fitossanitária	40	44	110,00
Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e Produtos				
Trânsito Internacional de Cargas - Porto				
	Produtos apreendidos- Área Vegetal (Kg) unidade	*	2.273,820	IND
	Produtos exportados - Área Vegetal (tonelada)	*	113.978,750	IND
	Produtos importados - Área Vegetal (tonelada)	*	935.175,668	IND
	Termo de Ocorrência Fitossanitária (ton) importação	*	23.776,767	IND
	Termo de Ocorrência Fitossanitária (ton) exportação	*	556,800	IND
	Servidor Capacitado	*	4	IND
	Participação em reunião Nacional	*	3	IND
Ação	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos - FISCANIMAL2			
Fiscalização Realizada		8.040	9.310	115,80
Importação Animal				
	Autorização de Despacho	4.500	3.821	84,91
	Requerimento de Importação	4.500	3.821	84,91
	Termo de Ocorrência Sanitária - Importação	10	36	360,00
Exportação Animal				
	Certificado Sanitário de Produtos	3.540	5.489	155,06

	Requerimento de Exportação	3.540	5.489	155,06
	Termo de Ocorrência Sanitária - Exportação	10	4	40,00
Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e Produtos				
Trânsito Internacional de Cargas - Porto				
	Produtos Apreendidos- Área animal (Kg) unidade	*	5.235	IND
	Produtos exportados - Área Animal (tonelada)	*	71.008	IND
	Produtos importados - Área Animal (tonelada)	*	65.852	IND
	Servidor Capacitado	*	4	IND
	Participação em reunião Nacional	*	4	IND
Trânsito Internacional de Cargas - Aeroporto				
	Vôos fiscalizados	*	1.873	IND
	Bagagens inspecionadas	*	73.521	IND

(*) Valor não passível de previsão

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro

Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio de Janeiro	22000	130063

I Programação Orçamentária das Despesas

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Programação das Despesas Correntes

NÃO SE APLICA

Programação das Despesas de Capital

NÃO SE APLICA

Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

NÃO SE APLICA

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Nome da Ação	Elemento de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos	22101	2.012.207.502.000	ADMSEDE1	339014	448,06	0,00	0,00
		22101	20.121.0360.1K40	AGE	339014	9.734,11	0,00	0,00
		22101	20.121.0360.1K40	AGE	339033	5.357,13	0,00	0,00
		22101	20.121.0360.1K40	AGE	339036	496,85	0,00	0,00
		22101	2.012.814.428.591	APOIOAGRIC1	339014	555,04	0,00	0,00
		22101	2.012.814.428.591	APOIOAGRIC1	339033	925,54	0,00	0,00
		22101	2.012.207.502.000	ATIVOS	319008	0,00	0,00	12.107,21

		22101	2.012.803.604.572	CAPACITA1	339014	4.563,20	0,00	0,00
		22101	2.012.803.604.572	CAPACITA1	339033	3.414,19	0,00	0,00
		22101	2.012.514.424.720	CETORGAN1	339014	4.179,74	0,00	0,00
		22101	2.012.514.424.720	CETORGAN1	339033	4.307,99	0,00	0,00
		22101	2.012.514.424.720	CETORGAN1	339036	2.691,00	0,00	0,00
		22101	2.012.514.424.720	CETORGAN1	339039	0,00	0,00	2.400,00
		22101	2.066.514.268.606	DESENORG	339014	5.663,00	0,00	0,00
		22101	2.066.514.268.606	DESENORG	339030	0,00	0,00	6.715,98
		22101	2.066.514.268.606	DESENORG	339036	6.372,00	0,00	0,00
		22101	2.066.514.268.606	DESENORG	339039	0,00	0,00	9.950,00
		22101	2.066.514.268.606	DESENORG	339135	0,00	0,00	7.200,00
		22101	2.060.403.578.658	ERPCEANIMAL	339037	0,00	0,00	12.870,00
		22101	2.060.403.578.658	ERPCEANIMAL	339039	0,00	0,00	162.000,00
		22101	2.060.303.578.572	ERPCEVEGATA	449052	0,00	0,00	65.713,80
		22101	2.060.403.574.842	FEBREAFTOS	339014	4.544,46	0,00	0,00
		22101	2.060.403.574.842	FEBREAFTOS	339030	0,00	0,00	14.999,20
		22101	2.060.403.574.842	FEBREAFTOS	339033	6.570,54	0,00	0,00
		22101	2.060.403.574.842	FEBREAFTOS	339036	26.284,50	0,00	0,00
		22101	2.012.503.752.909	FISAGROTOX	339014	21.056,22	0,00	0,00
		22101	2.012.503.752.909	FISAGROTOX	339033	11.850,92	0,00	0,00
		22101	2.012.503.752.909	FISAGROTOX	339036	19.632,50	0,00	0,00
		22101	2.012.503.752.909	FISAGROTOX	339039	0,00	0,00	794,50
		22101	2.012.503.752.909	FISAGROTOX	449052	0,00	0,00	42.096,00
		22101	2.012.503.752.179	FISCALSEM1	339014	9.160,90	0,00	0,00
		22101	2.012.503.752.179	FISCALSEM1	339030	0,00	0,00	100,00
		22101	2.012.503.752.179	FISCALSEM1	339033	3.159,85	0,00	0,00
		22101	2.012.503.752.179	FISCALSEM1	339039	0,00	0,00	1.844,63
		22101	2.012.503.752.179	FISCALSEM1	339135	0,00	0,00	12.000,00
		22101	2.060.403.572.181	FISCANIMAL2	339014	7.286,76	0,00	0,00
		22101	2.060.403.572.181	FISCANIMAL2	339030	0,00	0,00	46.739,04
		22101	2.060.403.572.181	FISCANIMAL2	339033	5.438,81	0,00	0,00
		22101	2.060.403.572.181	FISCANIMAL2	339039	0,00	0,00	7.310,00
		22101	2.060.403.572.181	FISCANIMAL2	339093	0,00	0,00	0,00
		22101	2.060.403.572.181	FISCANIMAL2	449052	0,00	0,00	34.812,54
		22101	2.012.503.752.019	FISCGENE	339014	4.746,28	0,00	0,00
		22101	2.012.503.752.019	FISCGENE	339030	0,00	0,00	247,12
		22101	2.012.503.752.019	FISCGENE	339039	0,00	0,00	310,00
		22101	2.012.503.752.124	FISCINAN	339014	18.899,71	0,00	0,00
		22101	2.012.503.752.124	FISCINAN	339030	0,00	0,00	1.970,13
		22101	2.012.503.752.124	FISCINAN	339033	1.399,64	0,00	0,00
		22101	2.012.503.752.124	FISCINAN	339039	0,00	0,00	6.219,00
		22101	20.122.6003.2B17	FISCONTRATO	339014	564,22	0,00	0,00
		22101	20.122.6003.2B17	FISCONTRATO	339033	0,00	0,00	0,00
		22101	2.012.503.564.745	FISCORGEN	339014	1.100,00	0,00	0,00
		22101	2.012.503.564.745	FISCORGEN	339033	874,26	0,00	0,00
		22101	2.060.303.572.180	FISCPLANTA2	339014	31.073,11	0,00	0,00

		22101	2.060.303.572.180	FISCPLANTA2	339030	0,00	0,00	7.955,00
		22101	2.060.303.572.180	FISCPLANTA2	339033	14.395,00	0,00	0,00
		22101	2.060.303.572.180	FISCPLANTA2	339039	0,00	0,00	27.991,20
		22101	2.060.303.572.180	FISCPLANTA2	339135	0,00	0,00	80.400,00
		22101	2.060.303.572.180	FISCPLANTA2	449052	0,00	0,00	69.866,32
		22101	2.012.503.752.141	FISFECOI	339014	26.615,09	0,00	0,00
		22101	2.012.503.752.141	FISFECOI	339030	0,00	0,00	5.145,84
		22101	2.012.503.752.141	FISFECOI	339033	4.412,37	0,00	0,00
		22101	2.012.503.752.141	FISFECOI	339039	0,00	0,00	6.432,00
		22101	2.012.503.752.140	FISPROVET1	339014	11.849,96	0,00	0,00
		22101	2.012.503.752.140	FISPROVET1	339030	0,00	0,00	1.014,51
		22101	2.012.503.752.140	FISPROVET1	339033	3.093,74	0,00	0,00
		22101	2.012.503.752.140	FISPROVET1	339036	618,70	0,00	0,00
		22101	2.012.503.752.140	FISPROVET1	339039	0,00	0,00	3.921,00
		22101	2.012.503.752.140	FISPROVET1	339135	0,00	0,00	18.000,00
		22101	2.012.503.752.140	FISPROVET1	449052	0,00	0,00	87.087,90
		22101	2.012.214.422.272	GAPSDC	339014	1.474,85	0,00	0,00
		22101	2.012.214.422.272	GAPSDC	339033	370,57	0,00	0,00
		22101	927.200.890.181	INATPENS1	319008	0,00	0,00	259.330,11
		22101	20.665.0693.2B47	INDGRAF	339014	7.130,16	0,00	0,00
		22101	20.665.0693.2B47	INDGRAF	339030	0,00	0,00	0,00
		22101	20.665.0693.2B47	INDGRAF	339033	3.162,82	0,00	0,00
		22101	20.665.0693.2B47	INDGRAF	339135	0,00	0,00	3.600,00
		22101	2.057.214.428.560	INOVAGRO	339014	3.524,44	0,00	0,00
		22101	2.057.214.428.560	INOVAGRO	339030	0,00	0,00	434,40
		22101	2.057.214.428.560	INOVAGRO	339039	0,00	0,00	3.486,19
		22101	2.057.214.428.560	INOVAGRO	339135	0,00	0,00	14.400,00
		22101	2.057.214.428.560	INOVAGRO	449052	0,00	0,00	5.500,00
		22101	2.012.503.568.938	INSPANIMAL3	339014	173.968,82	0,00	0,00
		22101	2.012.503.568.938	INSPANIMAL3	339030	0,00	0,00	39.006,12
		22101	2.012.503.568.938	INSPANIMAL3	339033	57.069,39	0,00	0,00
		22101	2.012.503.568.938	INSPANIMAL3	339039	0,00	0,00	33.882,60
		22101	2.012.503.568.938	INSPANIMAL3	449052	0,00	0,00	118.728,88
		22101	2.012.503.568.939	IPVEGETAL2	339014	23.456,82	0,00	0,00
		22101	2.012.503.568.939	IPVEGETAL2	339030	0,00	0,00	2.676,90
		22101	2.012.503.568.939	IPVEGETAL2	339033	10.868,27	0,00	0,00
		22101	2.012.503.568.939	IPVEGETAL2	339135	0,00	0,00	15.600,00
		22101	2.012.503.568.939	IPVEGETAL2	339039	0,00	0,00	3.400,00
		22101	2.012.503.568.939	IPVEGETAL2	449052	0,00	0,00	8.340,49
		22101	2.060.403.562.132	LABANIMAL	339037	0,00	0,00	117.299,63
		22101	2.060.403.562.132	LABANIMAL	339039	0,00	0,00	69.000,00
		22101	2.060.303.562.136	LABVEGETAL	339037	0,00	0,00	117.298,90
		22101	2.060.303.562.136	LABVEGETAL	339039	0,00	0,00	147.120,59
		22101	2.012.207.502.000	MANUTCRH1	339014	30.418,49	0,00	0,00
		22101	2.012.207.502.000	MANUTCRH1	339033	1.154,64	0,00	0,00
		22101	2.012.207.504.716	MANUTSFAS	339030	0,00	0,00	393.001,98
		22101	2.012.207.504.716	MANUTSFAS	339033	21.134,24	0,00	0,00

		22101	2.012.207.504.716	MANUTSFAS	339037	0,00	0,00	1.574.925,80
		22101	2.012.207.504.716	MANUTSFAS	339039	0,00	0,00	1.251.381,92
		22101	2.012.207.504.716	MANUTSFAS	339092	0,00	0,00	20.060,82
		22101	2.012.207.504.716	MANUTSFAS	339139	0,00	0,00	19.089,80
		22101	2.012.207.504.716	MANUTSFAS	449052	0,00	0,00	192.000,53
		22101	2.012.207.450.200	MANUTTI	449052	0,00	0,00	1.183.111,98
		22101	2.012.503.564.746	PADCLASSIF	339030	0,00	0,00	2.224,02
		22101	2.012.503.564.746	PADCLASSIF	339014	23.492,33	0,00	0,00
		22101	2.012.503.564.746	PADCLASSIF	339036	0,00	0,00	0,00
		22101	2.012.503.564.746	PADCLASSIF	339039	0,00	0,00	11.899,00
		22101	2.012.503.564.746	PADCLASSIF	449052	0,00	0,00	5.953,87
		22101	2.012.503.564.746	PADCLASSIF	339033	1.783,11	0,00	0,00
		22101	2.012.503.564.746	PADCLASSIF	339135	0,00	0,00	7.200,00
		22101	2.060.403.578.658	PCEANIMAL	339014	30.715,98	0,00	0,00
		22101	2.060.403.578.658	PCEANIMAL	339030	0,00	0,00	11.647,57
		22101	2.060.403.578.658	PCEANIMAL	339033	15.410,90	0,00	0,00
		22101	2.060.403.578.658	PCEANIMAL	339039	0,00	0,00	53.764,60
		22101	2.060.403.578.658	PCEANIMAL	449052	0,00	0,00	34.981,22
		22101	2.060.403.578.572	PCEVEGETAL	339014	20.959,02	0,00	0,00
		22101	2.060.403.578.572	PCEVEGETAL	339030	0,00	0,00	398,20
		22101	2.060.403.578.572	PCEVEGETAL	339033	16.862,03	0,00	0,00
		22101	2.060.403.578.572	PCEVEGETAL	443042	0,00	0,00	312.000,00
		22101	2.060.403.578.572	PCEVEGETAL	449052	0,00	0,00	3.000,00
		58101	2.012.207.502.000	PESCA	339014	9.489,36	0,00	0,00
		58101	2.012.207.502.000	PESCA	339030	0,00	0,00	13.677,97
		58101	2.012.207.502.000	PESCA	339033	8.956,34	0,00	0,00
		58101	2.012.207.502.000	PESCA	339036	862,60	0,00	0,00
		58101	2.012.207.502.000	PESCA	339037	0,00	0,00	236.319,52
		58101	2.012.207.502.000	PESCA	339039	0,00	0,00	67.771,88
		58101	2.012.207.502.000	PESCA	449052	0,00	0,00	7.066,18
		58101	2.012.513.442.121	PESCA	339014	9.457,18	0,00	0,00
		58101	2.012.513.442.121	PESCA	339030	0,00	0,00	997,76
		58101	2.012.513.442.121	PESCA	339033	2.286,04	0,00	0,00
		22101	20.125.037.521.220	PROTCULTIV2	339014	453,86	0,00	0,00
		22101	20.125.037.521.220	PROTCULTIV2	339030	0,00	0,00	61,84
		22101	2.057.214.268.949	RENEAGRO	339014	564,22	0,00	0,00
		22101	2.057.214.268.949	RESIDUOS	339014	981,70	0,00	0,00
		22101	2.057.214.268.949	RESIDUOS	339033	1.246,79	0,00	0,00
		22101	2.060.303.572.134	VIGIFITO1	333041	0,00	0,00	211.490,00
		22101	2.060.303.572.134	VIGIFITO1	339014	5.063,63	0,00	0,00
		22101	2.060.303.572.134	VIGIFITO1	339030	0,00	0,00	798,39
		22101	2.060.303.572.134	VIGIFITO1	339033	1.144,08	0,00	0,00
		22101	2.060.303.572.134	VIGIFITO1	443042	0,00	0,00	330.116,00
					TOTAL	766.798,07	0,00	7.660.258,58

II Execução Orçamentária das Despesas

Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	761.764,95	5.052.821,03	761.764,95	5.052.821,03
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	1.186.449,28	976.531,17	1.186.449,28	976.531,17
Inexigibilidade	817.317,00	279.092,13	817.317,00	279.092,13
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos (Fatura)	53.147,19	56.659,10	53.147,19	56.659,10
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	453.339,8	503.190,72	453.339,87	503.190,72
Outros				

FONTE: SIAFI 2009 e 2010

Não houve concessão de suprimento de fundos, na modalidade “saque”, nos exercícios de 2009 e 2010.

A Coordenação Geral de Recursos Humanos em Brasília centraliza o pagamento de pessoal e a apresentação destes valores encontra-se discriminado no Item 3 deste relatório.

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	700.652,24	709.839,92	700.652,24	709.839,92	0,00	0,00	0,00	0,00
339014	453.339,87	503.190,72	453.339,87	503.190,72	0,00	0,00	0,00	0,00
339033	247.312,37	206.649,20	247.312,37	206.649,20	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
Não houve no período								
3- Outras Despesas Correntes	3.252.304,65	2.439.780,88	3.252.304,65	2.439.780,88	4.476,09		627.598,93	
339030	401.205,34	549.811,97	401.205,34	549.811,97	160,79	-	14.758,60	-
339039	2.834.971,02	1.870.879,11	2.834.971,02	1.870.879,11	4.143,33	-	610.289,25	-
339139	16.128,29	19.089,80	16.128,29	19.089,80	171,97	-	2.551,08	-

Fonte: SIAFI

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	758.703,71	1.858.259,71	758.703,71	1.858.259,71	6.047,49		176.834,88	
449052	758.703,71	1.858.259,71	758.703,71	1.858.259,71	6.047,49	-	176.834,88	-
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
Não houve no período								
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
Não houve no período								

Evolução dos Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	2008	2009	2010
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	30903028	7.865,35	8.959,50	0,00
AUXÍLIO FUNERAL - ATIVO	31900801	8.075,03	7.349,74	12.107,21
AUXÍLIO FUNERAL - INATIVO	31900803	158.098,46	230.457,75	259.330,11
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	31909280	3.069,47	0,00	0,00
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	33304135	1.657.862,00	0,00	211.490,00
INST DE CARATER INS CULT E EDUCACIONAL	33503901	7.201,31	0,00	0,00
DIÁRIAS NO PAÍS	33901414	361.816,96	453.339,87	503.190,72
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	33903001	193.907,87	190.590,02	231.911,44
GAS E OUTROS MATERIAS ENGARRAFADOS	33903004	2.500,00	1.399,83	3.640,99
GENEROS DE ALIMENTAÇÃO	33903007	15.574,18	10.911,77	17.154,49
MATERIAL FARMACOLÓGICO	33903009	0,00	79,84	165,84
MATERIAL QUÍMICO	33903011	2.220,00	0,00	0,00
MATERIAL DE CAÇA E PESCA	33903013	0,00	0,00	0,00
MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	33903014	0,00	0,00	0,00
MATERIAL P/FESTIVIDADES E HMENAGENS	33903015	0,00	1.442,00	0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	33903016	36.409,19	35.703,47	64.800,58
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	33903017	24.450,65	106.282,51	203.087,83
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	33903019	2.437,60	416,00	4.552,62
MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	33903020	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE COPA E COZINHA	33903021	857,80	3.258,00	2.777,44
MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZAÇÃO	33903022	0,00	0,00	571,90
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	33903023	0,00	0,00	0,00
MATERIAL P/MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	33903024	1.739,26	2.149,70	2.075,50
MATERIAL P/MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	33903025	0,00	16.190,85	0,00
MATERIAL ELÉTRICO ELETRÔNICO	33903026	4.408,50	8.802,95	6.925,09
MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO	33903027	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	33903028	0,00	0,00	1.582,40
MATERIAL PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	33903029	192,80	0,00	274,35
SEMENTES, MUDAS E PLANTAS E INSUMOS	33903031	0,00	0,00	6.106,01

MATERIAL LABORATORIAL	33903035	0,00	5.140,00	0,00
MATERIAL HOSPITALAR	33903036	45,00	7.063,10	93,38
MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	33903039	3.289,71	2.661,80	3.923,19
FERRAMENTAS	33903042	0,00	0,00	168,92
MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	33903044	0,00	0,00	0,00
MATERIAL TECNICO P/SELEÇÃO E TREINAMENTO	33903045	0,00	0,00	0,00
BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	33903050	185,00	154,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO-PAGTO ANTECIPADO	33903096	0,00	0,00	0,00
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	33903098	0,00	0,00	0,00
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	33903099	0,00	0,00	0,00
PASSAGENS PARA O PAÍS	33903301	23,01	247.312,37	206.649,20
PASSAGENS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAÍS	33903602	256.111,43	30.037,26	56.958,15
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	33903606	14.336,29	0,00	0,00
SERV. DE APOIO ADMIN., TÉCNICO E OPERACIONAL	33903635	10.328,00	0,00	0,00
APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	33903701	6.720,00	136.355,97	65.994,76
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	33903702	162.303,89	1.070.720,22	1.062.619,28
VIGILÂNCIA OSTENSIVA	33903703	1.130.181,28	1.764.805,90	917.280,00
MANUTENÇÃO E CONSERV. DE BENS MÓVEIS	33903706	0,00	0,00	12.819,81
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	33903900	1.993.382,82	0,00	0,00
ASSINATURAS PERIODICOS E ANUIDADES	33903901	1.656,00	2.042,73	630,00
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	33903905	8.000,00	0,00	0,00
LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	33903912	95.208,00	80.377,00	65.390,00
PERICIAS TÉCNICAS JUSTIÇA GRATUITA	33903913	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO E CONSEV DE BENS IMOVEIS	33903916	717.950,87	240.924,74	123.141,00
MANUT. E CONSERV. DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	33903917	278.114,65	338.682,78	164.666,02
MANUTENÇÃO E CONSERV. DE VEÍCULOS	33903919	282.603,85	252.991,51	227.105,50
MANUT E CONS DE B. MOVEIS DE OUTRAS NATUREZAS	33903920	5.500,00	0,00	0,00
EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	33903922	96.375,38	594.021,32	61.866,79
ENCARGOS FINANCEIROS DEDUTIVEIS	33903939	0,00	0,00	527,38
SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	33903943	629.826,02	618.557,39	614.548,54
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	33903944	94.701,25	89.302,12	113.074,77
SERVIÇOS DE GÁS	33903945	10.492,20	3.157,35	2.540,52
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	33903947	118.972,18	115.072,15	120.125,82
SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	33903948	1.150,00	2.650,00	10.500,00
SERVIÇOS DE ANALISE E PESQUISAS CIENTIFICAS	33903951	0,00	0,00	0,00
SERV DE PROC. DE DADOS	33903957	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	33903958	465.897,20	411.109,51	314.005,03
SERVIÇOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	33903959	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE PORTUÇÃO INDUSTRIAL	33903962	270,00	0,00	0,00
SERVIÇOS GRÁFICOS	33903963	28.295,00	17.398,50	310,00
SEGUROS EM GERAL	33903969	12.136,80	11.685,89	9.677,74
CONFECCÃO DE UNIFORMES, BANDEIRAS E FLAMULAS	33903970	7.475,00	0,00	0,00
CONFECCÃO DE MATERIAL DE ACONDIC. E EMBALAGEM	33903971	0,00	21.000,00	7.000,00

FRETES E TRANSP. DE ENCOMENDAS	33903974	19.027,41	5.886,68	8.000,00
SERV. DE INCINERACAO/DESTRUICAO DE MATERIAL	33903975	0,00	0,00	4.686,00
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	33903978	12.642,84	27.488,17	23.084,00
SERVIÇOS BANCÁRIOS	33903981	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	33903992	0,00	2.623,18	0,00
MANUT. CONS EQUIP DE PROCESSAMENTO DE DADOS	33903995	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERV DE TERCEIROS PJ-PAGAMENTO ANTECIPADO	33903996	0,00	0,00	0,00
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	33903998	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ECONTRIBUTIVAS	33904700	457,89	0,00	0,00
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	33909237	0,00	3.000,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	33909239	44.650,44	15.600,49	20.060,82
RESTITUIÇÕES	33909302	0,00	56,18	0,00
SEMENTES, MUDAS E PLANTAS E INSUMOS	33913031	0,00	0,00	0,00
ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA OU JURÍDICA	33913501	112.800,00	201.600,00	158.400,00
ASSINATURAS PERIODICOS E ANUIDADES	33913901	17.593,08	16.128,29	17.459,80
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	33913905	93.600,00	0,00	0,00
SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	33913948	100,00	0,00	1.630,00
SERVIÇOS DE ANALISE E PESQUISAS CIENTIFICAS	33913951	6.600,00	0,00	0,00
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	33913998	0,00	0,00	0,00
JUROS	33914716	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SERV TERC	33914718	3.409,60	0,00	0,00
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	33919239	2.244,00	3.006,63	0,00
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	44304235	2.557.258,00	0,00	642.116,00
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	44905192	0,00	0,00	0,00
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	44905198	0,00	0,00	0,00
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	44905204	4.200,00	0,00	4.242,25
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	44905206	3.109,98	3.275,19	52.023,92
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	44905208	17.654,00	0,00	0,00
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	44905212	10.195,96	42.984,19	134.892,20
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	44905222	0,00	0,00	0,00
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	44905230	0,00	0,00	0,00
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	44905233	3.246,00	2.826,00	1.587,00
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	44905234	0,00	0,00	1.869,60
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	44905235	40.089,98	73.097,57	1.221.876,06
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	44905236	0,00	0,00	749,76
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	44905238	0,00	0,00	3.098,88
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	44905242	37.189,24	40.402,29	25.048,24
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	44905252	238.422,00	596.118,47	412.871,80
SERV DE TERC PESSOA JURÍDICA	44905298	0,00	0,00	0,00
		12.144.707,68	8.174.650,74	8.427.056,65

FONTE: CONSULTA CONORC SIAFI 2008, 2009 e 2010

III Indicadores Institucionais

Programa	SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA
Indicador Nacional	Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação Área Declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação Incidência da Praga "Cydia Pomonella" Incidência da Praga "Mosca da Carambola" Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina Número de Ocorrências da Peste Suína Clássica Número de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca Número de Ocorrências de Raiva Bovina Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras Taxa de Incidência da Doença "Cancro Cítrico"

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SDA/CGVIGIAGRO/MAPA
UNIDADE: SVA-P/DDA/SFA-RJ

Ação Compartilhada com o SEDESA	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos - <i>produto da ação</i> : Fiscalização Realizada – FISCANIMAL2
---	---

Meta: Controlar a introdução de doenças transmissíveis por animais e seus produtos, fiscalizando 100% dessas partidas que entram e saem do País pelo Rio de Janeiro em 2010.

Indicador: Índice de obstrução de doenças de origem animal oriundas de outros países.

Fórmula e Cálculo:

$$\frac{\text{Nº de ocorrências de doenças constatadas* na entrada dos portos e aeroportos, EADIs do RJ do Estado em 2008} \times 100}{\text{Nº total de partidas inspecionadas}}$$

* Nº total de partidas inspecionadas

RESULTADO ALCANÇADO em 2006: $(8/10.099) \times 100 = 0,079 \%$

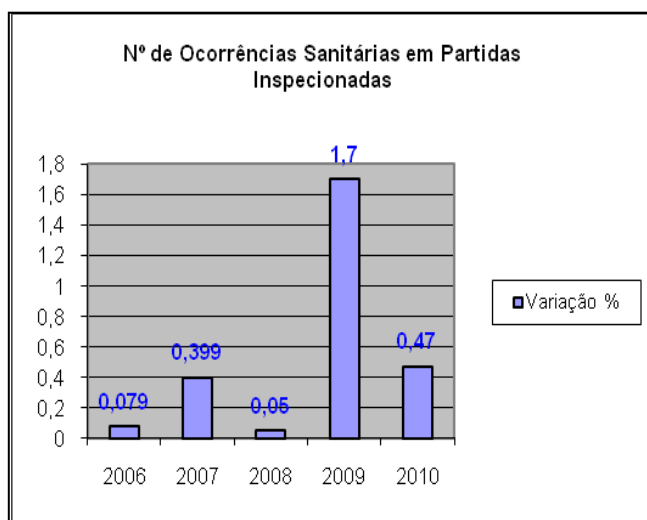
RESULTADO ALCANÇADO em 2007: $(37/9.271) \times 100 = 0,399 \%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2008: $(7/12.518) \times 100 = 0,05 \%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2009: $(186/10.946) \times 100 = 1,7 \%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2010: $(44/9310) \times 100 = 0,47 \%$

* (emissão de termos de ocorrência sanitária + proibição de despachos)



Comentário: A vigilância na importação e exportação de animais e seus produtos, principalmente nos aeroporto internacional Tom Jobim e de Cabo Frio cada vez mais efetiva, contribuiu na redução de ocorrências, comparado ao exercício anterior. Atribuímos a utilização de equipamentos de raio-X nas fiscalizações de bagagens como o fator determinante para a inibição da entrada de doenças transmissíveis por animais e seus produtos.

Ação Compartilhada com o SEDESA	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos - <i>produto da ação:</i> Fiscalização Realizada – FISCPLANTA2
---	--

Meta: Controlar a introdução/envio de doenças e pragas quarentenárias, fiscalizando 100% dos vegetais e seus produtos que entram e saírem do País pelo Rio de Janeiro em 2009.

Indicador I: Índice de entrada de pragas quarentenárias oriundas de outros países.

Fórmula e Cálculo:

$$\frac{\text{Nº de ocorrênc. de pragas quarentenárias intern!liz. pelgs porTos e aerop., EADIs do RJ, em 2009}}{\text{Nº de partidas inspecionadas de vegetais e seus produtos que entraram pelos portos e aerop., EADIs do RJ}} \times 100 =$$

Nº de partidas inspecionadas de vegetais e seus produtos que entraram pelos portos e aerop., EADIs do RJ

RESULTADO ALCANÇADO em 2005: $3 / 80.891 = 0,0037 \%$ de ocorrência de pragas

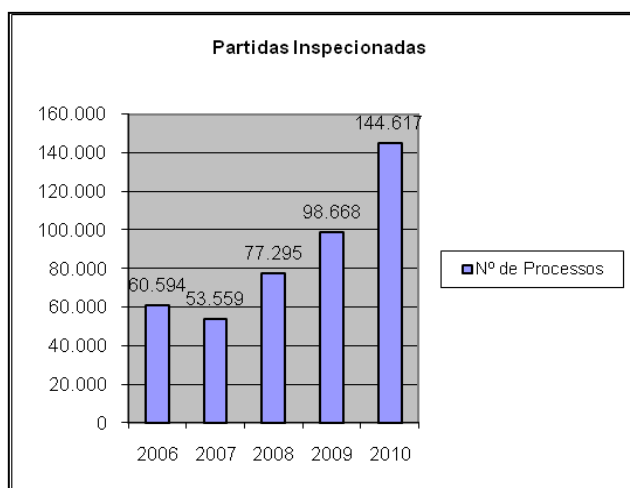
RESULTADO ALCANÇADO em 2006: $0 / 60.594 = 0\%$ de ocorrência de pragas

RESULTADO ALCANÇADO em 2007: $6 / 53.559 = 0,0112\%$ de ocorrência de pragas

RESULTADO ALCANÇADO em 2008: $0 / 77.295 = 0\%$ de ocorrência de pragas

RESULTADO ALCANÇADO em 2009: $0 / 98.668 = 0\%$ de ocorrência de pragas

RESULTADO ALCANÇADO em 2010: $0 / 144.617 = 0\%$ de ocorrência de pragas



Comentário: Durante as inspeções, não foram registradas ocorrências de pragas quarentenárias nas diversas importações. Observamos somente o registro de ocorrência de pragas de importância econômica secundária, as quais foram devidamente controladas (4.626 no total).

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: CGVIGIAGRO/SDA/MAPA

UNIDADE: SEDESA/DT/SFA-RJ

Ação	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos - <i>produto da ação:</i> Fiscalização Realizada – VIGIFITO
-------------	---

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: CGVIGIAGRO/SDA/MAPA

UNIDADE: SISA/DDA/SFA-RJ

A Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais foi fortemente prejudicada pelo fechamento do único Posto Fixo de Fiscalização Agropecuária do órgão executor /SEAPPA que estava em funcionamento. O Posto Fixo de Mato Verde localizava-se na BR 101, divisa com o estado do Espírito Santo.

A fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais continuou a ser realizada apenas sob forma de barreiras móveis. Ressalte-se que os resultados obtidos com a realização de barreiras

móveis emergenciais, inclusive de madrugada, no Posto de Fiscalização de ICMS, na Rodovia Presidente Dutra, divisa com o Estado de São Paulo (Nhangapi), no período de abril a setembro, demonstraram a importância da reativação imediata do Posto Fixo de Fiscalização Agropecuária de Nhangapi. Estes resultados demonstraram, também, a necessidade de serem revistos os locais e os horários de realização das outras barreiras móveis.

Lamentavelmente, a partir do mês de outubro, o órgão executor optou por não mais realizar a fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, por ausência de assinatura de convênio entre a SEAPPA e o MAPA.

Outras ações foram executadas, como supervisões da certificação fitossanitária de origem (emissões de Certificado Fitossanitário de Origem – CFO e Permissão de Trânsito de Vegetais – PTV) e vistorias e habilitação de Unidade de Consolidação, visando o trânsito interestadual e internacional, além de supervisões técnicas operacionais nos Núcleos de Defesa Agropecuária da SEAPPA.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: GM/SDA/MAPA
UNIDADE: SISA/DDA/SFA-RJ

Ação	Erradicação da Febre Aftosa - produto da ação: Área controlada – FEBREAFTOS
------	--

Meta: Garantir a vacinação contra a febre aftosa, de 100% do rebanho bovino do Estado do Rio de Janeiro, duas vezes, no ano de 2010.

Indicador: Índice vacinal = Percentual do rebanho de bovinos do Estado do RJ, vacinado duas vezes no ano de 2010.

Fórmula e Cálculo:

$$\frac{\text{Nº de cabeças de bovinos vacinados duas vezes em 2010}}{\text{Rebanho estadual do RJ (nas duas etapas de vacinação)}} \times 100 =$$

RESULTADO ALCANÇADO em 2006: (1ª + 2ª vacin.): $3.789.140 / 4.289.440 \times 100 = 88,34\%$

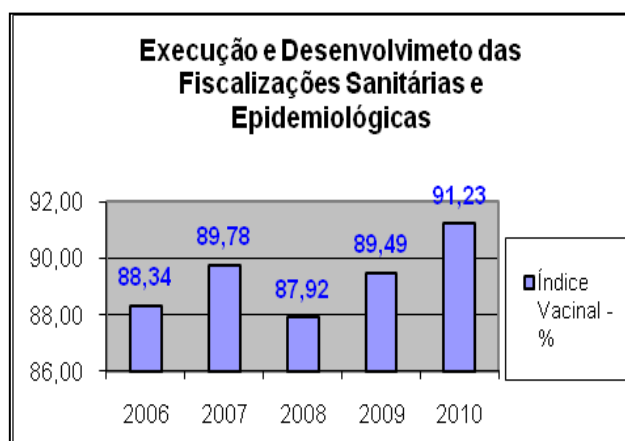
RESULTADO ALCANÇADO em 2007: (1ª + 2ª vacin.): $3.869.361 / 4.308.925 \times 100 = 89,78\%.$ *

RESULTADO ALCANÇADO em 2008: (1ª + 2ª vacin.): $3.824.933 / 4.350.662 \times 100 = 87,92\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2009: (1ª + 2ª vacin.): $3.670.995 / 4.101.811 \times 100 = 89,49\%$

RESULTADO ALCANÇADO EM 2010: (1ª + 2ª vacin.): $3.798.239 / 4.163.181 \times 100 = 91,23\%$

* FONTE DA INFORMAÇÃO DA VACINAÇÃO DE BOVINOS: SEAPPA/GSE, ATRAVÉS PLANILHA RECEBIDA PELO SEDESA.



Por decisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendendo a demanda de atividades de defesa sanitária animal, no que se refere a manutenção da área de livre de febre aftosa com vacinação, estabeleceu-se a vacinação contra febre aftosa nos períodos de março e

novembro, onde se alcançou os índices de 90,08 e 92,74%, respectivamente no ano de 2010, no Estado do Rio de Janeiro. Para se alcançar estes índices, diversas atividades são desenvolvidas, como fiscalização da distribuição de vacinas, vacinações assistidas, fiscalizadas e oficiais, busca ativa dos inadimplentes com aplicação das sanções previstas em Leis, fiscalização nos estabelecimentos comerciais que industrializam produtos de origem animal, com a suspensão de recebimento dos produtos, etc.. Para a execução destas atividades o Estado com uma estrutura de vinte e sete UVL's (unidades veterinárias locais), dezesseis EAC's (escritórios de atendimento à comunidade), sete unidades regionais e a unidade central, estrutura esta responsável pela execução das atividades de Defesa Sanitária Animal no Estado do Rio de Janeiro.

As ações de defesa sanitária animal no Estado do Rio de Janeiro são coordenadas e supervisionadas pelo Serviço de Inspeção e Saúde Animal-SISA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA/RJ, em 2010 foram realizadas 107 supervisões, para identificação das inconformidades encontradas e apontadas para a SEAPEC, reiteradas vezes através de relatórios condensados de avaliação dos períodos de pré, durante e pós-campanha de vacinação contra febre aftosa, bem como nas diversas reuniões dos técnicos do SISA/SFA/RJ, com os representantes da SEAPEC. Diante do relatado acima, relacionamos algumas inconformidades que consideramos fundamentais para atendimento das demandas do programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, como, atualização dos cadastros de propriedades, produtores e de rebanhos; atendimento de 100% (cem por cento) dos inadimplentes nas campanhas de vacinação contra febre aftosa ; incrementar a divulgação, entre outras ações relacionadas nos relatórios de supervisões.

Em 2010 o serviço veterinário estadual, coordenado pelo Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Serviço de Inspeção e Saúde Animal da SFA-RJ e com o apoio do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (PANAFTOSA), realizou estudo soro epidemiológico na população bovina do Estado do Rio de Janeiro, considerada parte da zona livre de febre aftosa com vacinação, com objetivo de estimar o percentual de cobertura imunitária alcançada nas campanhas de vacinação contra febre aftosa, onde foram coletadas 194 (cento e noventa e quatro) amostras em 37 (trinta e sete) propriedades pré-selecionadas pelo DAS/SDA/MAPA. Outra atividade realizada e coordenada pelos órgãos supra citados, foi a ação técnico-operacional de vigilância da febre aftosa, na realização de inquérito soro epidemiológico para confirmar a ausência de circulação viral na zona livre do Brasil. Tal atividade demandou a coleta inicial de 490 (quatrocentos e noventa) amostras, de 18 (dezoito) propriedades em 9 (nove) municípios e 54 (cinquenta e quatro) amostras pareadas em 03 (três) propriedades. Até o momento não se tem o fechamento dos inquéritos.

Ação	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças nos Animais - <i>produto da ação:</i> <i>Propriedade Atendida – PCEANIMAL</i>
-------------	---

Ações de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Nacional de Animais e Produtos

As ações do SISA/RJ se referem ao acompanhamento, supervisão e auditoria das ações de defesa sanitária desenvolvidas pelo órgão executor do estado do Rio de Janeiro, no sentido de garantir em níveis satisfatórios o status sanitário dos rebanhos de áreas geográficas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.

Com relação especificamente ao trânsito nacional de animais e produtos, além de supervisionar e auditar o serviço executor procedeu as habilitações dos profissionais emitentes das Guias de Trânsito Animal, bem como a desabilitação destes, em caso de necessidade. É feito o controle junto ao executor do envio de relatórios por parte dos habilitados, das Guias de Trânsito emitidos no Rio de Janeiro e também daquelas emitidas com destino ao estado. Também temos avançado na discussão e execução das ações de controle de trânsito de subprodutos de origem animal em nossa jurisdição.

Ações do Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA

A avicultura brasileira que atingiu seu patamar de destaque exatamente por sua ação, organização e competência, pode e deve estar sempre preparada a novos desafios, bem como primar pela sua capacidade de interlocução com seus pares e com as autoridades competentes do governo para o melhor benefício à atividade. Este é um problema sério que devemos melhor avaliar em nossas granjas e nossos pólos de produção avícola para buscar o melhor método de controle em nosso meio e realidade.

O crescimento da indústria avícola brasileira tem sido obtido através de intenso investimento em tecnologia e eficiência. Um grande pilar deste sucesso é garantir que a produção avícola não tenha a influência negativa de processos patológicos (doenças) e que a produção tenha higidez para assim garantir também segurança alimentar ao consumidor da carne, além de bons índices produtivos.

Muitos problemas persistem e novos aparecem. São os desafios que testam e fortalecem a indústria avícola nacional.

No campo sanitário, além da contínua construção de status sanitário de alta higidez, ainda ocorrem episódios como o surto de influenza que vivemos que apesar da ocorrência restrita, muito nos faz movimentar para tomarmos medidas de proteção e rever nossas medidas de biossegurança. Ao mesmo tempo, revisamos nosso conhecimento sobre doenças outras que podem também estar trazendo prejuízos econômicos como também ser importante no diagnóstico diferencial de doenças respiratórias das aves.

Frente aos relatos da ocorrência de surtos de ILT no Brasil e comprovação da presença do agente em nosso meio, é necessária nossa atenção ao assunto, mas acima de tudo reforçar as medidas de biossegurança e estarmos conscientes da necessidade de um diagnóstico seguro para adoção de medidas específicas, além de todos os cuidados com as demais doenças de importância econômica para a avicultura.

No Estado do Rio de Janeiro as ações do programa são compartilhadas entre a Secretaria de Defesa Agropecuária, Departamento de Saúde Animal, que é representada pela Superintendência Federal de Agricultura/RJ, e o órgão executor, SEAPEC/RJ, e o setor privado. Essas ações são coordenadas, supervisionadas e auditadas pelo SISA/SFA/RJ.

Ações do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose

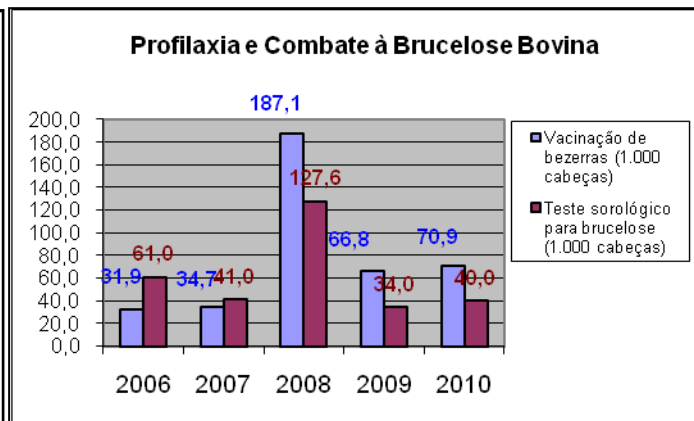
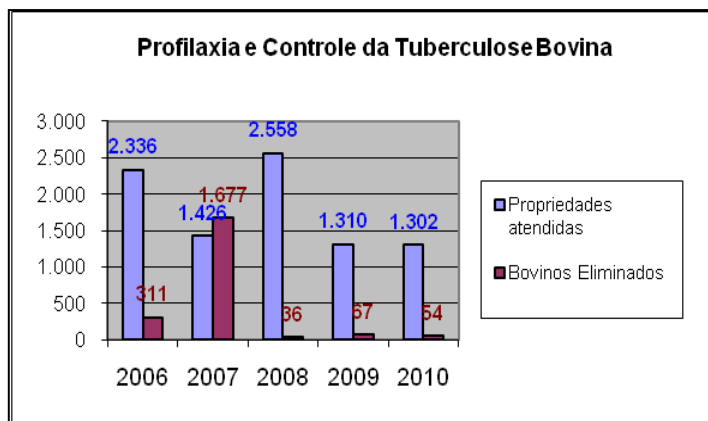
PNCEBT

As ações prioritárias referentes ao PNCEBT no Estado do Rio de Janeiro têm sido as relacionadas à vacinação de bezerras de 3 a 8 meses de idade, pelo fato de ocorrer em nosso Estado uma alta prevalência desta enfermidade, sendo assim devemos enfatizar ações de controle que visem baixar esta prevalência.

Do ano de 2009 para o ano de 2010 houve um acréscimo do número de bezerras vacinadas de 66,8 mil para 70,9 mil cabeças, devido ao aumento do quantitativo de médicos veterinários cadastrados para vacinar contra brucelose de 404 para 442, assim como por ações relacionadas à vacinação, seja por campanhas de incentivo, pelo controle na emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA com exigência de comprovação da vacinação ou pela fiscalização da vacinação nas propriedades rurais.

Concomitantemente a esta ação prioritária, possuímos um total de 187 médicos veterinários habilitados para realização de exames de brucelose e tuberculose, com obrigação legal de eliminação dos animais positivos, seja por sacrifício em estabelecimento com inspeção ou destruição na propriedade rural. O número de bovinos examinados para brucelose subiu de 34 mil cabeças no ano de 2009 para 40 mil em 2010, enquanto o número de propriedades atendidas para

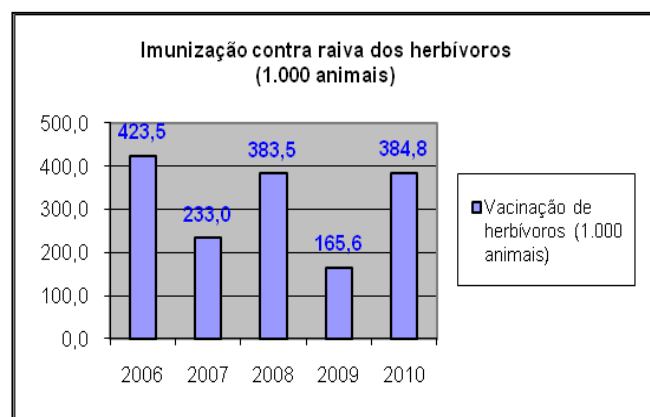
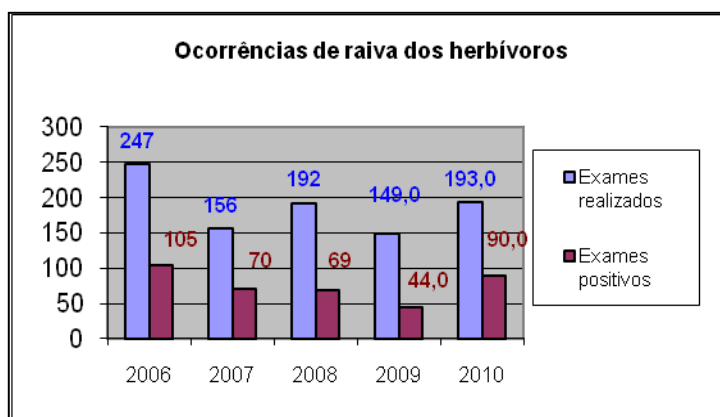
tuberculose manteve-se quase o mesmo nestes anos, de 1310 propriedades rurais em 2009 para 1302 em 2010.



Ações de Controle da raiva dos herbívoros

No ano 2007 através do Convênio MAPA/PANAFTOSA, foram treinados 15 técnicos de nível médio e 1 (um) médico veterinário Coordenador do PECERH, o que permitiu a intuição legal de 8 equipes exclusivas para o controle da Raiva dos Herbívoros. Complementando as metas do PNCRH, em março de 2008 foram distribuídos kits para execução das ações do programa.

Como resultado, no ano de 2009 e 2010 houve um incremento nas ações de cadastramento de abrigos e controle de Morcegos Hematófagos, porém observou-se que as ações foram pontuais com atendimento por demanda sem controle dos focos de Raiva confirmados. Quanto à prevenção das EEB's, foram realizados testes rápidos para detecção de proteína animal em alimentos para bovino ("Feedcheck"), além de outras ações de vigilância ativa, como a fiscalização do uso de proteína animal em alimentos para bovino, de acordo com o cronograma estabelecido para áreas de risco.



Principais ações desenvolvidas no Estado pelo Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos

Meta: Fiscalizar 50% das propriedades controladas em Anemia Infecciosa Equina no ano de 2010.

Indicador: Número de propriedades fiscalizadas sobre o número de propriedades a fiscalizar no ano de 2010

Fórmula e Cálculo:

$$\frac{\text{Propriedade Fiscalizada}}{\text{Propriedade a fiscalizar}} \times 100 =$$

RESULTADO ALCANÇADO em 2006: 30,86%

RESULTADO ALCANÇADO em 2007: 18,71%

RESULTADO ALCANÇADO em 2008: 91,66%

RESULTADO ALCANÇADO em 2009: 92%

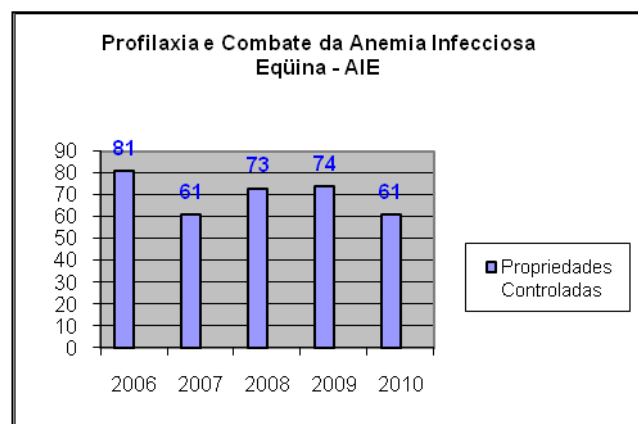
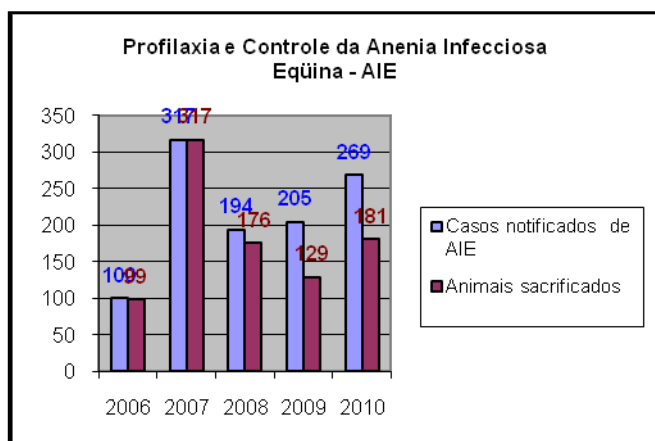
RESULTADO ALCANÇADO em 2010: 82%

Meta: Fiscalizar 60% das propriedades controladas em Anemia Infecciosa Equina no ano de 2010.

Indicador: Número de propriedades fiscalizadas sobre o número de propriedades a fiscalizar no ano de 2010.

Fórmula e Cálculo:

$$\frac{\text{Propriedade Fiscalizada}}{\text{Propriedade a fiscalizar}} \times 100 = \frac{41}{50} = 80,2\%$$



O Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos – PNSE, através dos órgãos oficiais e da iniciativa privada, tem atendido às necessidades e expectativas com respeito ao controle da Anemia Infecciosa Equina – AIE. A Comissão de Prevenção e Controle da Anemia Infecciosa Equina – CECAIE tem atuado de forma satisfatória, tendo assim colaborado sobremaneira com o bom andamento do programa. As ações de atendimento aos focos da doença são executadas pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal. Todos os casos de AIE são notificados e atendidos, tendo sido sacrificados em torno de 70% dos animais que apresentaram resultado positivo. As ações de fiscalização de propriedades controladas para AIE são executadas pelo Serviço de Inspeção e Saúde Animal da Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio de Janeiro e as de fiscalização dos laboratórios credenciados pela Coordenação Geral de Laboratórios do Departamento de Saúde Animal. No período foram atualizadas as portarias de credenciamento dos laboratórios em atendimento à Portaria 01 de 17 de janeiro de 2007.

Ações do Programa Nacional de Sanidade de Suídeos

Dando continuidade às ações executadas nos anos anteriores, foram realizadas supervisões às Unidades Veterinárias Locais para auditar as ações do Programa.

Ações do Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos

Em 26/06/2009 foi publicada a Lei Nº 11.958 (Presidência da República), que transformou a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, que atribuiu as ações de defesa sanitária em relação a animais aquáticos ao MPA.

Afim de que fosse estabelecida uma conjunção de esforços entre MPA e MAPA, foi elaborado o acordo de cooperação técnica Nº 06/2010 de 02/08/2010 e ofício Nº 009/20010 de 03/10/2009, no intuito de que fossem desenvolvidas ações de natureza técnica especializada entre as duas instituições e roteiro de procedimentos para os principais eventos de trânsito internacional de animais aquáticos e produtos derivados, respectivamente.

Em 2010, conforme acordo de cooperação e de novas instruções estabelecidas posteriormente foram realizadas no Estado do Rio de Janeiro as seguintes ações: trânsito internacional de animais aquáticos vivos e seus derivados, visitas e habilitação de quarentenários.

Ação	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - <i>produto da ação: Área Controlada</i> – PCEVEGETAL
------	--

Meta: Prevenir novas ocorrências de pragas quarentenárias em 100% da área cultivada com cana de açúcar, horticultura, fruticultura, citricultura, cafeicultura e plantas ornamentais, hospedeiras de pragas quarentenárias na área correspondente ao território Fluminense no ano de 2010.

Indicador: Percentual de área cultivada com cana de açúcar, horticultura, fruticultura, citricultura, cafeicultura e plantas ornamentais hospedeiras de pragas quarentenárias, sem novas ocorrências de pragas no território fluminense no ano de 2010.

Fórmula e Cálculo:

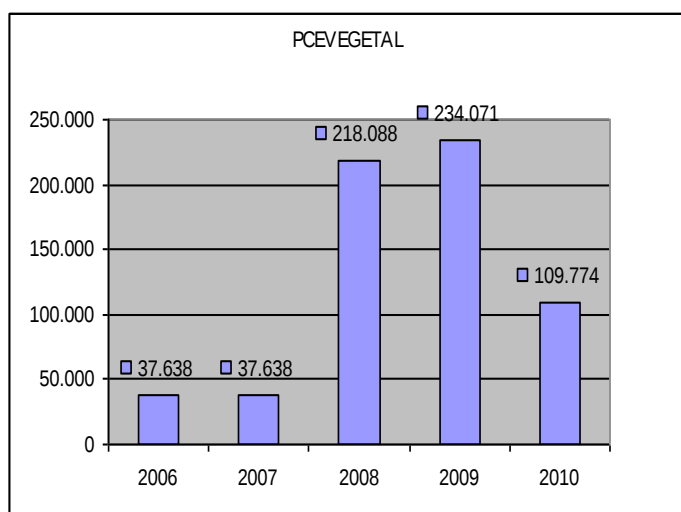
$$TSA = (AP + AC) / AT \times 100$$

TSA – TAXA DE SANIDADE

AP – ÁREA PREVENIDA 4.365.300

AC – ÁREA CONTROLADA

AT – ÁREA TOTAL



RESULTADO ALCANÇADO em 2006: $0 / (37.638 + 9.415 + 23.879) \times 100 = 0\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2007: $0 / (37.638 + 9.415 + 23.879) \times 100 = 0\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2008: $4.365.300 + 0 / 4.365.300 \times 100 = 0\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2009: $4.365.300 + 0 / 4.365.300 \times 100 = 0\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2010: $4.365.300 + 0 / 4.365.300 \times 100 = 0\%$

Comentário: O trabalho de prevenção de pragas realizado durante o ano de 2010, envolvendo as ações de educação sanitária, fiscalização do trânsito interno e interestadual e a fiscalização da certificação fitossanitárias na origem, atingiu os objetivos inicialmente traçados para o Estado do Rio de Janeiro, uma vez que, não houve no período ocorrência de pragas quarentenárias.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: CGA/DFIA/SDA/MAPA
UNIDADE: SEFAG/DDA/SFA-RJ

Programa	QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS
Indicador Nacional	Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas Taxa de Conformidade de Fertilizantes Minerais Taxa de Conformidade de Corretivos Agrícolas Taxa de Conformidade de Inoculantes

Meta: Fiscalizar 100% dos produtos agrotóxicos produzidos nas indústrias do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2010.

Indicador: Percentual de produtos agrotóxicos fiscalizados, produzidos nas indústrias no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2010.

Fórmula de Cálculo:

$$\frac{\text{Nº de tipos de produtos agrotóxicos (produzidos no RJ) fiscalizados}}{\text{Nº de tipos de produtos agrotóxicos produzidos no RJ}} \times 100$$

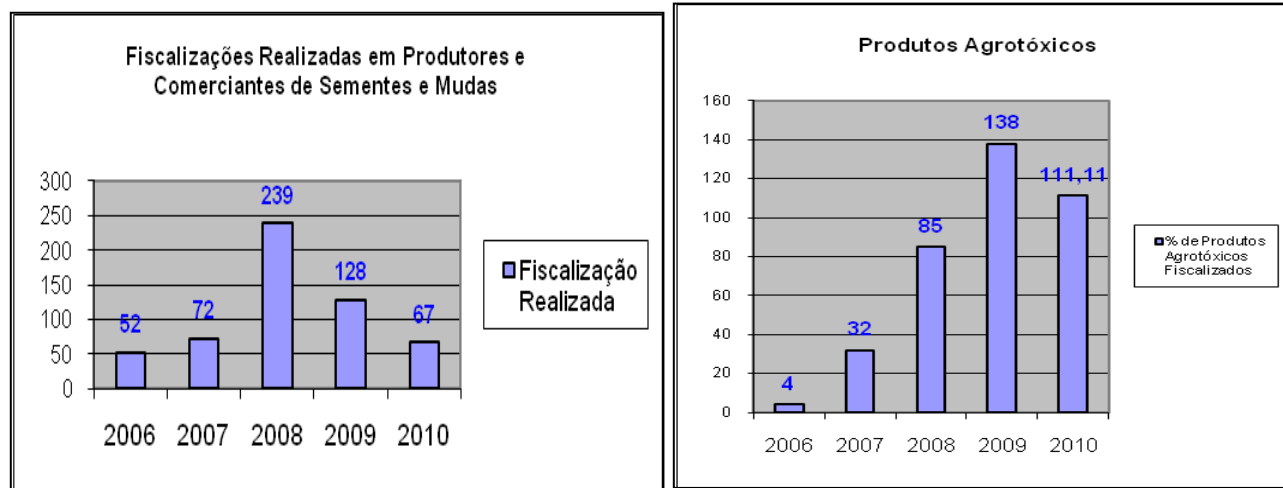
RESULTADO ALCANÇADO em 2006: $03/81 \times 100 = 4\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2007: $26/81 \times 100 = 32\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2008: $34/40 \times 100 = 85\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2009: $83/60 \times 100 = 138\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2010: $20/18 \times 100 = 111,11\%$



Ação	Fiscalização de Agrotóxicos - meta física: Fiscalização Realizada FISAGROTOX
-------------	---

Comentário: Em 2010 o resultado alcançado foi acima da meta em razão da repetição de fiscalização de dois tipos de produtos.

Ação	Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal – meta física: Fiscalização realizada – FISCINAN
-------------	---

Meta: Registrar e fiscalizar 100% dos estabelecimentos produtores de produtos destinados à alimentação animal (PPAL), no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2010.

Indicador: Percentual de estabelecimentos produtores de produtos destinados à alimentação animal, no Estado do Rio de Janeiro, fiscalizados no ano de 2010.

Fórmula de Cálculo:

$$\frac{\text{Nº de estabelecimentos (PPAL) fiscalizados em 2010}}{\text{Nº de estabelecimentos (PPAL) existentes no RJ}} \times 100$$

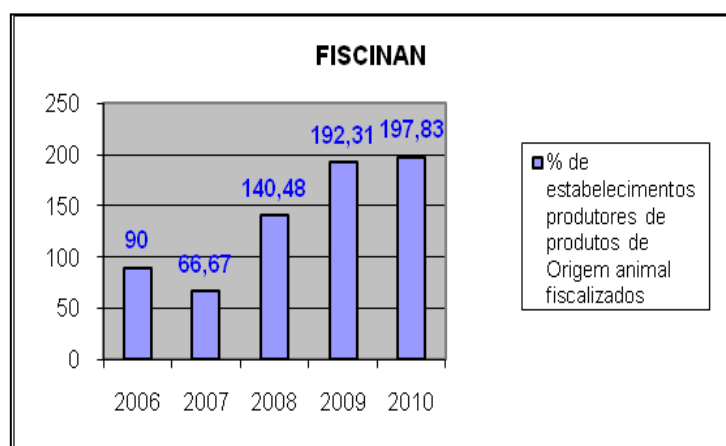
RESULTADO ALCANÇADO em 2006: $36 \times 100 / 40 = 90,00\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2007: $44 \times 100 / 66 = 66,67\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2008: $59 \times 100 / 42 = 140,48\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2009: $75 \times 100 / 39 = 192,31\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2010: $91 \times 100 / 46 = 197,83\%$



Comentário: A fiscalização priorizou a fiscalização de estabelecimentos produtores, como solicitado pela Coordenação do setor, sendo realizada mais de uma vistoria nos estabelecimentos onde foram coletadas amostras. Também foram atendidas algumas denúncias provenientes da Ouvidoria, não sendo contabilizada como fiscalização quando realizada em comércios ou clandestinos.

Ação	Fiscalização de materiais de multiplicação animal – meta física: Fiscalização realizada – FISCGENE
-------------	---

Meta: Registrar e fiscalizar 100% dos estabelecimentos produtores de materiais de multiplicação animal (PMMA), no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2010.

Indicador: Percentual de estabelecimentos produtores de materiais de multiplicação animal, no Estado do Rio de Janeiro, fiscalizados no ano de 2010.

Fórmula de Cálculo:

$$\frac{\text{Nº de estabelecimentos (PMMA) fiscalizados em 2010}}{\text{Nº de estabelecimentos (PMMA) existentes no RJ}} \times 100 =$$

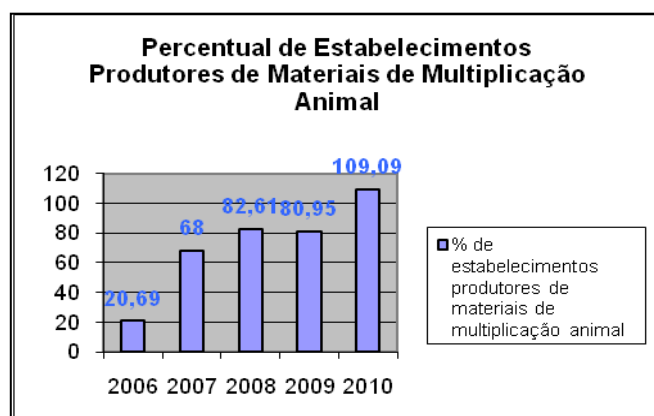
RESULTADO ALCANÇADO em 2006: $6 \times 100 / 29 = 20,69\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2007: $17 \times 100 / 25 = 68\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2008: $19 \times 100 / 23 = 82,61\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2009: $17 \times 100 / 21 = 80,95\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2010: $24 \times 100 / 22 = 109,09\%$



Comentário: Nota-se uma diminuição do universo de fiscalização devido à redução da estrutura no Estado. Foram feitas diversas fiscalizações para verificar como está a atividade no Estado. Foram cancelados 4 registros de estabelecimentos por falta de atividade. Foi emitido novo registro para estabelecimento cuja atividade é a Produção In Vitro de Embriões.

Ação	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – meta física: Fiscalização Realizada – FISFECOI
-------------	---

Meta: Fiscalizar 100% dos Estabelecimentos Produtores de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2010.

Indicador: Percentual de Estabelecimentos Produtores (EP) de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes fiscalizados no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2010.

Fórmula de Cálculo:

$$\frac{\text{Nº de EP's de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes fiscalizados}}{\text{Total de EP's de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes no Estado do RJ}} \times 100$$

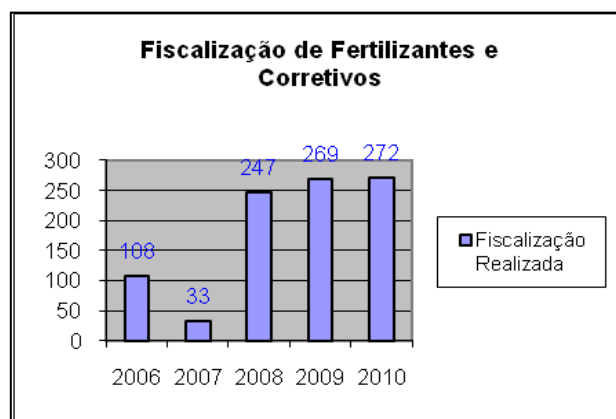
RESULTADO ALCANÇADO em 2006: $04/13 \times 100 = 30,76\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2007: $11/13 \times 100 = 84,61\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2008: $15/13 \times 100 = 115,39\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2009: $16/8 \times 100 = 200\%$

RESULTADO ALCANÇADO EM 2010: $7/7 \times 100 = 100\%$



Comentário: Seguindo recomendação da Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos – CFIC/DFIA/SDA/MAPA, foram realizadas duas fiscalizações por ano em estabelecimentos produtores, incluindo a inspeção das linhas de produção e coletas de amostras para análises fiscais.

Ação	Fiscalização de produtos de uso veterinário – meta física: Fiscalização realizada – FISPROVET
-------------	--

Meta: Registrar e fiscalizar 100% dos estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário (FPUS), no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2010.

Indicador: Percentual de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário, no Estado do Rio de Janeiro, fiscalizados no ano de 2010.

Fórmula de Cálculo:

$$\frac{\text{Nº de estabelecimentos (FPUS) fiscalizados em 2010}}{\text{Nº de estabelecimentos (FPUS) existentes no RJ}} \times 100$$

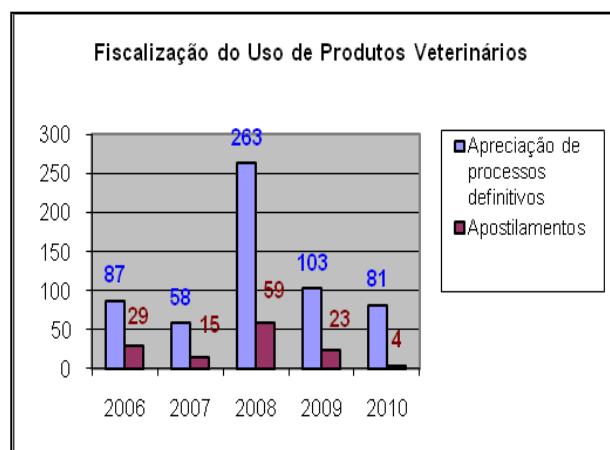
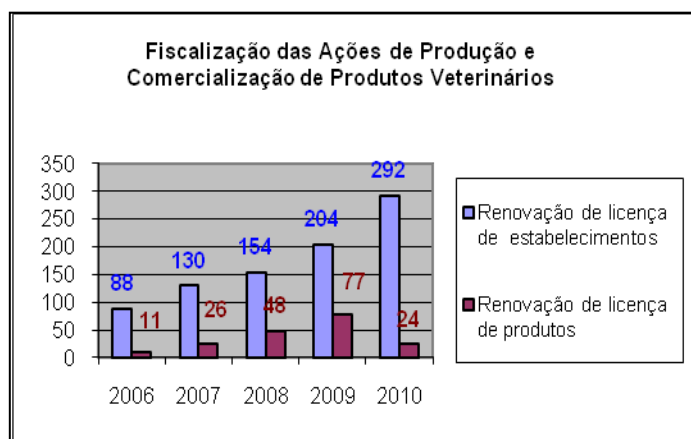
RESULTADO ALCANÇADO em 2006: $12 \times 100 / 26 = 46,15\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2007: $32 \times 100 / 29 = 110,34\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2008: $42 \times 100 / 26 = 161,54\%$

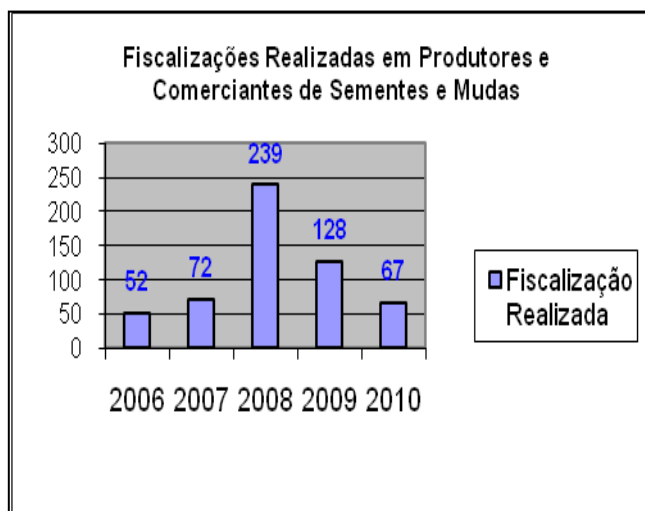
RESULTADO ALCANÇADO em 2009: $56 \times 100 / 25 = 224\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2010: $56 \times 100 / 25 = 224\%$



Comentário: Alguns estabelecimentos foram fiscalizados mais de uma vez por necessidade de verificação de cumprimentos ou colheita de amostras.

Ação	Fiscalização de Sementes e Mudanças – <i>meta física:</i> Fiscalização realizada - FISCALSEM1
-------------	--



Comentário: Houve redução de dois fiscais em 2009 para apenas um fiscal de janeiro a setembro de 2010. Consequentemente houve uma redução proporcional quanto ao número de fiscalizações realizadas.

Programa	Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Indicador Nacional	Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal Índice de Qualificação da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: CGI/DIPOA/SDA/MAPA
UNIDADE: SISA/DDA/SFA-RJ

Ação	Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal - <i>produto da ação:</i> Estabelecimento inspecionado – INSPANIMAL3
-------------	--

Meta: Inspeccionar 100% dos estabelecimentos com SIF no Estado do Rio de Janeiro no ano 2010.

Indicador: Percentual de estabelecimentos com SIF no Estado do Rio de Janeiro inspecionado no ano de 2010.

Fórmula e Cálculo:

$$\frac{\text{Nº de estabelecimentos com SIF inspecionados no Estado RJ}}{\text{Nº de estabelecimentos com SIF existentes no Estado do RJ}} \times 100$$

Nº de estabelecimentos com SIF existentes no Estado do RJ

RESULTADO ALCANÇADO em 2004: $140/140 \times 100 = 100\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2005: $130/135 \times 100 = 96,30\%$

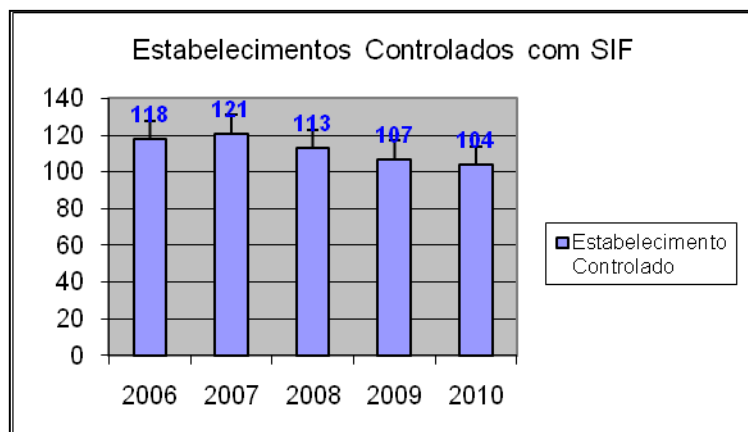
RESULTADO ALCANÇADO em 2006: $118/118 \times 100 = 100,00\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2007: $120/121 \times 100 = 100,00\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2008: $121/113 \times 100 = 93,39\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2009: $110/107 \times 100 = 97,27\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2010: $104/107 \times 100 = 97,19\%$



Comentário: A meta programada para supervisões e fiscalizações nos estabelecimentos fiscalizados no SIF DIPOA foi ultrapassada, devido a uma melhor liberação de recursos financeiros pelo órgão central e melhoria nas condições de trabalho para execução das tarefas. A variação do número de estabelecimentos inspecionados para menor se devem aos pedidos de cancelamentos feitos pelas firmas e efetivados pelo DIPOA.

Ação	Padronização e Classificação de Produtos Vegetais- <i>produto da ação:</i> Produto fiscalizado (t) – PADCLASSIF
-------------	--

Meta: Verificação e auditoria de documentos, condições de armazenamento, beneficiamento e comercialização, e da qualidade dos produtos padronizados colocados à disposição do consumidor por meio de vistorias e coletas de amostras.

Indicador: % de autuações em relação aos estabelecimentos fiscalizados, que comercializam e/ou manipulam produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico padronizados.

Fórmula e Cálculo:

$$\frac{\text{Nº de Autos de Infração}}{\text{Nº de Estabelecimentos Fiscalizados}} \times 100 =$$

Nº de Estabelecimentos Fiscalizados

RESULTADO ALCANÇADO em 2005: $17/82 \times 100 = 21\%$

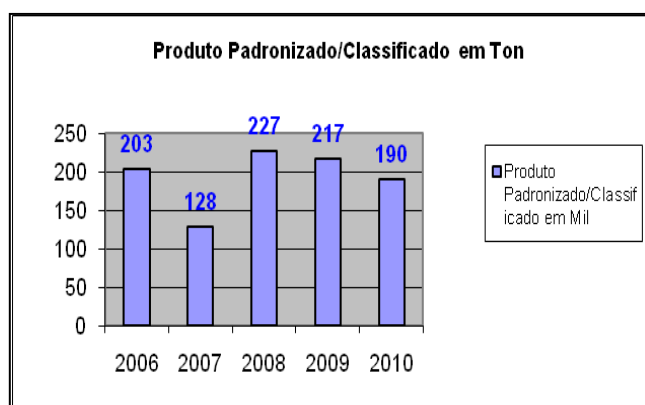
RESULTADO ALCANÇADO em 2006: $09/203 \times 100 = 4,5 \%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2007: $17/128 \times 100 = 13,3\%$

RESULTADO ALCANÇADO EM 2008: $103/170 \times 100 = 60,6\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2009: $43/186 \times 100 = 23,11\%$

RESULTADO ALCANÇADO em 2010: $43/186 \times 100 = 23,11\%$



Programa	Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
Indicador Nacional	Número de Tecnologias Protegidas no Âmbito do Agronegócio Taxa de Participação das Exportações Brasileiras no Mercado Mundial de Frutas Taxa de Participação de Associados de Associações Rurais e Cooperativas na População Brasileira Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira Taxa de Utilização e Manejo Adequados do Solo

Ação	Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica produto da ação: Unidade Controlada– CERTORGAN
------	---

Com o objetivo de garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos, essa ação prevê o credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias e implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.

Produto da ação: UNIDADE CONTROLADA → não foi possível mensurar, pois todos os segmentos envolvidos na rede de produção orgânica têm até o dia 31 de dezembro de 2010 para se adequarem às regras estabelecidas no decreto 6323 de 27 de dezembro de 2007, portanto, no ano de 2010 no estado do Rio de Janeiro, não foi realizado o controle das unidades de produção sob sistema orgânico. O controle será realizado a partir de janeiro de 2011. Foram realizadas diversas outras atividades, descritas na agenda de eventos, que somaram **437 pessoas beneficiadas diretamente**.

REALIZADO:

DATA	EVENTO	DESCRIÇÃO	PARTICIPANTES
22 a 26/02	Reunião do GT interno Produção Animal Orgânica	Reunião de criação do GT e início dos trabalhos com objetivo de apresentar uma proposta de nova redação da Instrução Normativa n.64 de 18 de dezembro de 2008 no que concerne à produção animal; apresentar proposta de adequação das normas de defesa e inspeção animal visando harmonização com as normas de produção animal orgânica. Vigência do GT será de 12 meses com reuniões mensais.	4
10/03	Reunião com produtores integrantes do SPG-ABIO núcleo Friburgo	Esclarecimentos sobre a legislação	
18 a 19/03	CTAO	Reunião p/discussão de estratégias de funcionamento e adequação à legislação dos OPAC e das OCS, em conformidade com a IN 19/09, de acordo com a regulamentação da Lei 10831, que dispõe sobre as normas de produção orgânica, período de 18 e 19/03/2010.	1
05 a 09/04	Reunião do GT interno Produção Animal Orgânica	Continuidade dos trabalhos	5
13/04	Oficina sobre Produção Agroecológica e Orgânica	Palestra para agricultores sobre a legislação com o objetivo de incentivá-los a solicitar o cadastramento das OCS que irão participar da Feira Orgânica da UFRJ.	37

20/4	Reunião com produtores integrantes do SPG-ABIO núcleo Brejal	Esclarecimentos sobre a legislação	
03 a 07/05	Reunião do GT interno Produção Animal Orgânica	Reunião na Bahia. Visita técnica a EBDA e fazenda no enorno, continuidade dos trabalhos de atualização do texto da IN64	4
16/07	Reunião com INT	Esclarecimentos sobre os mecanismos de avaliação da conformidade orgânica em resposta a intenção manifestada pelo INT em credenciar-se no MAPA como certificadora de produtos orgânicos	
02 a 06/08	Reunião do GT interno Produção Animal Orgânica	Reunião em Brasília. Finalização do texto da IN64, reunião com o setor de aves caipira, reunião com Defesa e Inspeção.	4
17/08	Reunião com produtores integrantes do SPG-ABIO núcleo Brejal	Esclarecimentos sobre a legislação e incentivo ao cadastramento como OCS	
20/08	Reunião com a Rede Ecológica de consumidores	Esclarecimento sobre os Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica	9
24/08	Palestra no CFAO	Palestra sobre mecanismos de garantia e informação da qualidade orgânica no evento "Fórum: Produção e comercialização de alimentos orgânicos na região de Seropédica"	115
24 e 25/09	Participação na FEPORT	Palestra sobre legislação federal de orgânicos	24
27/09	Participação no mestrado da CFAO	Aula sobre legislação federal de orgânicos	20
13/10	Semana da Alimentação Carioca	Participação na mesa redonda para o debate sobre "A nova lei dos Orgânicos: avanços e desafios"	23
17/11	Publicação da CPORG/RJ no Diário Oficial da União	Portaria nº 650 de 12 de novembro de 2010, que institui a CPORG/RJ.	
19/11	Palestra na Universidade Estácio de Sá	Palestra sobre Produção Animal Orgânica para alunos de veterinária	39
06 a 10/12	ENCONTRÃO	ENCONTRO NACIONAL da COAGRE, sobre Adequação do Setor Produtivo aos Mecanismos de Controle para Garantia da Qualidade Orgânica.	2
13 a 17/12	Realizar capacitação de agricultores em sistemas orgânicos de produção animal	Capacitação de produtores em produção animal orgânica, participação em Dia de Campo, implantação de unidade demonstrativa em produção de leite orgânico	10
14 a 17/12	Seminário da Questão Agrária - EIV 2011	Palestra sobre legislação federal de orgânicos	
15 a 17/12	Auditoria para credenciamento da ABIO	Auditoria com a COAGRE/SDC/MAPA para credenciamento da Associação dos Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro (ABIO) como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC)	140
TOTAL DE PARTICIPANTES			437

Restrições Financeiras:

O contingenciamento de recursos retraiu significativamente a execução de atividades pertinentes às ações de desenvolvimento da agricultura orgânica e garantia da qualidade dos produtos dela derivados..

CERTORGAN: Não foi possível realizar atividades para apoio da construção de Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica, atribuição do MAPA conforme estabelece o Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007. A falta de recursos também foi limitante para as atividades de divulgação e esclarecimentos da legislação federal sobre a agricultura orgânica para produtores, técnicos e comerciantes, bem como para ações de fomento ao cadastramento de produtores orgânicos em venda direta.

Providências para 2011:

Como pode ser observado neste relatório, no ano de 2010 foram realizadas principalmente ações orientativas e de fomento, sendo ainda insipientes, devido principalmente a escassez de recursos financeiros e de pessoal. Para o ano de 2011, devido a entrada em vigor da legislação nacional para agricultura orgânica, é de fundamental importância que tenhamos recursos disponíveis para a fiscalização de todos os setores envolvidos com a qualidade orgânica dos produtos (produtores, certificadoras, sistemas participativos de garantia, comércio e indústrias), como regem os instrumentos normativos.

É necessária a continuidade bem como o incremento das ações de fomento e capacitação do setor produtivo para que se atinja o pleno desenvolvimento da agricultura orgânica estadual.

Ação	Fomento à Inovação do Agronegócio – produto da ação: Projeto Apoiado - INOVAGRO
-------------	--

8560 - Fomento à Inovação no Agronegócio

Essa Ação visa estimular a ampliação do capital intelectual protegido no agronegócio, para facilitar o acesso do produtor rural e demais segmentos agropecuários às inovações tecnológicas, que contribuam para a melhoria da competitividade e a sustentabilidade do setor agrícola. As atividades englobam a celebração de acordos de cooperação, convênios e contratos; realização de levantamentos para identificação de demandas; sensibilização e mobilização de instituições governamentais, produtores rurais, suas organizações coletivas, empresas do setor agropecuário, instituições de pesquisa, ensino, de assistência técnica e extensão rural, por meio de seminários, reuniões, fóruns e publicações, para elaboração e implementação de ações integradas e projetos participativos.

Ainda dentre as ações da CAPTA, foram desenvolvidas algumas atividades que se enquadram no PI REGENAGRO, tais:

- Reuniões do grupo de sementes florestais
- Visitas para levantamento e caracterização de espécies nativas de interesse da agropecuária a partir do Bioma Mata Atlântica, principalmente com relação ao aproveitamento sustentável dos frutos da jussara (*Euterpe edulis*, Martius).

No rol das ações ligadas ao programa INOVAGRO desenvolvidas pelo DPDAG/RJ, foram realizadas as seguintes:

Apoiar o Desenvolvimento de APLs no RJ

Os Arranjos Produtivos Locais, APLs, são formas de organização dos territórios visando criar uma governança específica para desenvolver o potencial econômico de uma região, em torno de uma atividade nucleadora. Nossas ações nessa área, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, são especialmente voltadas para a participação como instituição-membro da Câmara de APLs do Estado, o diagnóstico de potenciais APLs e na discussão, com as demais instituições, de formas de constituição de APLs, seus sistemas de governança e impactos potenciais. Para atingir essas metas, foram desenvolvidas as seguintes ações:

Participação das reuniões da Câmara de APL/RJ

Como membro da Câmara de APL do Rio de Janeiro, participamos das reuniões mensais desse órgão, onde discutimos potencialidades de APLs agrícolas no Estado e também ações convergentes do Mapa em APLs não agrícolas. No primeiro caso, temos discutido a criação/organização de APLs agrícolas, já que a Câmara não dispõe de nenhum APL do setor, e considerando que o Rio de Janeiro é um estado que possui diversas atividades agrícolas, como a fruticultura nas regiões Norte, Noroeste e Serrana, a bananicultura nas regiões Metropolitana e da Costa Verde. Para o ano de 2011, estamos planejando realizar, com o apoio da Câmara e de instituições como a Emater e Secretaria de Estado da Agricultura, um levantamento do potencial dos APLs agrícolas no Estado. Com relação a atividades convergentes com a ação do Mapa no âmbito de APLs não agrícolas, destaca-se a necessidade de se criar alternativas de biomassa como combustível de fornos de cerâmicas na região Norte, bem como analisar a possibilidade de se utilizar reflorestamentos com vistas a abastecer o Pólo Moveleiro de Caxias.

Participação em reuniões e encontros técnicos para discussão de APL's no Rio de Janeiro.

Além das nossas ações na Câmara de APLs do Rio de Janeiro organizamos, em parceria com outras instituições ou participamos de eventos voltados para a discussão e a avaliação de APL's como instrumento de desenvolvimento local sustentável. Isso ocorreu através de encontros realizados em parceria como o Sebrae, com a UFRRJ e com o INPI, buscando-se discutir aspectos ligados à formação da governança em APLs e potenciais impactos dos APL's existentes. Numa reunião de avaliação realizada por um conjunto de Universidades, sob a coordenação do BNDES, concluiu-se que a Câmara de APLs do Rio de Janeiro deveria ter uma ação mais dinâmica, no sentido de incentivar e ao mesmo tempo corrigir o planejamento dos atuais APL's visando elevar a sua viabilidade social e econômica.

Promoção de reuniões com atores localizados em regiões ou cadeias produtivas com potencial para desenvolvimento de APLs ou arranjos produtivos semelhantes.

Foram realizadas diversas reuniões com produtores e instituições interessadas na formação de redes visando o desenvolvimento de cadeias produtivas ou ações integradas produtores/consumidores.

No primeiro caso, destaca-se o trabalho liderado pela equipe do Sebrae-Nova Friburgo e do DPDAG-RJ, com a participação da Emater, Prefeitura Municipal, Embrapa, Secretaria de Agricultura e UFRRJ, visando a organização da cadeia de caprinos na região Serrana. Foram realizadas reuniões mensais onde foram discutidos os pontos fracos, fortes, potencialidades e desafios dessa cadeia produtiva, elaborada uma programação e formado um grupo de governança, como embrião de uma futura associação ou cooperativa. Importante observar que na organização da produção e dos produtores o trabalho se desenvolve numa perspectiva temporal que é própria do grupo que está sendo organizado, sendo que os resultados são mais qualitativos e sequenciais do que números absolutos. O que interessa obter não é número de reuniões ou de visitas, nem número de produtores trabalhados, e sim o alcance da meta finalística de organização, aprimoramento e apoio na viabilização de um produto ou atividade. O resultado aqui foi a criação de um grupo com um projeto comum, mas cujos resultados no futuro dependerão da dinâmica dos próprios interessados, sendo que a ação do Mapa e do Sebrae, doravante, será de auxiliá-los em questões pontuais.

Com relação a ações de desenvolvimento e integração de cadeias, destacamos o trabalho realizado em Paraty, com o grupo da Gastronomia Sustentável, e em Angra dos Reis, referente à maricultura, e em especial, a produção de Vieiras. No projeto da Gastronomia Sustentável, buscou-se reforçar a iniciativa dos atores locais no sentido de se criar uma ligação comercial entre

produtores agroecológicos de Paraty e região e um grupo de restaurantes da cidade, cuja proposta é adquirir produtos da agricultura familiar local e utilizá-los no cardápio dos restaurantes, valorizando a culinária caíçara e ao mesmo tempo agregando valor e criando-se mercado para a produção local (ver Box 1). As ações de uma rede de instituições, incluindo o MAPA/DPDAG-Rio de Janeiro, convergiram para a criação de um grupo de trabalho permanente (rede de instituições), uma lista de discussão e a formatação de um projeto de intervenção. Como resultado, foram criados 4 grupos de trabalho dos quais participaram as instituições, restaurantes e produtores: Organização do setor, Capacitação, Regularização dos produtores, Comunicação e divulgação. As ações do Mapa/DPDAG-RJ foram principalmente orientadas para o grupo Regularização dos Produtores, o qual inclui ações ligadas à fiscalização e padronização dos produtos, conforme demonstrado no Quadro 1.

Já em Angra dos Reis, buscou-se atuar em duas vertentes: numa primeira, o objetivo foi a organização dos atores, através de várias reuniões incluindo maricultores, o Instituto IEDBIG (produção das sementes de vieiras), a Prefeitura Municipal, O Instituto Estadual de Pesca, o SEBRAE e o Ministério de Pesca e Maricultura. O objetivo aqui foi de se criar uma rede de governança local. Numa segunda vertente, estuda-se organizar a cadeia na direção de uma Indicação Geográfica ou Marca Coletiva, ou mesmo no contexto de um APL da maricultura. Os trabalhos continuam na região, principalmente com o apoio do Sebrae e da Prefeitura Municipal.

Levantar Gargalos e Demandas Tecnológicas que Restringem o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio no RJ

Nessa ação buscou-se, juntamente com outros atores e instituições, promover soluções que possam reduzir gargalos à produção agropecuária no Rio de Janeiro, principalmente através da participação no Grupo de Coordenação dos Territórios da Cidadania no Rio de Janeiro e apoio a demandas de produtores e associações visando atender demandas específicas na esfera do Mapa, bem como fiscalização de convênios.

Quadro 1 - Ações convergentes com o MAPA no Grupo de Regularização dos Produtores, da Gastronomia Sustentável de Paraty e Região.



Reuniões do grupo de Comitê de Articulação Estadual dos Territórios da Cidadania no Rio de Janeiro

No estado do RJ, o MAPA é membro do Comitê de Articulação Estadual dos Territórios da Cidadania (CAE-RJ), e através do DPDAG-Rio de Janeiro, participou das reuniões do CAE, embora sem dotação orçamentária para ações específicas. Entretanto, executamos atividades que são transversais na atuação de outros órgãos, como a fiscalização de produtos animais (SIF), o apoio ao cooperativismo e associativismo, a organização de cadeias produtivas (fruticultura, caprinocultura, maricultura, produtos da sociobiodiversidade (jussara), produtos orgânicos, IGs, APLs). Torna-se necessário que para os próximos anos, nossa atuação no CAE possa ocorrer a partir de linhas orçamentárias específicas, quando poderemos participar mais diretamente das ações em implementadas pelo conjunto das instituições executoras.

Participar de Eventos Ligados à Propriedade Intelectual e Tecnologia

Sendo o Rio de Janeiro um centro de tecnologia, com várias atividades e instituições ligadas à área de PI, no âmbito do DPDAG-RJ participamos de diversos eventos ligados ao tema, tais como:

- Participação nas reuniões do Grupo de PI e Inovação da UFRJ
- Participação no Seminário internacional de Marcas em São Paulo
- Participação Workshop de Experts em Cadeias Produtivas em Agra, Índia, representando o Mapa.
- Reuniões para formação de redes de colaboração com a Embrapa e a UFRJ
- Palestra na Embrapa Tecnologia de Alimentos, para expor os programas do Mapa na área de PI, especialmente as IGs; definição de linhas de pesquisa que seriam interessantes para apoiar o desenvolvimento local e a redução dos gargalos tecnológicos na agricultura do Rio de Janeiro.

Participar, Animar e Representar o DPDAG em Fóruns, Conselhos, Redes ou Grupos voltados ao Desenvolvimento do Agronegócio no RJ

Participação das reuniões do CEDRUS

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável é a principal organização de apoio aos produtores familiares no Estado, onde se busca apoiar projetos de infraestrutura territorial ou de consórcios de municípios através de recursos do Pronaf e da Conab. O Mapa/DPDAG-RJ tem assento nesse conselho e tem sido atuante na discussão e aprovação de projetos para a pequena produção.

Participação das reuniões da CTCFAF

A CTCFAF é uma câmara técnica que tem por objetivo analisar os projetos direcionados a agricultura familiar que usam recursos do Pronaf. Posteriormente, os projetos aprovados na CTCFAF são encaminhados para uma instância maior, que é o Cedrus. O Mapa/DPDAG-RJ faz parte dessa câmara e tem atuado na análise e seleção desses projetos. Além dessas atividades, no ano de 2010, a SFA/RJ através do DPDAG-RJ, também proferiu palestras, participou de reuniões técnicas e apoiou projetos ligados ao PI Inovagro, através dos seguintes eventos (Quadro 2):

Quadro 2 - Detalhamento das ações desenvolvidas no PI Inovagro por data e número de participantes

DATA/EVENTO	DESCRIÇÃO	Nº PARTICIPANTES
01/01 a 30/11/2010	Atividades desenvolvidas relativas a organização de produtores em cadeias produtivas com potencial de APLs: • Reuniões de sensibilização • Planejamento de atividades • Planejamento estratégico • Visitas a propriedades • Reuniões com instituições ligadas às propostas nos municípios de Angra dos Reis, Paraty, e Friburgo	
02/03/2010	Participação da reunião da Câmara de APLs do Rio de Janeiro, defendendo a proposta de análise e diagnóstico de potenciais APLs agrícolas no estado.	19 técnicos, representando as respectivas instituições
16/03/2010	Participação da reunião do Comitê de Articulação Estadual (CAE), do território da cidadania	35 técnicos
18/03/2010	Participação na reunião do Núcleo de Sementes e Mudanças Florestais	10 técnicos, 02 produtores
26/03/2010	Reunião do grupo de organização da caprinocultura na região de Friburgo, RJ	12 produtores, 08 técnicos
31/03/2010	Visita in loco para fiscalização do convênio COEP	3 técnicos
01/04/2010	Visita in loco a áreas rurais e urbana para fiscalização do convênio de Implantação da Agroindústria Familiar de Mesquita	17 produtores, 03 técnicos
16/04/2010	Reunião do grupo de caprinocultura de Friburgo, RJ	08 produtores, 6 técnicos
29/04/2010	Reunião do Núcleo de Pesquisa Mercados, Redes e Valores, do CPDA/UFRRJ	12 professores e pesquisadores, 3 técnicos
30/04/2010	Reunião com o SEBRAE em Friburgo, visando a organização das cadeias de morango e caprinos	09 técnicos, 08 produtores
06/05/2010	Reunião do Núcleo de Pesquisa Mercados, Redes e Valores, do CPDA/UFRRJ – proposta de análise de cadeias produtivas do agronegócio.	11 pesquisadores
13 a 14/05/2010	Reunião do grupo da Gastronomia Sustentável em Paraty – planejamento da cadeia de fornecimento	08 produtores, 07 restaurantes, 08 técnicos
24 a 28/05/2010	Viagem a Agra, Índia, para participar do grupo de experts discutindo empoderamento de pequenos produtores e trabalhadores rurais nas cadeias produtivas globais	35 pesquisadores

02 a 04/06/2010	Reunião com pesquisadores do INRA/UMR INNOVATION em Montpellier, referente à valorização de produtos agrícolas através de organização de cadeias voltadas para a qualidade dos produtos.	09 pesquisadores
22/06/2010	Reunião do grupo de produtores de caprinos no Sebrae de Friburgo, RJ	08 produtores, 07 técnicos
30/06/2010	Reunião do grupo da Gastronomia Sustentável de Paraty – comitê de organização da produção	06 produtores, 06 donos de restaurantes e 08 técnicos
13/08/2010	Reunião do grupo da Gastronomia Sustentável de Paraty – comitê de organização da produção	05 produtores, 07 donos de restaurantes e 04 técnicos
18 a 19/08/2010	Reunião com produtores e técnicos e visitas a áreas de maricultura de vieira, no município de Angra dos Reis, RJ	10 produtores, 08 técnicos
08/09 a 10/09/2010	Reunião em Angra dos Reis com o grupo de organização da cadeia produtiva da maricultura, visando um arranjo produtivo local	12 técnicos, 08 produtores
05 a 06/10/2010	Reunião do grupo da Gastronomia Sustentável de Paraty – regularização da produção	08 produtores, 06 donos de restaurantes e 07 técnicos
05 e 06/11/2010	Reunião sobre Metodologia e resultados da pesquisa de APLs no Sebrae, pela rede Sist.	43 técnicos, 08 produtores
24/11/2010	Reunião sobre APLs e Propriedade Intelectual, no INPI	55 técnicos

Programa	Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual
Indicador Nacional	Crescimento do Volume de Depósitos de Patentes de Invenção (Prioridade BR) Crescimento do Volume de Depósitos de Patentes de Modelo de Utilidade (Prioridade BR) Prazo de Análise de Contratos e Faturas de Tecnologia Prazo de Concessão de Patentes Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial Prazo de Concessão de Registro de Marcas

Ação	Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – produto da ação: Produtor Atendido – INDGRAF
-------------	--

2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - INDGRAF

Essa Ação tem como finalidade incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de Indicação Geográfica (IG), acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o conseqüente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional. A Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio de Janeiro desenvolveu inúmeras atividades no sentido de apoiar as inovações que podem fazer diferença para o produtor do Estado do Rio de Janeiro (agregar valor ao seu produto). O âmbito das ações neste programa envolveu as seguintes atividades:

Diagnóstico de Potenciais IG's no RJ

Reunião com atores e instituições ligados às IGs no Rio de Janeiro

Em todos os eventos em que participa o DPDAG-RJ tem buscado levantar o potencial de novas IGs no estado do Rio de Janeiro, seja de forma direta (reuniões com esse objetivo) ou indireta (em reuniões com outros objetivos, mas buscando observar potenciais de reconhecimento de novas IGs). No primeiro caso, diversas reuniões foram realizadas com o Sebrae (Gastronomia Sustentável, Vieiras de Angra dos Reis, tangerina Ponkan de Teresópolis, morango de Friburgo (marca coletiva), caprinocultura de Friburgo), técnicos do INPI, Embrapa CTAA e técnicos da Emater e outras instituições, buscando levantar o potencial de novas IGs no estado. Entretanto, é necessário considerar que IGs não se criam ou se formam elas são reconhecidas. Sendo assim, tem havido por parte dos técnicos do DPDAG-RJ uma atitude cautelosa e uma visão de longo prazo sobre as IGs, considerando que após o reconhecimento de uma iniciativa desse porte, a etapa mais importante é o pós-IG, onde há grande necessidade de organização dos produtores, criação de sistemas de controle fiáveis e seguros, assunção de custos de manutenção, necessidade de marketing e distribuição do produto, entre outros desafios. Com base no exposto, potenciais IGs sempre são consideradas como **uma das opções** de agregação de valor, e talvez aquela que deva ser implementada e reconhecida somente a partir de um bom nível de organização dos produtores e de valorização do produto pelo mercado.

Palestras para divulgação do Programa no Rio de Janeiro

Foram realizadas palestras para divulgação do programa em diversos eventos no Estado, como no Rio Orgânico, Embrapa, reuniões com produtores na região serrana e na região da Baía da Ilha Grande. Bem como através da Lista de Discussão que até dezembro de 2010 foi coordenada pelo DPDAG-Rio de Janeiro.

Visitas a regiões do Estado para análise de viabilidade de novas IG's

Essas visitas foram realizadas principalmente após demandas de produtores ou instituições, considerando que no ano de 2009, todas as regiões foram visitadas e o programa difundido. Em 2010, a viabilidade de novas IGs no estado foi sempre avaliada a partir da comparação de um conjunto de outras opções de agregação de valor, pelo próprio potencial de reconhecimento e da organização da cadeia produtiva. Como possibilidade de reconhecimento de novas IGs para 2011, destacam-se o aipim de Santa Cruz, a vieira da Baía da Ilha Grande, o mel da região Noroeste, o chuvisco de Campos, e talvez opções de IGs de serviços, como a Gastronomia Sustentável, no futuro.

Moderação e animação da Lista de Discussão sobre Indicações Geográficas

A lista de discussão sobre IGs no Rio de Janeiro (indicacoes-geograficas-no-rj@googlegroups.com), foi criada por um conjunto de instituições (Mapa, Sebrae, INPI, UFRRJ), sob a coordenação do Mapa. Ela tem sido moderada desde então pelo DPDAG-Rio de Janeiro, contando com 285 participantes de várias instituições, produtores, pesquisadores, professores e

profissionais da área de PI. Na lista têm sido discutidos diversos temas de interesse da área de IGs e Marcas Coletivas, o que vem contribuindo para a formação de uma massa crítica e de divulgação dessas iniciativas. A Lista tornou-se um referencial em termos de Brasil e até de outros países em relação a discussão de temas complexos e fornecimento de informações sobre novas e antigas IG's, bem como sobre assuntos relativos ao contexto internacional dessas iniciativas. Numa pesquisa entre os participantes, a lista foi avaliada favoravelmente e foram apresentadas sugestões para seu aperfeiçoamento (ver Box 2). Em dezembro, a moderação da lista foi repassada a um pesquisador da UFRRJ, com vivência e formação na área de IGs, substituindo assim, a moderação do Mapa.

Apoio na Organização de Novas IG's no RJ

Nesse item, as ações foram direcionadas para análise do potencial de algumas cadeias produtivas em serem reconhecidas como IG's. Esse foi o caso, por exemplo, dos trabalhos desenvolvidos em Angra dos Reis, com a maricultura de vieiras, do grupo de produtores de caprinos de Teresópolis, e das propostas da Gastronomia Sustentável como uma futura/potencial IG de serviços. Esses trabalhos foram desenvolvidos, entretanto, como uma possibilidade de IG entre outras formas de agregação de valor, onde as vieiras de Angra dos Reis se mostram como uma possibilidade forte de reconhecimento. O problema se configura no baixo grau de organização da cadeia produtiva e na dependência dos produtores no fornecimento do seu insumo principal, que são as sementes de vieira. Como lições, verifica-se que o reconhecimento e organização de novas IGs, ao menos no âmbito do Rio de Janeiro, demanda ainda muito trabalho de preparação dos produtores rurais.

Apoio às Atividades da IG de Paraty

Em Paraty, demos continuidade ao apoio à fase de pós-reconhecimento da IG, participando de reuniões e do planejamento da IG. O Sebrae realizou um excelente trabalho de planejamento estratégico da IG, para período 2010-2012, cujo resultado foi a aprovação do projeto da APACAP entre os editais de financiamento de apoio por parte daquela instituição. Acreditamos que no âmbito da assessoria direta do DPDAG-Rio de Janeiro, nossa função foi importante para o amadurecimento e organização do grupo da APACAP. Nossa intenção, já demonstrada desde o início desse trabalho, é que a IG absorva a produção local criando, por um lado, autonomia na oferta de cana-de-açúcar, e por outro, uma maior inclusão e participação dos produtores de cana na cadeia produtiva da IG. No âmbito do município, ainda há necessidade de uma maior divulgação interna da IG e que a comunidade adote a iniciativa como algo seu, valorizando-a e obtendo economias de escopo no contexto das atividades turísticas e produtivas. Em termos de mercados, faz-se também necessário a conquista de novos mercados e uma maior promoção da IG fora da região, como forma de criar sustentabilidade e favorecer economias de escala. Um sumário de atividades que julgamos necessárias na fase pós-reconhecimento da IG de Paraty, encontra-se no Quadro 3.

Quadro 3 - Atividades Necessárias ao Desenvolvimento da IG de Paraty

Atividades Necessárias na IG de Paraty - Período: 2011-2012
1 - Organização da Produção de Cana de Açúcar 1.1 - Diagnóstico dos produtores de cana-de-açúcar e suas organizações 1.2 - Levantamento da produção e suas características 1.3 - Análise do ensaio de cultivares 1.4 - Definição do sistema de produção 1.5 - Planejamento da produção 1.6 - Definição dos mecanismos de comercialização produtores/alambiqueiros
2 - Organização do Processo Industrial 2.1 - Características dos alambiques 2.2 - Levantamento da produção de cachaça e de outros derivados 2.3 - Controle de qualidade no processo industrial 2.4 - Melhorias e inovações no processo industrial 2.5 - Uso da água 2.6 - Uso da lenha e de fontes alternativas de energia 2.7 - Tratamento dos líquidos industriais 2.8 - Tratamento do bagaço
3 - Reorganização da IG 3.1 - Redefinição de membros, com a inclusão de produtores e consumidores 3.2 - Redefinição do Conselho Gestor 3.3 - Análise do atual sistema de controle 3.4 - Coordenação da cadeia produtiva 3.5 - Montagem de um observatório para acompanhamento sistemático, registro de dados e planejamento 3.6 - Definição da rede de atores e respectivas atividades (ver a Articulação proposta pelo André) 3.7 - Definição de um projeto e de um cronograma de atividades 3.8 - Definição das fontes para mobilização de recursos
4 - Estratégia de Marketing 4.1 - Estudo do mercado da cachaça 4.2 - Posicionamento do produto 4.3 - Marketing interno - divulgação da IG e seus produtos no município e região 4.4 - Marketing externo - divulgação da IG e seus produtos em outros mercados 4.5 - Elaboração de site 4.6 - Elaboração de material promocional e de divulgação 4.7 - Elaboração de 2 vídeos sobre a IG e a cachaça de Paraty (curto, para propagando e médio, para TV)

Apoio a Eventos Sobre IGs fora do RJ

O DPDAG-RJ sempre se colocou à disposição da CIG, em Brasília, bem como de colegas de outras unidades da federação, no sentido de apoiar processos de reconhecimento de IGs. Nesse sentido, continuamos um trabalho de acompanhamento e análise das IG's brasileiras, a partir de elaboração e reaplicação do questionário já utilizado em 2008. Entretanto, ainda não foi obtido retorno de quatro IG's, o que dificulta a análise das informações. Esse trabalho deve ser realizado ao longo do ano de 2011. No que concerne à discussão operacional e acadêmica das IG's, o DPDAG-RJ tem buscado estimular o debate e participado de diversos fóruns sobre o tema, tendo se tornado uma referência em termos de Brasil, principalmente pela experiência com a IG de Paraty, bem como pela sua ligação com a academia, através do Núcleo de Pesquisas "Mercados, Redes e Valores", do CPDA/UFRRJ, bem como através do projeto entre o Brasil e a França na área, denominado "Capes/Cofecub". No âmbito propositivo, o DPDAG-RJ tem apresentado propostas de estudo e acompanhamento das IG's brasileiras, a exemplo da estrutura de pesquisa proposta numa

espécie de observatório, ilustrado resumidamente na Figura 2. O DPDAG-Rio de Janeiro, também ajudou a organizar juntamente com o DPDAG-PB, e participou em palestras e discussões, no II Seminário Internacional sobre IG's, João Pessoa, Paraíba. Participou ainda do Workshop Internacional sobre IGs em São Paulo, onde participou dos debates e promoveu uma degustação da cachaça de Paraty. Além dessas atividades, o DPDAG-Rio de Janeiro, com o apoio da CIC e da CAPTA, realizou as seguintes ações:

- mediação, gerenciamento, animação e debates entre atores e instituições direta ou indiretamente ligados às IG's e outros signos distintivos
- Elaboração de projeto visando a criação de uma rede nacional de pessoas e instituições ligadas às IG's no Brasil
- Elaboração de uma proposta de programa de pesquisas e de incentivos, configurando uma política pública voltada para as IGs no Brasil

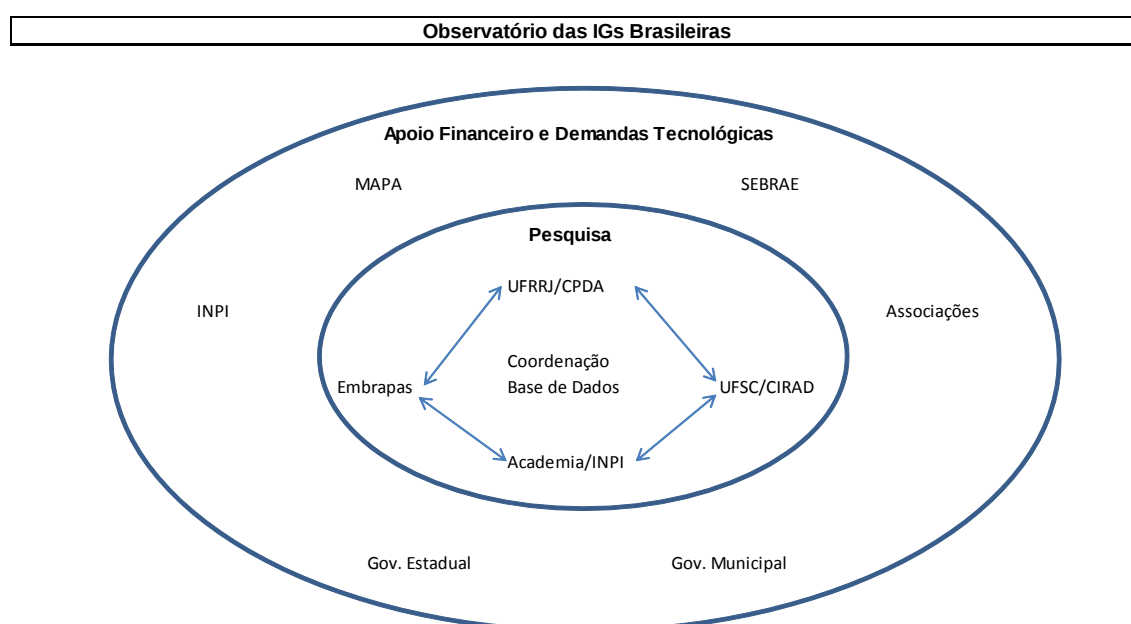


Figura 1 - Proposta de uma estrutura de pesquisa e acompanhamento das IG's brasileiras

No Quadro 4, a seguir, estão resumidas as principais atividades realizadas pelo DPDAG-Rio de Janeiro, no âmbito do PI INDGRAF, no ano de 2010:

Quadro 4 - Detalhamento das ações desenvolvidas no PI Indgraf por data e número de participantes

DATA/EVENTO	DESCRIÇÃO	Nº PARTICIPANTES
01/01 a 30/11/2010	• Moderação, animação e participação na Lista de Discussão sobre IGs no RJ • Elaboração de diagnóstico e tabulação de respostas sobre a participação dos membros na Lista • Re-elaboração e envio do Questionário das IGs brasileiras • Elaboração de um rascunho do plano para observatório das IG's e governança em rede dessas iniciativas, discutido na Lista	282 participantes (técnicos, produtores, pesquisadores e professores)

16/04/2010	Reunião em Friburgo sobre a Marca Coletiva dos produtores de morango - AMORANGO	06 produtores, 05 técnicos
29/04/2010	Reunião no CPDA, do Núcleo de Pesquisas Mercados, Redes e Valores, com relação à preparação do II Seminário Internacional de IGs em João Pessoa, PB	05 técnicos, 06 pesquisadores
06/05/2010	Reunião do Projeto Capes/Cofecub, referente ao intercâmbio de estudos e pesquisas sobre IG's entre Brasil e França	02 técnicos e 07 pesquisadores
13 a 14/05/2010	Reunião e visita a alambiques de produtores de cachaça da APACAP, em Paraty, paralelamente aos trabalhos da Gastronomia Sustentável	07 produtores, 03 técnicos
02 a 04/06/2010	Reuniões com técnicos do INRA, em Montpellier, França, relativas ao desenvolvimento de programa de trabalho conjunto Brasil e França, na área dos Signos Distintivos de Qualidade	05 pesquisadores
19/06/2010	Palestra sobre IG's no Rio Orgânico.	22 produtores, 29 técnicos
28 e 29/06/2010	Reunião com os produtores da IG de Paraty	06 produtores, 04 técnicos
22/07/2010	Reunião no INPI sobre IG's e Marcas Coletivas	18 técnicos
23/07/2010	Palestra na Embrapa Tecnologia de Alimentos	45 pesquisadores
30/07/2010	Reunião e visitas com produtores de cachaça de Paraty e grupo da Gastronomia Sustentável	08 produtores, 07 técnicos
04/08/2010	Reunião do Núcleo Mercados, Redes e Valores no CPDA/UFRRJ, sobre plataforma de estudos das IGs brasileiras	06 pesquisadores
20 a 22/08/2010	Reunião com produtores e participação no stand da Festa da Cachaça de Paraty	Produtores rurais (diversos), 07 produtores de cachaça, 08 técnicos
08 a 10/09/2010	Reunião com produtores e técnicos da cadeia produtiva da Vieira, visando a organização da produção e levantamento dos problemas existentes na cadeia.	09 produtores, 08 técnicos

20 a 22/09/2010	Organização, participação e palestra no II Seminário Internacional de IG's na Paraíba, em João Pessoa.	Cerca de 25 produtores, 45 técnicos, 32 pesquisadores
05 a 06/10/2010	Reunião com o grupo da APACAP para definir diretrizes do trabalho no âmbito da IG.	06 produtores, 03 técnicos
05 e 06/11/2010	Reunião com produtores de cachaça de Paraty, paralelamente ao evento da Gastronomia Sustentável	06 produtores, 03 técnicos
24/11/2010	Reunião no INPI sobre o papel das IG's e Marcas Coletivas na agregação de valor em APL's	55 técnicos e pesquisadores
15/12/2010	Participação da Feira Internacional de Ciência e Tecnologia da Amazônia – apresentação da palestra “Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários”	1 técnico

Programa	Conservação, Manejo e uso Sustentável de Agrobiodiversidade
Indicador Nacional	Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira

AÇÃO 8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico PI DESEENORG

A finalidade dessa Ação é aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento. Também visa articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e a aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos. Tem como produto pessoas (produtores rurais, processadores, técnicos, comerciantes, consumidores, estudantes e etc), que de alguma maneira se beneficiem com as ações desenvolvidas.

Produto da ação: PESSOA BENEFICIADA → 2.246 beneficiados diretamente.

FINANCEIRO:

	\$\$\$ DESCENTRALIZADOS	\$\$\$ UTILIZADOS	SALDO
33.90.14 Diárias Servidor	R\$ 5.804,60	R\$ 5.801,20	R\$ 3,40
33.90.36 Colaborador Eventual	R\$ 6.376,00	R\$ 6.372,00	R\$ 4,00

33.90.39 Serviços Terceiros PJ	R\$ 9.950,00	R\$ 9.950,00	R\$ 0,00
33.90.30 Consumo	R\$ 6.716,86	R\$ 6.706,01	R\$ 10,85
33.91.35 Residente	R\$ 7.200,00	R\$ 7.200,00	R\$ 0,00
33.90.33 Passagem Aérea	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 36.647,46	R\$ 36.629,21	R\$ 18,25

A Ação se divide em quatro temas prioritários, são eles:

- I. Educação em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção**
- II. Promoção da Agricultura Orgânica e do Consumo Responsável**
- III. Fomento ao Uso de Produtos e Processos Apropriados a Agricultura Orgânica**
- IV. Organização da Rede de Produção Orgânica**

I. EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA E SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO

Objetivo: Fomentar a construção e socialização de conhecimentos em torno de temas relacionados a agroecologia e a agricultura orgânica para diferentes públicos e no contexto da educação formal e informal, bem como a capacitação de técnicos e produtores rurais em tecnologias e processos apropriados aos sistemas orgânicos de produção.

Descrição: Aumentar o número de técnicos, agricultores e demais agentes que atuam na rede de produção orgânica capacitados para atuar em atividades relacionadas à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização de produtos orgânicos; apoiar a produção e divulgação de materiais impressos e audiovisuais sobre temas educativos de interesse da ação; articular e participar de fóruns de discussão sobre educação em agroecologia, bem como construir parcerias governamentais e não-governamentais e apoiar eventos nacionais e estaduais que promovam a educação em agroecologia e sistemas orgânicos de produção.

Projetos apoiados pelo DPDAG/SFA-RJ:

- 1. Estágio Interdisciplinar de Vivência – EIV:** Fomentar a construção e socialização de conhecimentos em torno de temas relacionados a agroecologia e a agricultura orgânica para diferentes públicos e no contexto da educação formal e informal, bem como a capacitação de técnicos e produtores rurais em tecnologias e processos apropriados aos sistemas orgânicos de produção. Participar do estágio de âmbito estadual e caráter interdisciplinar, realizado no Assentamento Vida Nova em Barra do Piraí, com o objetivo de promover a troca de experiências entre estudantes universitários de Graduação e Pós-Graduação e assentados(as) de Reforma Agrária, buscando o fortalecimento e a difusão dos saberes de base agroecológica.
- 2. Apoio a Escolinha Agroecológica de Nova Iguaçu:** Projeto de capacitação de agricultores, estudantes de ciências agrárias e agentes de pastoral, com carga horária de 120 horas, que aborda temas como introdução à agroecologia; manejo ecológico do solo, práticas conservacionistas, adubação verde, compostagem e substratos alternativos para sementeiras; vermicompostagem; inoculação de sementes de leguminosas; águas – uso racional, conservação e legislação; visão crítica sobre história dos agrotóxicos e transgenia; identificação de pragas e doenças das plantas; métodos alternativos de controle de pragas e doenças; sistemas agroflorestais; homeopatia aplicada à agropecuária; piscicultura; apicultura; criação de aves semi-confinadas; saneamento rural, entre outros. A Escolinha já existe há 4 anos e vem capacitando uma média de 40 alunos por ano, oriundos dos

municípios de Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Paracambi e Duque de Caxias. Projeto realizado em parceria pela CPT – Comissão Pastoral da Terra – e EMATER-RIO/Nova Iguaçu. Em 2010, a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu recebeu apoio financeiro do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), CPT, Cáritas Brasileira, AS-PTA e CISV, além do apoio da Igreja Nossa Senhora de Fátima e São Jorge em Nova Iguaçu, onde são ministradas as aulas teóricas.

3. **Participação no mestrado em Agricultura Orgânica, da UFRRJ:** Apresentação de aula sobre legislação federal para os Sistemas Orgânicos de Produção Preleção no primeiro módulo do curso de Mestrado em Agricultura Orgânica no Centro de Formação em Agroecologia e Agricultura Orgânica (CFAO).
4. **Residência em engenharia agrônoma:** No ano de 2010 foi contratado um residente formado em Engenharia Agrônoma para sua capacitação em agroecologia e sistemas orgânicos de produção e para ações de apoio à essas atividades – o programa de residência, iniciado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), é uma experiência bem sucedida que visa oferecer uma oportunidade de aperfeiçoamento e de aproximação do meio acadêmico com o profissional.

ORÇAMENTÁRIO SOLICITADO:

1. Contratação de residente em Agronomia. Convênio SFA/RJ e FAPUR/UFRRJ: R\$14.400,00
2. Apoio a escolinha de formação em Agroecologia. Parceria com a Emater-Rio: R\$10.000,00
3. EIV-2010(Estágio Interdisciplinar de Vivência - 2010): R\$2.400,00

REALIZADO:

DATA	EVENTO	DESCRIÇÃO	PARTICIPANTES
25/02 a 14/03	EIV-2010(Estágio Interdisciplinar de Vivência - 2010)	Participar do estágio de âmbito estadual e caráter interdisciplinar, realizado no Assentamento Vida Nova em Barra do Piraí, com o objetivo de promover a troca de experiências entre estudantes universitários de Graduação e Pós-Graduação e assentados(as) de Reforma Agrária, buscando o fortalecimento e a difusão dos saberes de base agroecológica.	48
05 a 09/04	Apoio a Escolinha Agroecológica de Nova Iguaçu	Participar da capacitação em Sistemas Agroflorestais Energéticos na Estação Experimental Arca de Noé, no município de Sapucaia/RJ, no período de 05 a 09 de abril de 2010, visando a difusão de práticas de manejo junto aos alunos da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu.	1
01/07	Pagamento de Residente	Eng Agrônomo Aijânio Gomes de Brito Silva	
01/08	Pagamento de Residente	Eng Agrônomo Aijânio Gomes de Brito Silva	
01/09	Pagamento de Residente	Eng Agrônomo Aijânio Gomes de Brito Silva	
22/09	Participação no mestrado em Agricultura Orgânica, da UFRRJ	Dia de Campo no Sistema Agroflorestal/Fazenda Aliança em Valença	24
01/10	Pagamento de Residente	Eng Agrônomo Aijânio Gomes de Brito Silva	
01/11	Pagamento de Residente	Eng Agrônomo Aijânio Gomes de Brito Silva	
01/12	Pagamento de Residente	Eng Agrônomo Aijânio Gomes de Brito Silva	

14 a 17/12	Seminário da Questão Agrária - EIV 2011	Fomentar a construção e socialização de conhecimentos em torno de temas relacionados a agroecologia e a agricultura orgânica para diferentes públicos e no contexto da educação formal e informal, bem como a capacitação de técnicos e produtores rurais em tecnologias e processos apropriados aos sistemas orgânicos de produção.	463
			536

II-PROMOÇÃO DA AGRICULTURA ORGÂNICA E DO CONSUMO RESPONSÁVEL

Objetivo: promover e apoiar ações que divulguem os princípios, produtos e processos relacionados à agricultura orgânica e consumo responsável, com foco no mercado e no público consumidor.

Descrição: Realização de campanhas publicitárias de utilidade pública para esclarecimento dos consumidores sobre o que são os produtos orgânicos, fazendo uma abordagem sobre os benefícios ambientais, sociais e nutricionais desses produtos, estimulando o seu consumo; apoio a eventos de divulgação dos produtos orgânicos brasileiros no mercado interno e externo tais como feiras e exposições; apoio à produção de materiais impressos e audiovisuais de divulgação e materiais promocionais.

Atividades realizadas pelo DPDAG/SFA-RJ:

- 1. VI Semana dos Alimentos Orgânicos:** campanha nacional para estimular o consumo de produtos orgânicos e esclarecer os consumidores de seus benefícios ambientais, sociais e nutricionais com atividades realizadas em feiras de produtores orgânicos e palestras em eventos diversos no período de 24 a 30 de maio.
- 2. Material impresso:** produção de 20.000 unidades do catálogo “Onde Encontrar Produtos Orgânicos”. As informações foram levantadas pela CPOrg-RJ e a execução financeira foi da COAGRE/SDC/MAPA.

REALIZADO:

DATA	EVENTO	DESCRIÇÃO	PARTICIPANTES
24 a 30/05/2010	VI Semana dos Alimentos Orgânicos	Evento de Gastronomia Orgânica no INAD - Preparo de receitas com ingredientes orgânicos, com a participação da chef Tereza Corção (restaurante O Navegador e Instituto Maniva), da chef Margarida Nogueira (Movimento Slow Food do Rio), apresentação e bate papo com técnicos da Embrapa Agrobiologia e apresentação de atividades do Projeto Agroecologia para Gente que Cresce, alunos do CIEP Agostinho Neto, Produtores Orgânicos, técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, da Rede Ecológica de Consumidores, dentre outros.	52
		Participação na Semana Acadêmica de Agronomia na UFRRJ - Minicurso sobre Agricultura Orgânica para os alunos do curso de graduação em Agronomia e divulgação da campanha dos Alimentos Orgânicos.	32
		Lançamento do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas - Bairro Peixoto	
		VI Semana dos Alimentos Orgânicos no Campus Nilo Peçanha – atividades realizadas pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro em Pinheiral, RJ ao longo da Semana.	536

24 a 30/05/2010	VI Semana dos Alimentos Orgânicos	VI SEMANA DOS ALIMENTOS ORGÂNICOS NO PONTO ORG Local: Ponto Org Espaço Cultural Temático – Rua Ministro Otávio Kelly nº231, Jardim Icaraí. Niterói, RJ. Horário: 8 às 15 h. Atividades: Feirinha Orgânica; café da manhã natural com laticínios orgânicos; ponto de coleta de óleo de cozinha para reciclagem; brinquedoteca; biblioteca ecológica; exposição permanente de artesanato social com produtos confeccionados por grupos organizados, cooperativas e associações, segundo o conceito de redução, reutilização e reciclagem e demonstração do projeto Minhocasa; exibições do filme sobre o Minhocasa, degustações de salada orgânica e sorteios de materiais educativos sobre alimento orgânico. Mais informações: contato@pontoorg.com.br (21) 2710-9415.	
		REDE ECOLÓGICA EM NITERÓI, parceria com ASPTA e ABIO — Venha conhecer uma nova proposta de consumo. Local: Colégio Estadual Aurelino Leal – Rua Pres. Pedreira 79, Ingá. Niterói, RJ. Horário: a partir das 10 horas. Atividades: Exposição, divulgação e venda de produtos orgânicos, contato da rede de consumidores com os produtores, ampliação do contato com produtores, divulgação da Rede Ecológica visando a adesão de novos associados, geração de renda e visibilidade para os produtores locais, com o objetivo de aperfeiçoar as compras coletivas e o processo da Rede. Mais informações: www.redeecologicario.org	16
		FEIRA ORGÂNICA DO FLAMENGO Local: Praça José de Alencar (Marquês de Abrantes com Rua São Salvador) - Flamengo – RJ Horário: 7 às 14h Atividades: Exposição e venda de produtos orgânicos, bate papo entre consumidores e produtores, distribuição de material informativo.	
		VI SEMANA DOS ALIMENTOS ORGÂNICOS EM NOVA IGUAÇU Local: Praça Rui Barbosa – Centro. Nova Iguaçu, RJ. Horário: 9 as 15 horas. Atividades: Sensibilização dos produtores e artesãos comerciantes na Feira da Roça sobre a qualidade dos produtos que estão vendendo, manipulando e fornecendo aos consumidores. A Feira da Roça acontecerá simultaneamente ao “Dia do Desafio”, promovido pelo SESC/NI, na Praça Rui Barbosa.	20
		FEIRA ORGÂNICA E CULTURAL DA GLÓRIA – Circuito Carioca de Feiras Orgânicas Local: Praça do Russel, em frente ao no 300 – Glória. Rio de Janeiro, RJ. Horário: 7 às 13h Atividades: Exposição e venda de produtos orgânicos, bate papo entre consumidores e produtores, distribuição de material informativo.	

24 a 30/05/2010	VI Semana dos Alimentos Orgânicos	FEIRA ORGÂNICA DE BOTAFOGO Local: Praça Jóia Valansi (Rua Muniz Barreto em frente ao nº 448), Botafogo. Rio de Janeiro, RJ Horário: 7 às 14h Atividades: Exposição e venda de produtos orgânicos, bate-papo entre consumidores e produtores, distribuição de material informativo.	
		FEIRA ORGÂNICA DE CAMPO GRANDE Local: Rua Marechal Dantas Barreto 95, Centro – Campo Grande. Rio de Janeiro, RJ Horário: 7 às 13h Atividades: Exposição e venda de produtos orgânicos, bate-papo entre consumidores e produtores, distribuição de material informativo, Oficina de Clorofila e Degustação de Produtos.	196
		REDE ECOLÓGICA NA FREGUESIA, parceria com ASPTA e ABIO – Venha conhecer uma nova proposta de consumo. Local: Espaço Comunitário da ANIC – Estrada de Jacarepaguá, 7912 – fundos (em frente à Caixa Econômica) Horário: a partir de 9 h. Atividades: Exposição, divulgação e venda de produtos orgânicos, contato da rede de consumidores com os produtores, ampliação do contato com produtores, divulgação da Rede Ecológica, visando a adesão de novos associados, geração de renda e visibilidade para os produtores locais, com o objetivo de aperfeiçoar as compras coletivas e o processo da Rede. Mais informações: www.redeecologicario.org	
	VI Semana dos Alimentos Orgânicos	FEIRA ORGÂNICA DO ITANHANGÁ Local: Estrada da Barra da Tijuca, 2010 – em frente ao Itanhangá Golfe Clube Horário: 8 às 13h Atividades: Exposição e venda de produtos orgânicos, bate-papo entre consumidores e produtores, distribuição de material informativo, Oficina de Clorofila e Sorteio de Cesta de Produtos Orgânicos.	213
		REDE ECOLÓGICA NO RECREIO, parceria com ASPTA e ABIO — Venha conhecer uma nova proposta de consumo. Local: Escola Vira-Virou – Rua Guilherme Baptista, 451 – Recreio. Rio de Janeiro, RJ. Horário: a partir das 9 h. Atividades: Exposição, divulgação e venda de produtos orgânicos, contato da rede de consumidores com os produtores, ampliação do contato com produtores, divulgação da Rede Ecológica visando a adesão de novos associados, geração de renda e visibilidade para os produtores locais, com o objetivo de aperfeiçoar as compras coletivas e o processo da Rede. Mais informações: www.redeecologicario.org	

		VI SEMANA DOS ALIMENTOS ORGÂNICOS NO SÍTIO DO MOINHO Local: Loja do Sítio do Moinho - Rua General Urquiza 188 C, Leblon Atividades: Feirinha Orgânica diária; café da manhã natural com laticínios e pães e sucos orgânicos; sorteios de brindes e materiais educativos sobre alimentos orgânicos. Mais informações: www.sitiodomoinho.com.br (21) 3795-9150	
8/06/2010	Alimentos Orgânicos - Um direito de todos	Participação em painel - evento realizado no CREA-RJ (Ailena Salgado)	34
19/06/2010	Rio Orgânico e Mesa Tur 2010	(www.rioorganico.com.br). Local: Colégio Notre Dame - Ipanema. Atividades: palestras com especialistas em agricultura orgânica e mercado sustentável, workshops de gastronomia, exposição e venda de produtos orgânicos, divulgação, distribuição de material promocional e esclarecimento ao público em balcões da SFA-RJ e da CPOrg/RJ, com a participação do SEPDA/D/DT/SFA-RJ e da Embrapa Agrobiologia.	46
24 e 25/09/2010	Participação na FEPORT	Divulgação sobre as atividades do MAPA para fomento da Agricultura Orgânica no estado do RJ	24
27 e 28/09/2010	Apoio à II Conferência Municipal de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural, realizado em Duque de Caxias, RJ	Fornecimento de material promocional sobre o tema Alimentos Orgânicos	76
14/10/2010	Semana da Alimentação Carioca	Participação em estande para divulgação do conceito de Alimentos Orgânicos para a população com distribuição de material informativo e esclarecimento de dúvidas, na Cinelândia.	
21/10/2010	II Encontro de Saberes e Sabores	Palestra sobre Ações do MAPA para desenvolvimento da Agricultura Orgânica	
31/10 a 06/11	Biofach 2010	Participação no Foro aberto do Movimento Orgânico no Mundo e na América Latina; em reunião técnica do GT interno de Produção Animal Orgânica; na Câmara Temática da Agricultura Orgânica; em visita técnica a propriedades de produção animal orgânica.	16
			1.261

III-FOMENTO AO USO DE PRODUTOS E PROCESSOS APROPRIADOS A AGRICULTURA ORGÂNICA

Objetivo: ampliar o acesso aos conhecimentos, produtos e processos apropriados aos sistemas orgânicos de produção.

Descrição: aumentar a oferta, incentivar o desenvolvimento e a aplicação de produtos e processos apropriados aos sistemas orgânicos de produção que atendam as especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional.

Projetos em execução pelo DPDAG/SFA-RJ:

1. **Implantação de Unidades Demonstrativas em Produção Animal Orgânica:** foi iniciado no ano de 2010, em parceria com a Ambiente Brasil, Embrapa Agrobiologia, Prefeitura Municipal de Porciúncula, Emater/RJ, Sebrae-RJ e RIO RURAL, na região noroeste fluminense. A ação iniciou com uma prospecção nas áreas de interface com os projetos já em andamento na região coordenados pelos parceiros. Foram identificados produtores com perfil para agropecuária orgânica de criações de aves de postura, bovinos de leite e ovinos para corte. Damos início com uma capacitação em avicultura de postura para técnicos e produtores beneficiados pelo Projeto Microbacias com os “Kit Galinha” (material para construção do galinheiro, telas para cercamento dos piquetes, 50 pintainhas, ração inicial e de crescimento, comedouros e bebedouros). Uma segunda ação realizada foi o “Dia de Campo sobre Manejo Sustentável de Pastagens em Sistemas Orgânicos”, onde foram capacitados técnicos e produtores de leite em práticas de plantio de gramíneas e leguminosas, definindo pastagens de inverno e verão, bem como em técnicas de arborização das pastagens e terraceamento forrageiro em áreas declivosas. Para continuidade e incremento das ações previstas neste projeto, estão sendo adquiridas sementes de adubos verdes de plantas forrageiras que serão distribuídas aos produtores através do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes. Cabe ressaltar que alguns produtores já foram capacitados e beneficiados com sementes do Programa Bancos Comunitários desde 2009, e a prática da adubação verde foi realizada como parte do preparo da área para implantação das pastagens.
2. **Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes:** nesse ano de 2010 o DPDAG/SFA-RJ deu continuidade ao Programa, em parceria com a Embrapa Agrobiologia e a Emater/RJ, com o objetivo de fomentar o uso de espécies de adubos verdes propiciando aos agricultores familiares orgânicos ou em processo de transição agroecológica uma maior independência em relação à utilização de insumos externos em suas atividades produtivas. O PBCSAV, iniciado em 2007, até o momento já conta com 273 agricultores beneficiados, 8 Bancos Comunitários constituídos, 10 em formação e com distribuição total de 1750 kg de sementes das espécies: *Crotalaria juncea*, *Crotalaria spectabilis*, Ervilhaca, Feijão de Porco, Feijão Guandu, Mucuna Anã, Mucuna Cinza, Mucuna Preta, Nabo Forrageiro e Tremoço Branco. Ainda há em estoque, sob os cuidados da Embrapa Agrobiologia, sementes de nabo forrageiro (150 kg) e de tremoço Branco (200 kg).
No momento estamos providenciando a aquisição das seguintes sementes:
 - Item 1: 120 kg de *Crotalaria juncea*;
 - Item 2: 120 kg de Feijão de Porco (*Canavalia ensiformis*);
 - Item 3: 200 kg de Feijão Guandu (*Cajanus cajan*);
 - Item 4: 100 kg de Mucuna Anã (*Mucuna deeringiana*);
 - Item 5: 50 kg de Girassol (*Helianthus annuus*);
 - Item 6: 20 kg de Calopogônio (*Calopogonio muconoides*)
 - Item 7: 10 kg de Soja Perene (*Neonotonia wightii*)
 - Item 8: 40 kg de Milheto (*Pennisetum glaucum*)
 - Item 9: 3 kg Estilosantes cv Mineirão
 - Item 10: 5 kg Estilosantes cv Campo Grande
3. **Atividades de fomento:** apoio à participação de técnicos para difusão de tecnologias apropriadas à produção orgânica, com capacitação de agricultores da região noroeste fluminense para a produção de caldas alternativas para controle fitossanitário. Atividades de fomento à implantação de lavouras de café e cacau orgânicos na região noroeste fluminense (municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Porciúncula e Santo Antônio de Pádua), através de participação de técnicos da Embrapa Agrobiologia e Pesagro-Rio em dias de campo, para indicação de variedades adequadas à região e ao manejo orgânico, diagnóstico e manejo fitossanitário alternativo e práticas de plantio com culturas consorciadas e adubação verde (com sementes adquiridas do PBCSAV). As atividades também promoveram o fomento à

fruticultura orgânica na região noroeste fluminense para as culturas de pêssego, caqui, maracujá, abacaxi, coco e demais culturas da região, através da disseminação de técnicas de manejo do solo (análise, correções, adubações orgânica e verde), controle alternativo de doenças e uso de variedades adequadas.

IV–ORGANIZAÇÃO DA REDE DE PRODUÇÃO ORGÂNICA

Objetivo: apoiar o desenvolvimento da agricultura orgânica por meio do incentivo a organização e articulação entre diferentes agentes e entidades que atuam nos setores produtivos, comerciais, de pesquisa, ensino ou extensão.

Descrição: articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural para otimizar e viabilizar ações de fomento que promovam à integração e organização da rede para a produção e comercialização de produtos orgânicos bem como para a pesquisa, ensino e extensão relativas à agricultura orgânica e a agroecologia. Os projetos, atividades e tarefas envolvem especialmente o trabalho junto a fóruns de interação estadual e nacional.

Atividades realizadas pelo DPDAG/SFA-RJ:

1. Oficina sobre Produção Agroecológica e Orgânica: Palestra para agricultores, nutricionistas e professores da UFRJ, com o objetivo de auxiliá-los na construção coletiva de critérios de composição e funcionamento da Feira Orgânica da UFRJ.
2. Reuniões da CPOrg-RJ: A portaria nº 650, de instituição da CPOrg-RJ, foi publicada em 17 de novembro de 2010 no DOU. Foram realizadas 11 reuniões, conforme quadro abaixo.

REALIZADO:

DATA	PAUTA	PARTICIPANTES
19/01/2010	1. Emitir parecer sobre a solicitação da CPORG-SP de inclusão de substâncias nas listas positivas das INs 18 e 64; 2. Aprovação da memória da Assembléia de 2.12.09; 3. Informes gerais.	19
17/03/2010	1. Aprovação da memória da Reunião de 19/01/2010; 2. Informes sobre a criação do Grupo de Trabalho Interno da Produção Animal Orgânica; 3. Gerenciamento das informações disponíveis no Hot Site; 4. Publicações pelo MAPA – Onde encontrar produtos orgânicos; 5. Programação para VI Semana dos Alimentos Orgânicos; 6. Apresentação de projetos: ABIO, ASPTA, IFET, Maria Fernanda. 7. Planejamento atividades 2010; 8. Assuntos Gerais	14
30/03/2010	1. Programação para VI Semana dos Alimentos Orgânicos;	14
28/04/2010	1. Aprovação da memória da Reunião de 17/03/2010; 2. Informes sobre a criação do Grupo de Trabalho Interno da Produção Animal Orgânica; 3. Gerenciamento das informações disponíveis no Hot Site – Solicitação da Biofuton 4. Informações sobre período de conversão – sugestão da ABIO em 18.03 5. Informações sobre Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – Certificação, SPG, Controle social para venda direta. 6. Publicações pelo MAPA – Onde encontrar produtos orgânicos; 7. Programação para VI Semana dos Alimentos Orgânicos; 8. Assuntos Gerais	16

10/05/2010	1. Programação para VI Semana dos Alimentos Orgânicos;	13
17/05/2010	1. Programação para VI Semana dos Alimentos Orgânicos;	6
23/06/2010	1. Apresentação dos relatórios de realização da VI Semana dos Alimentos Orgânicos (com fotos e listas de presença – segue em anexo o modelo); 2. Sugestões para consulta pública (em andamento) da IN Conjunta - Produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica. (arquivo em anexo); 3. Sugestões para IN de cogumelos (em elaboração) apresentada pela CPOrg-SP (arquivo em anexo); 4. Regularização da CPOrg-RJ; 5. Informes sobre o Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes e incentivos a outras práticas agroecológicas; 6. Assuntos gerais.	14
18/08/2010	1. Regularização da CPOrg-RJ; 2. Emissão de Parecer para subsidiar as análises do pedido de credenciamento no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SISORG dos seguintes Organismos de Avaliação da Conformidade: Ecocert Brasil Certificadora LTDA. e IBD Certificações LTDA, em cumprimento ao Art. 10. da Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009 e Art. 21., inciso VII, Capítulo VI, da Instrução Normativa nº 54, de 22 de outubro de 2008. 3. Discussão sobre Demandas de Pesquisa em Agricultura Orgânica, a ser encaminhadas à Embrapa, para integrar o projeto “Bases Científicas e Tecnológicas para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica no Brasil”; 4. Informes sobre o Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes e incentivos a outras práticas agroecológicas; 5. Informes sobre Grupo de Trabalho da Produção Animal Orgânica; 6. Agenda de eventos ligados a Agricultura Orgânica; 7. Assuntos gerais.	16
20/10/2010	1. Regularização/Composição da CPOrg-RJ; 2. Apresentação da Ambiente Brasil; 3. Emissão de parecer referente à solicitação de credenciamento da ABIO; 4. Informes sobre andamento das INs que irão à consulta pública; 5. Demanda de recursos para 2010; 6. Agenda de eventos ligados a Agricultura Orgânica; 7. Assuntos gerais; 8. Avaliação da reunião.	15
17/11/2010	1. Apreciação dos documentos e elaboração de sugestões para a consulta pública das Instruções Normativas que tratam de Cogumelos Comestíveis; Sementes e Mudanças Orgânicas; e Comercializadoras, Restaurantes e Afins; 2. Informes sobre o processo de instalação da CNPOrg; 3. Assuntos gerais.	21
01/12/2010	1. Estratégia da CPOrg-RJ para candidatura de ONG do Rio de Janeiro para CNPOrg. 2. Definição sobre o recolhimento das 6 faixas elaboradas na VI Semana dos Alimentos Orgânicos (“FEIRA DE PRODUTORES ORGÂNICOS – APOIO COMISSÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA DO RIO DE JANEIRO”).	7
		155

Restrições Financeiras:

O contingenciamento de recursos retraiu significativamente a execução de atividades pertinentes às ações de desenvolvimento da agricultura orgânica e garantia da qualidade dos produtos dela derivados..

DESENGORG: A falta de recursos restringe as ações de fomento ao uso de produtos e processos apropriados a agricultura orgânica (capacitação de produtores em práticas agroecológicas) limitando a ampliação do número de agricultores inseridos nos sistemas orgânicos de produção e ações para promoção da agricultura orgânica no contexto do consumo responsável de alimentos.

Restrições Gerenciais:

DESENORG: Dificuldade em ter o retorno de documentos comprobatórios das atividades, como os Termos de Compromisso de Agricultores do PBCSAV, as listas de presença dos eventos realizados em parcerias com outras instituições e relatórios afins.

Providências para 2011:

Como pode ser observado neste relatório, no ano de 2010 foram realizadas principalmente ações orientativas e de fomento, sendo ainda insipientes, devido principalmente a escassez de recursos financeiros e de pessoal.

Para o ano de 2011, devido a entrada em vigor da legislação nacional para agricultura orgânica, é de fundamental importância que tenhamos recursos disponíveis para a fiscalização de todos os setores envolvidos com a qualidade orgânica dos produtos (produtores, certificadoras, sistemas participativos de garantia, comércio e indústrias), como regem os instrumentos normativos. É necessária a continuidade bem como o incremento das ações de fomento e capacitação do setor produtivo para que se atinja o pleno desenvolvimento da agricultura orgânica estadual.

Programa	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
Indicador Nacional	Custo Médio do Transporte de Grãos Produção Agrícola e Derivados Transportados por Hidrovias no Território Nacional Volume de Produtos Agrícolas Exportados pelos Portos Brasileiros

O Programa tem como finalidade apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infraestrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário, sendo como público alvo os pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

Ação	Fiscalização de Contratos de Repasse – produto da ação: Contrato Fiscalizado - FISCONTRATO
-------------	---

Essa ação tem a finalidade de acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal (CEF) com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o MAPA e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.

Produto da ação: Contrato Fiscalizado → 10 contratos fiscalizados, definidos pelo DIEL/SDC, através de amostragem (Plano de Fiscalização por amostragem).

Financeiro

	RECURSO DESCENTRALIZADOS	RECURSO UTILIZADOS	CRÉDITO DISPONÍVEL
33.90.14 Diárias Servidor	R\$ 1770,00	R\$ 564,22	R\$ 1.205,78
33.90.30 Consumo	R\$ 350,00	R\$ 350,00	R\$ 350,00
TOTAL	R\$ 2120,00	R\$ 914,22	R\$ 1555,78

Contratos Fiscalizados

ANO	OPERAÇÃO	OBJETO	MUNICÍPIO
2006	0201260-96	Aquisição de Tanques de expansão de leite	Natividade
2006	0212287-33	Aquisição de duas retroescavadeiras	Bom Jardim
2006	0212286-29	Aquisição de Patrulha mecanizada	Barra Mansa
2006	0212297-59	Central de Beneficiamento e comercialização apícola	Pirai
2008	0261321-87	Caminhões, guinchos e roçadeira	Cantagalo
2008	0261322-91	Tratores com implementos e veículos utilitários para apoio	Cantagalo
2008	0276922-77	Aquisição de retroescavadeira	Duas Barras
2008	0278566-09	Tratores com implementos	Duas Barras
2008	0279495-61	Aquisição de retroescavadeira, carreta, implementos agrícolas e micro-trator	Natividade
2008	0280159-11	Aquisição de caminhões, tratores e retroescavadeira	Bom Jardim

Ação	Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário – Produto da ação: produtor atendido APPRODUTOR
-------------	---

As atividades nessa ação têm como objetivo de apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.

Em 2010, as atividades foram de acompanhamento de convênio e capacitação de servidores, conforme especificado:

- Realização de visitas técnicas de FFA da SFA/RJ para o acompanhamento da execução e avaliação de convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Instituto de Desenvolvimento Comunitário e Participação Social.

- Realização de visitas técnicas de FFA da SFA/RJ para o acompanhamento da execução e avaliação de convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Associação dos Produtores Biológicos - ABIO.

- Realização de visita técnica, nos dias 28 e 29/10/2010, à Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF para acompanhamento do convênio MAPA/UENF, visando apoiar projeto sobre capacidade de melhoramento genético de plantas no Brasil (convênio 715340/2009)

Programa 0350	Desenvolvimento da Economia Cafeeira
Esse Programa tem como objetivo gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos.	

Unidade Orçamentária	Fundo de Defesa da Economia do Café - Funcafé
-----------------------------	---

Financeiro

	RECURSO DESCENTRALIZADOS GAPCAFÉ	RECURSO UTILIZADOS TOTAL	Crédito disponível
33.90.14 Diárias Servidor	R\$ 14.543,28	R\$ 14.540,08	R\$3,20
33.90.30 Consumo	R\$ 3.600,01	R\$ 2.712,82	R\$887,19
TOTAL	R\$ 18.143,29	R\$ 17.254,90	R\$ 890,39

Atividades realizadas

Com o objetivo de corroborar com o desenvolvimento da economia cafeeira no estado do Rio de Janeiro, foram realizados, durante o ano de 2010, atendimentos a cafeicultores na Secretaria Municipal de Agricultura de Varre e Sai e no Laboratório de Classificação e Degustação de Café, participação em reuniões em municípios estratégicos para a cafeicultura no Estado, assistência técnica a lavouras, participação em eventos de promoção do Café (1º Concurso de Qualidade dos Cafés do Rio de Janeiro, Congresso Brasileiro de Pesquisas Cafeeiras, 14º Simpósio sobre Cafeicultura de Montanha, 11º AGROCAFÉ), além da inspeção de mudas de café.

Atividade	Executado
Inspeção de Mudas	220.000
Participação em reuniões	29
Participação em Palestras, Cursos e Congressos	06
Visitas a Propriedades	103
Agricultores atendidos no escritório	176

Foram assinados, ainda, dois Acordos de Cooperação Técnica com os municípios de Varre e Sai e Duas Barras, tendo como objetivo a manutenção de laboratórios de classificação de café para atender produtores, visando melhorar a capacidade de comercialização das safras de café.

Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos

A SFA-RJ desenvolveu, em 2010, as seguintes atividades ligadas ao Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos em 2010:

- 1) Palestra sobre cuidados no cultivo, coleta, secagem e armazenamento de plantas medicinais ministrada pelo servidor Pedro Paulo Cattete Filho na XXXIII SEMAMBRA (XXXIII Semana Américo Braga), evento promovido pela Universidade Federal Fluminense-Faculdade de Veterinária.

- 2) Palestra sobre a importância do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e suas diretrizes ministrada pelo servidor Pedro Paulo Cattete Filho no 23º Seminário de Homeopatia e Qualidade de Vida promovido pela Universidade Federal de Viçosa em conjunto com o Sindicato Rural do Rio de Janeiro .
- 3) Participação em reuniões e seminários com a FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz) e a equipe do PROPLAM (Programa de Plantas Medicinais da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro) relacionados ao desenvolvimento Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.
- 4) Participação em reuniões e seminários com a Rede Fito Mata Atlântica relacionados ao desenvolvimento Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.
- 5) Participação através de cursos ministrados pelo servidor Pedro Paulo Cattete Filho em conjunto com o SENAR, FAERJ e a Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro através do DESIPE na Colônia Penal Agrícola do Município Magé capacitando mais de 30 detentos a realizar o cultivo, coleta, secagem e armazenamento de plantas medicinais possibilitando uma formação profissional ao detento atendendo uma demanda de mão de obra qualificada para desenvolver a cultura de Plantas Medicinais além de dar uma alternativa de qualificação ao mercado de trabalho ao termino de sua pena.

As atividades nessa ação têm como objetivo de apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.

Em 2009, as atividades foram de acompanhamento de convênio e capacitação de servidores, conforme especificado:

- Realização de quatro visitas técnicas por FFA da SFA/RJ para o acompanhamento da execução e avaliação de convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Prefeitura Municipal de Mesquita.

- Realização de visitas técnicas por FFA da SFA/RJ para o acompanhamento da execução e avaliação de convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e as Prefeituras Municipais de Miracema, Itaocara, São Fidélis e Santa Maria Madalena.

Responsável pelo Cálculo/medição dos Indicadores

Os responsáveis pelos cálculos e medições dos indicadores, bem como pelo desenvolvimento das ações sob responsabilidade da SFA-RJ, são os Chefes de Serviço e os respectivos Responsáveis Técnicos pelas Ações do PPA na Superintendência. Sua atribuição inclui a programação das atividades, a negociação de recursos com as unidades específicas do Órgão Central em Brasília, a execução das atividades para a obtenção dos produtos programados e o acompanhamento e relato das mesmas para os gestores da SFA-RJ e do MAPA.

Conforme a estrutura e regimento das superintendências, esses responsáveis pelas Ações estão subordinados ao Superintendente da SFA-RJ, porém tem ligação direta com os Coordenadores de Ação Nacionais e com os respectivos Departamentos em Brasília.

A listagem dos nomes encontra-se no quadro abaixo:

PI	NOME COORDENADOR DE AÇÃO ESTADUAL (CHEFE DE SERVIÇO)	CPF
CERTORGAN	CELSO MEROLA JUNGER	496.249.467-87
ERRADMOSCA1	ELIZABETH DE JESUS MORGADO	669.425.787-20
FEBREAFTOS	EDUARDO BATISTA BORGES	267.182.437-87
FISAGROTOX	RONALDO DE OLIVEIRA AGUIAR	972.578.267-49
FISCAGRIC1	CELSO MEROLA JUNGER	972.578.267-49
FISCALPEC	ANDRÉ VIEIRA RAMOS DE ASSIS	667.455.787-00
FISCALSEM1	RONALDO DE OLIVEIRA AGUIAR	972.578.267-49
FISCANIMAL2	ANTONIO CARLOS MARQUES MEDEIROS	549.177.607-63
FISCGENE	RONALDO DE OLIVEIRA AGUIAR	972.578.267-49
FISCINAN	RONALDO DE OLIVEIRA AGUIAR	972.578.267-49
FISCPLANTA2	ANTONIO CARLOS MARQUES MEDEIROS	549.177.607-63
FISFECOI	RONALDO DE OLIVEIRA AGUIAR	972.578.267-49
FISPROVET1	RONALDO DE OLIVEIRA AGUIAR	972.578.267-49
INSPANIMAL3	EDUARDO BATISTA BORGES	267.182.437-87
IPVEGETAL2	ELIZABETH DE JESUS MORGADO	669.425.787-20
ORGMANEJO2	ANDRÉ VIEIRA RAMOS DE ASSIS	667.455.787-00
PADCLASSIF	ELIZABETH DE JESUS MORGADO	669.425.787-20
PROMOCOOP2	ANDRÉ VIEIRA RAMOS DE ASSIS	667.455.787-00
VIGIFITO1	ELIZABETH DE JESUS MORGADO	669.425.787-20
VIGIZOO2	EDUARDO BATISTA BORGES	267.182.437-87
FISCORGEN	EDUARDO BATISTA BORGES	267.182.437-87
RASTREAB1	EDUARDO BATISTA BORGES	267.182.437-87
APOIOPEC	ANDRÉ VIEIRA RAMOS DE ASSIS	667.455.787-00
APOIOAGRIC	ANDRÉ VIEIRA RAMOS DE ASSIS	667.455.787-00
PROMOEDUC	EDUARDO BATISTA BORGES	267.182.437-87
INOVAGRO	ANDRÉ VIEIRA RAMOS DE ASSIS	667.455.787-00
PCEVEGETAL	ELIZABETH DE JESUS MORGADO	669.425.787-20
PCEANIMAL	EDUARDO BATISTA BORGES	267.182.437-87
INDGRAF	ANDRÉ VIEIRA RAMOS DE ASSIS	667.455.787-00
DESENORG	ANDRÉ VIEIRA RAMOS DE ASSIS	667.455.787-00

Apresentam-se alguns Indicadores de Desempenho para as Ações / Planos Internos (PI) da SFA-RJ, de Programas que integram o PPA 2008-2011 do MAPA, conforme proposta apresentada pela Coordenação Geral de Planejamento e Modernização da Gestão– CGPLAN/SPOA/SE/MAPA, numa tentativa de dar continuidade ao processo de padronização de indicadores para as Superintendências Federais de Agricultura, baseados em orientações documentadas pelo TCU. O processo de padronização de indicadores teve alguma evolução em 2009, mantendo-se estável em 2010. O órgão central tem trabalhado juntamente com a SFA-RJ no planejamento estratégico do MAPA, a fim de adequar e padronizar os indicadores numa visão comparativa do desempenho nos diferentes Estados da Federação.

Decisão Normativa TCU estabelece normas para os processos de prestação de contas, tanto na construção quanto na análise de indicadores de desempenho. São considerados quatro tipos básicos de indicadores de desempenho para monitorar um determinado programa ou ação:

- **Economicidade:** mede o grau de minimização dos custos incorridos na consecução de uma ação, sem comprometimento dos padrões de qualidade. Refere-se à capacidade de uma instituição de gerir adequadamente os recursos financeiros colocados a sua disposição.
- **Eficiência:** mede a relação entre o produto (bem ou serviço) gerado por uma ação e os custos dos insumos empregados para executá-la em um determinado período de tempo. Se a quantidade for determinada, procura-se minimizar o custo total; se o gasto total for previamente fixado, procura-se otimizar a combinação dos insumos para maximizar o produto. Em ambos os casos a qualidade deve ser mantida.
- **Eficácia:** mede o grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados.
- **Efetividade:** mede as relações entre os resultados alcançados e os objetivos que motivaram a atuação institucional, entre o impacto previsto e o impacto real de um programa ou ação.

Descrição (o que pretende medir) e tipo de indicador (de Eficácia, de Eficiência ou de Efetividade)

Os indicadores propostos para análise são todos voltados para as atividades fins da Superintendência e foram desenvolvidos para determinar a capacidade da SFA-RJ na gestão dos recursos colocados à sua disposição em 2009, em comparação ao ano anterior; o custo médio ou unitário de execução de uma determinada ação, comparado com o custo unitário estimado na programação; a realização efetiva do que foi executado, comparativamente ao que foi definido como meta e, por último, o alcance da execução das atividades em relação ao universo específico de trabalho da SFA-RJ.

Apresentam-se abaixo os seguintes indicadores considerando: as sugestões encaminhadas por Brasília, a importância de determinadas ações para a Superintendência e a disponibilidade de dados para sua elaboração:

- Gestão nas fiscalizações realizadas em agrotóxicos;
- Gestão no controle da febre aftosa no rebanho bovino do Rio de Janeiro;
- Gestão no controle da tuberculose e brucelose no rebanho bovino do Rio de Janeiro;
- Gestão no controle da raiva dos herbívoros no rebanho bovino do Rio de Janeiro;
- Gestão na prevenção, controle e erradicação das doenças da equideocultura;
- Gestão na prevenção e controle de pragas da fruticultura;
- Gestão na prevenção e controle de pragas da horticultura;
- Gestão na padronização e classificação de produtos vegetais;
- Gestão da conformidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes.

Fórmula de calculo e método de medição dos Indicadores de Desempenho

PROGRAMA 0357 – SEGURANÇA NA SANIDADE AGROPECUÁRIA				
Objetivo: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.				
Ação 4842 – Erradicação da febre aftosa – FEBREAFTOS				
Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de erradicação da febre aftosa em relação ao ano anterior	Custo de erradicação da aftosa em uma propriedade em relação à estimativa inicial	Nº de propriedades erradicadas como percentual da meta física programada	Taxa de erradicação da febre aftosa em bovídeos
Unidade de med.:	Porcentagem	R\$/propriedade	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SFA, SIAFI, SIOR	SFA	SFA	SFA
Fórmula de cálculo:	<i>Variação absoluta do custo realizado de 2009 para 2010:</i> $(CR2010 - CR2009)$ $52.398,70 - 314.842,53 =$ $(-) 262.443,83$ <i>Variação % do custo realizado de 2009 para 2010:</i> $[(CR2010 : CR2009) - 1] .100$ $(-) 84,00\%$ (Indicador em 2009 1.239%) (Indicador em 2008 = 89,64%) (Indicador em 2007 = 3,23%)	<i>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2010:</i> $CUR = (CR2010 : PA2010)$ $(52.398,70 : 46.227) =$ $= 1,13$ $CUP = (CP2010 : PP2010)$ $(61.413,00 : 46.227) =$ $= 1,33$ <i>Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2010</i> $[(CUR2010 : CUP2010) - 1] .100 =$ $(-) 16\%$ (Indicador em 2009(-) 57%) Indicador em 2008 (-) 99,00% (Indicador em 2007=74,92%)	Relação percentual entre o nº de propriedades atendidas (rebanhos vacinados) e o nº de propriedades programadas em 2010 (prop. com rebanhos existentes): $(PA2010 : PP2010) .100$ $(46.227/3.794.780) .100$ 1% Indicador em 2008 74,66% (Indicador em 2007=89,78%) (Indicador em 2006=98,13%) (Indicador em 2005 = 78,15%)	Relação percentual entre o nº de animais semestralmente vacinados contra febre aftosa e o total do rebanho (média das 2 vacinações): $(AV2010 : TR2010) .100$ $(2.056.653 : 1.835.497) .100 =$ $190,94\%$ (Indicador em 2009 112,04%) (Indicador em 2008 = 87,91%) Indicador em 2007=94,31%) (Indicador em 2006=88,34%) (Indicador em 2005 = 90,43%)
CR = custo realizado; CP = custo programado; PC=propriedades controladas; PP=propriedades programadas; TR=total do rebanho bovino; O nº de propriedades controladas programado é o nº de propriedades com rebanhos existentes, e o nº de propriedades controladas realizado é o nº de propriedades com rebanhos vacinados; AV = Nº médio de animais vacinados				
Comentário: A diferença de economicidade observada entre os anos de 2009 e 2010 refere-se à descentralização de Recursos para o pagamento de despesas do XXV Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária, realizado no centro de convenções Sul América, na cidade do Rio de Janeiro. Ficam prejudicados os cálculos de eficácia e eficiência em virtude da alteração do produto principal da Ação para Área Livre de aftosa.				

PROGRAMA 0357 – SEGURANÇA DA SANIDADE AGROPECUÁRIA				
Objetivo: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.				
Ação – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças nos Animais – PCEANIMAL				
Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo do Controle e Erradicação das doenças nos animais em relação ao ano anterior	Custo do Controle e Erradicação das doenças nos Animais em uma propriedade em relação à estimativa inicial	Nº de propriedades Atendidas como percentual da meta física programada	
Unidade de med.:	R\$	R\$/propriedade	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SFA, SIAFI, SIOR	SFA	SFA/SIPLAN	SFA, SEAPPA
Fórmula de cálculo:	<i>Varição absoluta do custo realizado de 2009 para 2010:</i> $(CR_{2010} - CR_{2009})$ $321.390,27 - 376.077,39 = (-) 54.687,12$ <i>Varição % do custo realizado de 2009 para 2010:</i> $[(CR_{2010} : CR_{2009}) - 1] \cdot 100$ $(-) 15\%$ Indicador em 2009 (-) 68%	<i>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2010:</i> $CUR = (CR_{2010} : PC_{2010})$ $(321.390,27 : 15.162) = 21,19$ $CUP = (CA_{2010} : PP_{2010})$ $(334.322,3 : 11.200) = 29,85$ <i>=Varição % entre custo unitário realizado e programado em 2010</i> $[(CUR_{2010} : CUP_{2010}) - 1] \cdot 100 =$ $(-) 30\%$ Indicador em 2009 683%	Relação percentual entre o nº de propriedades controladas (rebanhos vacinados) e o nº de propriedades programadas em 2010 (prop. com rebanhos existentes): $(PC_{2010} : PP_{2010}) \cdot 100$ $15.162 / 11.200 \cdot 100 =$ Indicador em 2010 135,37% Indicador em 2009 105,13%	-
CR = custo realizado; CP = custo programado; PA=propriedades atendidas; PP=propriedades programadas; O nº de propriedades atendidas programado é o de propriedades com rebanhos existentes e o nº de prop. controladas realizado é o nº de prop. com rebanhos vacinados;				

PROGRAMA 0357 – SEGURANÇA DA SANIDADE AGROPECUÁRIA				
Objetivo: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.				
Ação 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCEVEGETAL				
Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo da Prevenção, controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais em relação ao ano anterior	Custo da prevenção, controle e Erradicação das pragas dos Vegetais em um ha em relação à estimativa inicial	Nº de ha de vegetais com controle de pragas como percentual da meta física programada	Percentual da área com fruticultura com controle de pragas
Unidade de medida:	R\$	R\$/ha	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SFA, SIAFI, SIOR	SFA/SIPLAN	SFA/SIPLAN	SFA e IBGE
Fórmula de cálculo:	<i>Variação absoluta do custo realizado de 2009 para 2010:</i> $(CR_{2010} - CR_{2009})$ $353.219,25 - 43.720,48$ $309.498,77$ <i>Variação % do custo realizado de 2009 para 2010:</i> $[(CR_{2010} : CR_{2009}) - 1] \cdot 100$ 707% (Indicador em 2009 123 %)	<i>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2010:</i> $CUR = (353.219,25 : 109.774) = 3,21$ $CUP = (358.302,70 : 109.774) = 3,26$ <i>Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2010:</i> $[(CUR : CUP) - 1] \cdot 100 =$ $(-) 2\%$ (Indicador em 2009 4%)	Relação percentual entre o nº de ha controlados e o nº de ha programados em 2010: $(109.774 / 109.774) \cdot 100 =$ 100% (Indicador em 2009 = 100%)	-
	CR=custo realizado; CP=custo programado; AC=área controlada; AP=área programada; AT=área total com fruticultura			

PROGRAMA 0356 – SEGURANÇA NA QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS				
Objetivo: Assegurar a sua qualidade e inocuidade de alimentos e bebidas e correlatos ofertados aos consumidores				
Ação 2145 – Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e derivados de Origem Animal – INSPANIMAL 3				
Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo das fiscalizações dos estabelecimentos registrados, em relação ao ano anterior.	Relação entre o número de inspeções realizadas (frigoríficos inspecionados) e os recursos utilizados	Relação entre o número de fiscalizações realizadas e o número de fiscalizações programadas.	Índice de Produtos de Origem animal, impróprio ao consumo humano.
Unidade de med.:	R\$	R\$/Fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SFA, SIAFI, SIOR	SFA	SFA	SFA
Fórmula de cálculo:	<i>Variação absoluta do custo realizado de 2009 para 2010:</i> $Va=CR_{2010} - CR_{2009}$ $Va= 422.655,81-240.200,28=182.455,53$ $Va=$ <i>Variação % do custo realizado de 2009 para 2010:</i> $[(CR_{2010} : CR_{2009}) - 1] \cdot 100 =$ 75% (Indicador em 2009 = 145%) (Indicador em 2008 = (-) 92,85%)	<i>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2010:</i> $CUR = (CR_{2010} : NDR_{2010})$ $422.655,81/107$ $CUR=3.950,05$ $CTP = CP_{2010} : NFP_{2010}$ $435.100,20:107$ $CUP=4.066,35$ <i>Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2010:</i> $[(CUR_{2010} : CUP_{2010}) - 1] \cdot 100 =$ $(-) 3\%$ (indicador em 2009 26%) (Indicador em 2008 (-) 99,20%)	<i>Variação absoluta entre a quantidade realizada e a meta programada em 2010:</i> $Va=NFR-NFP=524-500=24$ <i>Variação Relativa entre a quantidade realizada e a meta programada</i> $(NFR_{2010} : NFP_{2010}) \cdot 100=$ $98,95\%$ (Indicador em 2009 133,80%) (Indicador em 2008) = 24,8%	-
CR=custo realizado; CP=custo programado; NF=Número de Fiscalizações Realizadas; NFP=Número de Fiscalizações programadas;				
Comentário: Houve variação percentual para maior de acordo com a meta prevista estabelecida pelo SISA/SFA-RJ				

PROGRAMA 0375 – QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS				
Objetivo: Salvar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade E qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.				
Ação - Fiscalização de insumos para alimentação animal – FISCINAN				
Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo da fiscalização de estabelecimentos produtores de insumos para alimentação animal em relação ao ano anterior	Custo de uma fiscalização em relação à estimativa inicial	Nº de fiscalizações realizadas, como percentual da meta física programada	Percentual de estabelecimentos Fabricantes com fiscalizações realizadas
Unidade de medida:	R\$	R\$/fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SFA, SIAFI, SIOR	SFA	SFA	SFA
Fórmula de cálculo:	<i>Variação absoluta do custo realizado de 2009 para 2010:</i> $Va = CR_{2010} - CR_{2009}$ $Va = 28.488,48 - 31.232,81$ $= (-) 2.744,334$ <i>Variação % do custo realizado de 2009 para 2010:</i> $V\% = [(CR_{2010} : CR_{2009}) - 1] \cdot 100$ $= (-) 8,79\%$ (Indicador em 2009 215%) (Indicador em 2008(-) 35,33%)	<i>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2010:</i> $CUR = CR_{2010} : FR_{2010}$ $CUR = (28.488,48 : 114)$ $= 249,09$ <i>CUP = CP : FP</i> $CUP = (30.363,87 : 100)$ $= 303,63$ <i>Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2010:</i> $= (-) 17\%$ $[(CUR_{2010} : CUP_{2010}) - 1] \cdot 100$ (Indicador em 2009 20,00%) (Indicador em 2008(-) 48,64 %)	<i>Variação Absoluta (VA) entre a quantidade realizada e a meta física programada em 2010</i> $VA = FR - FP$ $VA = 118 - 100 = 14$ <i>Variação Relativa (VR) entre a quantidade realizada e a meta física programada para 2010</i> $= [(FR : FP) \cdot 100] = 114\%$ (Indicador em 2008 63,15 %)	<i>Relação percentual entre o nº de estabelecimentos Fabricantes fiscalizados e o total de estabelecimentos do RJ</i> $(91 : 46) \cdot 100 = 197,83\%$ (Indicador em 2009 92,25%) (Indicador em 2008=109,04 %)
CR=custo realizado; CP=custo programado; NF=Número de Fiscalizações Realizadas; NFP=Número de Fiscalizações Programadas;				
Comentários: Houve uma pequena redução do custo da fiscalização e aumento da eficiência, devido a uma maior ação na região metropolitana. A fiscalização priorizou a fiscalização de estabelecimentos produtores, conforme solicitado pela Coordenação do Setor, sendo realizada mais de uma vistoria nos estabelecimentos produtores, onde foram coletadas amostras.				

PROGRAMA 0375 – QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

Objetivo: Salvar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores

Ação - Fiscalização de produtos veterinários – **FISPROVET**

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo da fiscalização de estabelecimentos fabricantes e comerciais de produtos de uso veterinário em relação ao ano anterior.	Custo de uma fiscalização em relação à estimativa inicial	Nº de fiscalizações realizadas, como percentual da meta física programada	Percentual de estabelecimentos com fiscalizações realizadas
Unidade de medida:	R\$	R\$/fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SFA, SIAFI, SIOR	SFA	SFA	SFA
Fórmula de cálculo:	<i>Variação absoluta do custo realizado de 2009 para 2010:</i> $Va = CR_{2010} - CR_{2009}$ $Va = 125.585,81 - 54.068,91 = 71.516,90$ Variação % do custo realizado de 2009 para 2010: $V\% = [(CR_{2010} : CR_{2009}) - 1] \cdot 100$ 132% (Indicador em 2009 223%) (Indicador em 2008= 70,31 %)	<i>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2010:</i> $CUR = CR_{2010} : FR_{2010}$ $CUR = (125.585,81 : 272) = 461,71$ $CUP = CP : FP$ $CUP = 124.038,50 : 152 = 816,04$ <i>Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2010:</i> $[(CUR_{2010} : CUP_{2010}) - 1] \cdot 100$ $(-) 44\%$ (Indicador em 2009 -7%) (Indicador em 2008=(-) 56,05 %)	Variação Absoluta (VA) entre a quantidade realizada e a meta física programada em 2010 $VA = FR - FP$ $VA = 272 - 158 = 114$ Variação Relativa (VR) entre a quantidade realizada e a meta física programada para 2010 $[(272 : 158) \cdot 100] = 172,15\%$ (Indicador em 2009 106,47%) (Indicador em 2008=61,53 %)	Relação percentual entre o nº de estabelecimentos fiscalizados e o total de estabelecimentos registrados e em situação regular junto a SFA/ RJ $(272 : 316) \cdot 100 = 86,08 \%$ (Indicador em 2009 57,28%) (Indicador em 2008)=67,25%
CR=custo realizado; CP=custo programado; NF=Número de Fiscalizações Realizadas; NFP=Número de Fiscalizações Programadas;				
Comentários: De acordo com a solicitação CPV e a vinda de um novo FFA para a área houve um aumento				

PROGRAMA 0375 – QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

Objetivo: Salvar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores

Ação - Fiscalização de Material de Genético Animal – FISCGENE

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo da fiscalização de estabelecimentos produtores de material de Multiplicação animal em relação ao ano anterior	Custo de uma fiscalização em relação à estimativa inicial	Nº de fiscalizações realizadas, como percentual da meta física programada	Percentual de estabelecimentos com fiscalizações realizadas
Unidade de medida:	R\$	R\$/fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SFA, SIAFI, SIOR	SFA/SIPLAN	SFA/SIPLAN	SFA
Fórmula de cálculo:	<i>Variação absoluta do custo realizado de 2009 para 2010:</i> $Va = CR_{2010} - CR_{2009}$ $Va = 5.303,40 - 4.810,39 = 493,01$ <i>Variação % do custo realizado de 2009 para 2010:</i> $V\% = [(CR_{2010} : CR_{2009}) - 1] \cdot 100$ 10% (Indicador em 2009 25%) (Indicador em 2008(-) 16,83%)	<i>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2010:</i> $CUR = CR_{2010} : FR_{2010}$ $CUR = (5.303,40 : 21) = 252,54$ $CUP = CP : FP$ $CUP = (5.303,40 : 21) = 252,54$ <i>Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2010:</i> $[(CUR_{2010} : CUP_{2010}) - 1] \cdot 100$ (-) 0% (Indicador em 2009 (-)40%) (Indicador em 2008(-)31,06%)	Variação Absoluta (VA) entre a quantidade realizada e a meta física programada em 2010 $VA = FR - FP$ $VA = 21 - 21 = 0$ Variação Relativa (VR) entre a quantidade realizada e a meta física programada para 2010 $[(21 : 21) \cdot 100] = 100\%$ (Indicador em 2009 80,95% (Indicador em 2008=95%) em	Relação percentual entre o nº de estabelecimentos fiscalizados e o total de estabelecimentos do RJ $(21 : 21) \cdot 100$ 100% (Indicador em 2009 = 80,95% (Indicador em 2008 = 95%)
	CR=custo realizado; CP=custo programado; NF=Número de Fiscalizações Realizadas; NFP=Número de Fiscalizações Programadas;			
Comentários: O custo das fiscalizações foi menor devido a ação fiscalizatória ter sido realizada por apenas um FFA ao invés de dois como é preconizado. Eficácia e efetividade de acordo com o programado				

PROGRAMA QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

Objetivo: Salvar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.

Ação: Fiscalização de Agrotóxicos 29090000 – **FISAGROTOX**

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de fiscalização de produtos de agrotóxicos em relação ao ano anterior	Custo de uma fiscalização em relação à estimativa inicial	Nº de fiscalizações realizadas, como percentual da meta física programada	Percentual de produtos agrotóxicos com fiscalizações realizadas
Unidade de medida:	R\$	R\$/fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SFA, SIAFI, SIOR	SFA	SFA	SFA
Fórmula de cálculo:	<i>Variação absoluta do custo realizado de 2009 para 2010:</i> $Va=CR_{2010}-CR_{2009}=103.499,00-50.251,41=50.247,59$ <i>Variação % do custo realizado de 2009 para 2010</i> $[(CR_{2010}:CR_{2009})-1].100=106\%$ (Indicador em 2009= 175%) (Indicador em 2008=268,63%)	<i>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2009:</i> $CUR=(CR_{2010}:FR_{2010})$ $50.251,41/40=1.256,49$ $CUP=(CP_{2010}:FP_{2010})$ $103.499,00/40=2.587,48$ <i>Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2010:</i> $[(CUR_{2010}:CUP_{2010})-1].100=(-)52\%$ (Indicador em 2009 =(-)36%) (Indicador em 2008=(-) 18,56%)	Relação percentual entre as fiscalizações realizadas e as programadas em 2010: $(FR_{2010}:FP_{2010}).100$ $(40/40).100=100\%$ (Indicador em 2009 145,61%) (Indicador em 2008=110,90%)	1) Relação percentual entre as fiscalizações realizadas em 2010 e a totalidade de produtos a serem fiscalizados $(40:53).100=75,47\%$ (Indicador em 2009 156,60%) (Indicador em 2008=152,50%)
	CR=custo realizado; CP=custo programado; FR= fiscalização realizada; FP= fiscalização programada; TOT= total de produtos registrados, passíveis de produção no RJ em 2005.			
Comentário: Em decorrência da meta estipulada pela Coordenação Geral de Agrotóxicos de quarenta fiscalizações houve diminuição da efetividade. O índice de economicidade e eficiência foram alterados devido a compra de um veículo para a unidade.				

PROGRAMA 0375 – QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

Objetivo: Salvar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.

Ação 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI

Atributo	Indicador: Índice de conformidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes.			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo da fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes em relação ao ano anterior	Relação entre o número de fiscalizações realizadas e os recursos utilizados	Relação entre o número de Fiscalizações Realizadas e o número de Fiscalizações Programadas	Índice de Conformidade dos produtos: relação entre o volume de produtos dentro das garantias e o volume total de produtos fiscalizados
Unidade de medida:	R\$	R\$/fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SFA, SIAFI, SIOR	SFA/SIPLAN	SFA/SIPLAN	SFA
Fórmula de cálculo:	<i>Variação absoluta do custo realizado de 2009 para 2010:</i> $Va = CR_{2010} - CR_{2009}$ $Va = 42.605,30 - 79.889,32$ $37.284,32$ <i>Variação % do custo realizado de 2010 para 2009:</i> $V\% = [(CR_{2010} : CR_{2009}) - 1] \cdot 100$ $(-) 47,00\%$ (Indicador em 2009 150%) (Indicador em 2008=16,33%)	<i>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2010:</i> $CUR = CR : FR$ $CUR = (42.605,30 : 272 = 256,04$ <i>CUP = CP : FP</i> $CUP = 46.422,60 : 228 = 203,60$ <i>Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2010:</i> $[(CUR_{2010} : CUP_{2010}) - 1] \cdot 100$ 26% (Indicador em 2009 13%) (Indicador em 2008=(-) 5,22%)	<i>Variação Absoluta (VA) entre a quantidade realizada e a meta física programada em 2010</i> $VA = FR - FP$ $272 - 203 = 69$ <i>Variação Relativa (VR) entre a quantidade realizada e a meta física programada para 2009</i> $= [(269 : 240) \cdot 100$ $133,99\%$ (Indicador em 2009 112,08%) (Indicador em 2008=102,64%)	-
CR=custo realizado; CP=custo programado; FR=total de fiscalizações realizadas; FP= total de fiscalizações programadas; PD=volume de produtos dentro das garantias registradas (toneladas); PF=volume de produtos fiscalizados (toneladas)				

Comentários: Apesar da liberação de recursos ter sido num montante inferior ao ano anterior as metas foram alcançadas dentro do previsto. Com isso possibilitou a realização de um número maior de fiscalizações, num custo unitário inferior ao programado.

PROGRAMA QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

Objetivo: Salvar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.

Ação: Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM1

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo da fiscalização de sementes e mudas em relação ao ano anterior	Relação entre o número de fiscalizações realizadas e os recursos utilizados	Relação entre o número de Fiscalizações Realizadas e o Número de Fiscalizações Programadas	Índice de Conformidade dos produtos do comércio internacional: relação entre o volume de produtos dentro dos padrões e garantias e o volume total de produtos fiscalizados
Unidade de medida:	R\$	R\$/fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SFA	SFA/SIPLAN	SFA/SIPLAN	SFA
Fórmula de cálculo:	<i>Variação absoluta do custo realizado de 2009 para 2010:</i> $Va = CR_{2010} - CR_{2009}$ $Va = 26.265,38 - 76.307,47 = -50.042,09$ <i>Variação % do custo realizado de 2009 para 2010:</i> $V\% = [(CR_{2010} : CR_{2009}) - 1] \cdot 100$ $(-) 66,00 \%$ (Indicador em 2009 126%) (Indicador em 2008 30,39%)	<i>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2010:</i> $CUR = CR : FR$ $CUR = (26.265,38 : 67) = 392,02$ $CUP = CP : FP$ $CUP = 27.330,50 : 93 = 293,87$ <i>Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2010:</i> $[(CUR_{2010} : CUP_{2010}) - 1] \cdot 100$ 33% (Indicador em 2009 49%) (Indicador em 2008 93,12%)	<i>Variação Absoluta (VA) entre a quantidade realizada e a meta física programada em 2010</i> $VA = FR - FP$ $67 - 93 = -26$ <i>Variação Relativa (VR) entre a quantidade realizada e a meta física programada para 2010</i> $= [(67 : 93) - 1] \cdot 100 = (-) 28\%$ (Indicador em 2009 50,62%) (Indicador em 2008 (-) 21,89%)	-
CR=custo realizado; CP=custo programado; FR=total de fiscalizações realizadas; FP= total de fiscalizações programadas; PD=volume de produtos dentro das garantias registradas (toneladas); PF=volume de produtos fiscalizados (toneladas)				

Comentários: A execução do previsto inicial foi prejudicada porque na data do planejamento, em 2009, o Serviço de Fiscalização de Sementes e Mudanças contava com dois fiscais. No entanto, de fevereiro a setembro/2010, este número foi reduzido para apenas um fiscal. Essa diminuição inesperada na força de trabalho prejudicou a execução das ações planejadas.

PROGRAMA 0357 – SEGURANÇA DA SANIDADE AGROPECUÁRIA

Objetivo: Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária

Ação – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos – FISCANIMAL2

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo da fiscalização de produtos em relação ao ano anterior	Custo de uma fiscalização em relação à estimativa inicial	Nº de fiscalizações realizadas, como percentual da meta física programada.	Nº de fiscalizações realizadas em comparação ao ano anterior
Unidade de medida:	R\$	R\$/fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SFA, SIAFI, SIOR	SFA/SIPLAN	SFA/SIPLAN	SFA
Fórmula de cálculo:	<i>Variação absoluta do custo realizado de 2009 para 2010:</i> $Va = CR_{2010} - CR_{2009}$ $Va = 112.695,88 - 189.085,04$ $(-) 76.389,16$ Variação % do custo realizado de 2009 para 2010: $V\% = [(CR_{2010} : CR_{2009}) - 1] \cdot 100$ $(-) 41,00\%$ $= (\text{Indicador em 2009 } 7\%)$ $(\text{Indicador em 2008} = (-) 19,13\%)$	<i>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2010:</i> $CUR = CR_{2010} : FR_{2010}$ $CUR = (101.587,15 / 9.310) = 10,91$ $CUP = CP : FP$ $CUP = (112.695,88 : 12.334) = 9,13$ <i>Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2010:</i> $[(CUR_{2010} : CUP_{2010}) - 1] \cdot 100$ 19% $(\text{Indicador em 2009 } 61\%)$	Variação Absoluta (VA) entre a quantidade realizada e a meta física programada em 2010 $VA = FR - FP$ $VA = 9.310 - 12.334 = (-) 3.024$ Variação Relativa (VR) entre a quantidade realizada e a meta física programada para 2010 $(-) 99,25\%$ $= (\text{Indicador em 2009 } 136,14\%)$ (Indicador em 2008 = 13,10%)	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas em 2010 e 2009 $(9.310 / 10.946) \cdot 100 =$ $85,05\%$ (Indicador em 2009 92,82%) Indicador em 2008 = 123,22%
	CR=custo realizado; CP=custo programado; NF=Número de Fiscalizações Realizadas; NFP=Número de Fiscalizações Programadas;			

Comentários As metas programadas para a fiscalização na área animal foram superadas, com a realização de 136,14% em relação ao previsto inicialmente, pela Coordenação Nacional. Comparando ao resultado com o exercício de 2008, observamos redução na movimentação produtos exportados.

PROGRAMA 0357 – SEGURANÇA FITOZOOSANITÁRIA NO TRÂNSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Objetivo: Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária

Ação – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos – FISCPLANTA1

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo da fiscalização de produtos de em relação ao ano anterior	Custo de uma fiscalização em relação à estimativa inicial	Nº de fiscalizações realizadas, como percentual da meta física programada.	Nº de fiscalizações realizadas em comparação ao ano anterior
Unidade de medida:	R\$	R\$/fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SFA, SIAFI, SIOR	SFA/SIPLAN	SFA/SIPLAN	SFA/SIPLAN
Fórmula de cálculo:	<i>Variação absoluta do custo realizado de 2009 para 2010:</i> $Va = CR_{2010} - CR_{2009}$ $Va = 231.680,63 - 189.085,04$ 42.595,69 <i>Variação % do custo realizado de 2009 para 2010:</i> $V\% = [(CR_{2010} : CR_{2009}) - 1] \cdot 100$ 23% (Indicador em 2009 1%) (Indicador em 2008= (-) 42,15%)	<i>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2009:</i> $CUR = CR_{2010} : FR_{2010}$ $CUR = (231.680,63 / 144.617) =$ 1,60 <i>CUP = CP : FP</i> $CUP = (267.310,3 / 83.445) = 3,20$ <i>Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2010:</i> $[(CUR_{2010} : CUP_{2010}) - 1] \cdot 100$ (-) 50% (Indicador em 2010 37%) (Indicador em 2008= (-) 53,53%)	<i>Variação Absoluta (VA) entre a quantidade realizada e a meta física programada em 2010</i> $VA = FR - FP$ $VA = 144.617 - 83.445 = 61.172$ <i>Variação Relativa (VR) entre a quantidade realizada e a meta física programada para 2010, em % =</i> $[(98.668 : 62.573) \cdot 100]$ 173,30% (Indicador em 2009 157,68%) (Indicador em 2008= 209,68%)	<i>Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas em 2010 e 2009</i> $(144.617 / 98.668) \cdot 100 =$ 146,56% (Indicador em 2009 127,65%) (Indicador em 2008= 144,31 %)
	CR=custo realizado; CP=custo programado; NF=Número de Fiscalizações Realizadas; NFP=Número de Fiscalizações Programadas;			

Comentários: As metas programadas para a fiscalização na área vegetal foram superadas, com a realização de 157,68% em relação ao previsto inicialmente, pela Coordenação Nacional. No ano de 2009 houve um crescimento nas exportações, destacando-se o café. Houve crescimento também na movimentação de suportes e embalagens de madeira, comparado ao exercício anterior.

3-INFORMAÇÕES SOBRE RECOLHIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA NO PERÍODO

4-INFORMAÇÕES SOBRE MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$

1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	680.796,13	104,25	680.691,88	0,00
2009	204.085,58	0,00	204.085,58	0,00
2008	37.797,59	0,00	37.797,59	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	2.434.035,14	4.405,22	285.128,42	2.144.501,50
2009	765.653,09	4.417,33	758.755,76	2.480,00
2008	836.937,28	10.526,58	804.433,81	21.976,89
...				
Observações:				

Fonte: Conrazão Siafi 2010, 2009 e 2008 Posição 28/02/11

5-INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE, CONTEMPLANDO AS SEGUINTE PERSPECTIVAS

a) Composição do quadro de servidores ativos

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	411	411	0	0
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	395	395	0	0
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos	6	6	1	1
1.4.2 Removidos	8	8	8	1
1.4.3 Licença remunerada	0	0	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	02	02	01	0

2	Provimento de cargo em comissão				
2.1	Cargos Natureza Especial	00	00	00	00
2.2	Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	11	11	02	02
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	00	00	00	00
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas	00	00	00	00
2.2.4	Sem vínculo	01	01	00	00
2.2.5	Aposentado	01	01	00	00
2.3	Funções gratificadas				
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	12	12	05	03
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	00	00	00	00
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas	00	00	00	00
3	Total				

Fonte: SIAPE 2010 – Posição 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	6	39	87	227	1.324
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	3	42	69	183	106
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	2	2	3	1
2. Provimento de cargo em comissão	0	3	10	13	6
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	1	3	7	2
2.3. Funções gratificadas	-	2	7	6	4

Fonte: SIAPE 2010 – Posição 31/12/2010

Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	0	143	295	294	329	622	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	143	295	294	327	617	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	2	5	-	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão	0	0	2	3	6	21	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	2	11	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	2	3	4	10	-	-	-

LEGENDA

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2010

b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária	817	15
1.2 Compulsório	1	0
1.3 Invalidez Permanente	160	1
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional		
2.1 Voluntária	265	0
2.2 Compulsório	5	0
2.3 Invalidez Permanente	25	1
2.4 Outras	0	0

Fonte: Siape 2010 Posição 31/12/2010

Composição do Quadro de Instituidores de Pensão

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	2.774	57
2. Proporcional	235	15

Fonte Siape 2010 Posição 31/12/2010

c) Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	---	---	---	---	---
☐ Área Fim	---	---	---	---	---
☐ Área Meio	---	---	---	---	---
Nível Médio	---	---	---	---	---
☐ Área Fim	---	---	---	---	---
☐ Área Meio	---	---	---	---	---

Fonte: Seção de Atividades Gerais – SFA/RJ

d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Tipologias / exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	64.179.967,18	-	22.253.397,11	3.742.199,66	6.949.587,25	15.640,62	1.009.637,97	98.150.429,79
2009	77.400.104,40	-	33.688.597,94	4.506.662,02	5.965.447,66	12.789,66	52.104,13	121.625.705,81
2010	86.343.310,91	6.870,54	41.755.576,77	5.484.458,75	4.140.881,09	1.015.035,58	191.176,33	138.937.309,97
Servidores com contratos Temporários								
2008	760,00	-	950,00	1.330,00	3.436,79	-	6.365,00	12.841,79
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores cedidos com ônus ou em Licença								
2008	29.254,83	-	36.862,68	-	5.969,26	-	959,77	73.046,54
2009	224.592,51	-	112.813,02	21.356,98	7.560,40	2.448,40	1.456,74	370.228,05
2010	310.415,35	-	126.102,00	15.870,32	21.061,86	6.447,93	2.633,22	482.530,68
Servidores ocupantes de cargos de Natureza especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	935.177,23	192.936,49	511.859,32	55.513,77	46.396,38	1.451,38	2.944,92	1.746.279,49
2009	1.087.268,07	196.192,56	1.031.964,81	146.007,90	44.320,63	5.392,99	10.228,89	2.521.375,85
2010	1.122.746,75	187.915,50	1.101.131,60	196.697,31	69.789,33	14.713,49	10.259,86	2.703.253,84
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	480.615,55	94.013,52	339.091,99	35.768,57	75.568,71	1.995,70	2.214,56	1.029.268,60
2009	787.116,89	96.893,78	360.910,26	79.060,14	66.425,11	2.903,08	2.099,83	1.395.409,09
2010	862.092,68	100.004,98	430.357,27	93.276,97	104.942,43	26.431,87	3.223,99	1.620.330,19

Fonte: SIAPE 2010

e) Locação de mão-de-obra mediante contratos de prestação de serviços

Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura do Rio de Janeiro													
UG/Gestão: 130063							CNPJ: 00.396.895/0027-64						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	L	Ordinária	70/2007	Manchester Serviços Ltda 24.913.295/0001-55	2007	2012	--	22	---	12	--	6	P
2007	V	Ordinária	69/2007	Juiz de Fora Empresa de Vigilância Ltda 02.717.460/0001-41	2007	2012	---	---	---	34	---	---	P
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Fonte: Seção de Atividades Gerais – SFA/RJ

Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
Contrato nº 104 - Telefonistas	1	02	Seção de Atividades Gerais
Contrato nº 105 – Técnico manutenção de telefonia	2	01	Seção de Atividades Gerais
Contrato nº 77/2007 – Eletricista	2	01	Seção de Atividades Gerais
Contrato nº 70/2007 – Digitadores	1	11	Recursos Humanos, Setor Financeiro, Seção de Atividades Gerais Divisão Administrativa, Lanagro e Gabinete
Contrato nº 70/2007 – Copeiro	3	01	Gabinete
Contrato nº 70/2007 – Serventes	2	27	LANAGRO (6) – Gabinete (2) – Serviço de Vigilância Agropecuária (5) – Área Técnica (8) – área

			Administrativa (6)
Contrato nº 69/2007 – Vigilantes	2	17	Sede (6) – Transporte (4) – Complexo de Laboratórios (10) – Terminal Pesqueiro (6) – Niterói (4) – Campos dos Goytacazes (2) – SVA/PORTO (2)

LEGENDA**Área:**

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

e) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos**NÃO HOUVE OCORRÊNCIA NO PERÍODO**

6 – INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES, BEM COMO A TÍTULO DE SUBVENÇÃO AUXÍLIOS OU CONTRIBUIÇÃO

Valores em R\$

1,00

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento										
CNPJ: 00.396.895/0001-25					UG/GESTÃO: 130063					
Informações sobre as transferências										
Modalidade		Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		S it ·
				Global	Contra partida	No exercício	Acumula do até exercício			
								Início	Fim	
1	633895	42498642/0001-02	501.8000,00	802.880,00	-	4.215.120,0 0	07/08	12/10	1	
1	743749	42498642/0001-02	1.070.392.00	216.780.00	-	-	12/10	06/11	1	

LEGENDA**Modalidade:**

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte:

Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento						
CNPJ: 00.396.895/0001-25				UG/GESTÃO: 130063		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010

Convênio	01	-	03	4.215.120,00	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	01	-	03	COOPERAÇÃO TÉCNICA		
Termo de Compromisso	01	-		PROTOCOLO DE INTENÇÕES		
Totais	03	-	04	-	-	-

Fonte:

Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento					
CNPJ: 00.396.895/0001-25			UG/GESTÃO: 130063		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	01	853.612,00	-	853.612,00	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	03	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	05	853.612,00	-	853.612,00	-

Fonte:

Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO

7-DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS RESPECTIVAMENTE NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O art. 19 DA LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.

A Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio de Janeiro acompanhou a liberação dos recursos provenientes de emendas parlamentares no setor agropecuário, através de orientação às Prefeituras para a adequação dos Planos de Trabalho e procedimentos para cadastramento no novo Sistema de Acompanhamento de Convênios (SICONV). Na tabela abaixo são apresentados os municípios fluminenses contemplados com as emendas aprovadas para o Estado do Rio de Janeiro no ano de 2010 e os respectivos recursos, totalizando R\$ 9.810.000,00.

PRODESA 2010

	TÍTULO	OBJETO	VALOR DA EMENDA	BENEFICIADO	SICONV
1	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 450.000,00	APERIBE	051824/2010
2	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 300.000,00	APERIBE	051825/2010

3	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 700.000,00	BOM JARDIM	009565/2010
4	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 400.000,00	BOM JARDIM	052710/2010
5	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 450.000,00	CACHOEIRAS DE MACACU	050877/2010
6	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada (Duas Retroescavadeiras)	R\$ 300.000,00	CACHOEIRAS DE MACACU	006646/2010
7	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 350.000,00	CACHOEIRAS DE MACACU	050887/2010
8	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 450.000,00	CAMBUCI	050706/2010
9	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 450.000,00	CANTAGALO	050771/2010
10	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 500.000,00	CARDOSO MOREIRA	018449/2010
11	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 450.000,00	CARDOSO MOREIRA	050735/2010
12	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 250.000,00	CORDEIRO	050964/2010
13	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 450.000,00	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	053298/2010
14	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 300.000,00	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	066438/2010
15	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 450.000,00	IGUABA GRANDE	050888/2010
16	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 400.000,00	IGUABA GRANDE	065487/2010
17	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 400.000,00	ITABORAI	048772/2010
18	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 500.000,00	ITALVA	024675/2010
19	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 100.000,00	LAJE DO MURIAE	053490/2010
20	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 450.000,00	MACUCO	045194/2010
21	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Construção de tanques escavados implantação do projeto de criação de peixes em cativeiro.	R\$ 300.000,00	MANGARATIBA*	043842/2010

22	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Construção de Agroindústria e Aquisição de Equipamentos	R\$ 200.000,00	MENDES	024862/2010
23	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 200.000,00	MENDES	026959/2010
24	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 700.000,00	NOVA FRIBURGO	064250/2010
25	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 500.000,00	PARACAMBI	022646/2010
26	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 150.000,00	PARACAMBI	025711/2010
27	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Tratores de pneu	R\$ 150.000,00	PATY DOS ALFERES	027686/2010
28	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Aquisição de Retro-Escavadeira 4X4 e Caminhão Basculante.	R\$ 300.000,00	PINHEIRAL	017992/2010
29	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 300.000,00	PINHEIRAL	072517/2010
30	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 450.000,00	PORCIÚNCULA	025446/2010
31	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 500.000,00	PORCIÚNCULA	054033/2010
32	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 450.000,00	RESENDE	048977/2010
33	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 450.000,00	RIO BONITO	048673/2010
34	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Implantação de viveiros de mudas	R\$ 200.000,00	RIO CLARO*	051772/2010
35	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 400.000,00	RIO DAS FLORES	055081/2010
36	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Projetos de produtividade e qualidade do leite	R\$ 400.000,00	SANTO ANTÔNIO DE PADUA	061959/2010
37	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Construção de Viveiros de Muda	R\$ 150.000,00	SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	030555/2010
38	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 450.000,00	SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	050914/2010
39	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Trator Agrícola	R\$ 100.000,00	SAO JOSE DE UBA	030568/2010
40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 500.000,00	SAO JOSE DE UBA	064065/2010

41	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 400.000,00	SÃO PEDRO DA ALDEIA	061648/2010
42	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 450.000,00	SAO SEBASTIAO DO ALTO	031027/2010
43	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 200.000,00	SAPUCAIA	036881/2010
44	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 700.000,00	SAPUCAIA	068317/2010
45	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 700.000,00	SUMIDOURO	067877/2010
46	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 450.000,00	TANGUÁ	050260/2010
47	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 450.000,00	TRES RIOS	045196/2010
48	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 150.000,00	VALENCA	040006/2010
49	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 200.000,00	VALENCA	043161/2010
50	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 450.000,00	VALENCA	052947/2010
51	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Trator Agrícola e Implementos para preparação do solo	R\$ 200.000,00	VARRE-SAI	043308/2010
52	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do setor Agropecuário	Patrulha Mecanizada	R\$ 700.000,00	VASSOURAS	017740/2010

8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário – APPRODUTOR

As atividades nessa ação têm como objetivo de apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.

Em 2010, as atividades foram de acompanhamento de convênio e capacitação de servidores, conforme especificado:

- Realização de quatro visitas técnicas por FFA da SFA/RJ para o acompanhamento da execução e avaliação de convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Prefeitura Municipal de Mesquita.

- Realização de visitas técnicas por FFA da SFA/RJ para o acompanhamento da execução e avaliação de convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e as Prefeituras Municipais de Miracema, Itaocara, São Fidélis e Santa Maria Madalena.

8-INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.

A SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DECLARA, PARA FIM DO DISPOSTO NA LEI 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, QUE TODOS OS SERVIDORES QUE COMPÕEM O ROL DE RESPONSÁVEIS, INCLUSIVE O CONTADOR, APRESENTARAM DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS EXERCÍCIO 2010 - ANO BASE 2009.

9-INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:

- a) Ambiente de controle;
- b) Avaliação de risco;
- c) Procedimentos de controle;
- d) Informação e Comunicação;
- e) Monitoramento.

Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente					X

para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10-INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 5.940/2006.

Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses					X

produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	X				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?		X			
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11-INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
130063	5817.00002.500-6	Uso em Serviço Público	Bom	500.000,00	30/11/2003	937.119,92	0,00	0,00
130063	5819.00123.500-0	Uso em Serviço Público	Bom	178.720,20	30/11/2003	642.501,37	0,00	0,00
130063	5847.00045.500-2	Uso em Serviço Público	Ruim	141.980,00	30/11/2003	197.897,66	0,00	0,00
130063	5841.00003.500-4	Uso em Serviço Público	Bom	39.513,60	30/11/2003	122.654,13	0,00	0,00
130063	5843.00006.500-7	Uso em Serviço Público	Bom	155.250,00	30/11/2003	261.057,60	0,00	0,00

13006 3	5859.00002.500 -1	Uso em Serviço Público	Ruim	39.501,00	30/11/2003	142.446,84	0,00	0,00
13006 3	5879.00115.500 -0	Uso em Serviço Público	Bom	111.795.868,80	03/12/2003	111.995.868,80	0,00	0,00
13006 3	5895.00004.500 -9	Uso em Serviço Público	Bom	131.040,00	03/12/2003	218.659,00	0,00	0,00
13006 3	5865.00073.500 -3	Uso em Serviço Público	Bom	119.334,60	03/12/2003	248.076,20	0,00	0,00
13006 3	6001.01938.500 -6	Uso em Serviço Público	Bom	974.412,00	30/11/2003	2.042.087,00	1.320,00	0,00
13006 3	6001.02451.500 -1	Uso em Serviço Público	Bom	250.444,00	03/12/2003	1.218.979,85	0,00	0,00
13006 3	6001.03692.500 -5	Uso em Serviço Público	Bom	3.888.885,00	01/04/2007	8.857.396,06	3.000,00	42.100,00
13006 3	6001.02409.500 -2	Uso em Serviço Público	Bom	343.580,00	30/11/2003	7.069.562,80	10.000,00	45.630,00
Total							14.320,00	87.730,00

Fonte: Seção de Atividades Gerais - SPIUnet

12-INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:

- Planejamento da área;
- Perfil dos recursos humanos envolvidos;
- Segurança da informação;
- Desenvolvimento e produção de sistemas;
- Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	x				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	x				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	x				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	4 pessoas				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	x				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	x				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	x				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	x				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	x				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	x				

14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	x				
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13-INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS NºS 5.355/2005 E 6.370/2008.

Limite de utilização total da UG:	R\$100. 000,00	OBS: Conforme Ofício 078; 576/2008, encaminhado ao Banco do Brasil solicitando o limite de utilização da UG.
Natureza dos gastos permitidos:	3390.30.96	Material de consumo diversos em proveito desta SFA - RJ
	3390.39.96	Serviços diversos em proveito da SFA - RJ

	FATURA	SAQUE
ANO	VALOR	VALOR
2006	76.641,63	28.630,00
2007	96.278,50	48.323,00
2008	65.982,00	-
2009	55.417,35	-
2010	56.659,10	-

Não houve concessão de suprimento de fundos, na modalidade “saque”, no exercício de 2008, 2009 e 2010.

14-INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA, CONTENDO DECLARAÇÃO DO GESTOR DE QUE OS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA, BEM COMO DA CONTRAPARTIDA, COMPROVARAM, NO EXERCÍCIO, QUE ESTAVAM EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO AOS PAGAMENTOS DOS TRIBUTOS JUNTOS À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRFB, AO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS E À SEGURIDADE SOCIAL.

Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

NÃO HOUVE OCORRENCIA NO EXERCÍCIO

Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

NÃO HOUVE OCORRENCIA NO EXERCÍCIO

Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas

NÃO HOUVE OCORRENCIA NO EXERCÍCIO

Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas

NÃO HOUVE OCORRENCIA NO EXERCÍCIO

Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas

NÃO HOUVE OCORRENCIA NO EXERCÍCIO

Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas

NÃO HOUVE OCORRENCIA NO EXERCÍCIO

Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ

NÃO HOUVE OCORRENCIA NO EXERCÍCIO

Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

NÃO HOUVE OCORRENCIA NO EXERCÍCIO

Comunicações à RFB

NÃO HOUVE OCORRENCIA NO EXERCÍCIO

Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

NÃO HOUVE OCORRENCIA NO EXERCÍCIO

Ações da RFB

NÃO HOUVE NO EXERCÍCIO

15-INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UNIDADE JURISDICIONADA SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO.

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA NO PERÍODO

Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA NO PERÍODO

Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA NO PERÍODO

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

Declaração Plena do Contador

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINT.FED.DE AGRIC.,PEC.E ABASTECIMENTO/RJ			130063
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 142900000. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Rio de Janeiro	Data	31/12/2010
Contador Responsável	Alberto Gerônimo Pereira	CRC nº	006624-T

16-INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO.

A Controladoria-Geral da União no Estado do Rio de Janeiro encaminhou somente um ofício a SFA-RJ no exercício de 2009, a saber:

UG	Documento/ Data	Recomendação	Providência Implementada
130063 SFA-RJ	OFÍCIO Nº 7515/2009 CGU/RJ	Que a SFA/RJ proceda a abertura de processo de licitação a fim de selecionar empresa (s) prestadora(s) de serviços de telefonia fixa e móvel, mantendo um único contrato para cada uma delas.	Através do processo MA 21044.001483/2009-70 – Pregão Eletrônico nº 005/2009 foi celebrado contrato nº 97/2009 objetivando a prestação de serviços de telefonia fixa. Através do processo MA 21044.001483/2009-70 – Pregão Eletrônico nº 003/2009 foi celebrado contrato nº 96/2009 objetivando a prestação de serviços de telefonia – ligações interurbanas. Através do processo MA 21044.001791/2009-03 – Pregão Eletrônico nº 031/2008 foi celebrado contrato nº 94/2009 objetivando a prestação de serviços de telefonia celular.

A Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com base no Relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho que foi constituído através da Portaria nº 75/2009 encaminhou o FAX/SE/GAB/Nº. 181/2009, solicitando as seguintes providências:

UG	Documento/Data	Recomendação	Providência Implementada
13006 3 SFA- RJ	FAX/SE/GAB/Nº 181/2009	Item 1 - Preparar Plano de Providências Permanente, com base no Relatório na forma regulamentada pela CGU, de forma a aplicar com efetividade as medidas recomendadas e reduzir os custos operacionais administrativos.	Serviço de Vigilância: Retirada do circuito interno TV de todos os postos. Supressão de mais 1 posto de vigilância (diurno) na unidade do Maracanã. Supressão de mais 1 posto de vigilância (diurno) na unidade de Campos dos Goytacazes. Supressão de mais 1 posto de vigilância do Gabinete 44 Horas/semanais. Serv. de Ascensorista: Supressão de 2 ascensoristas (extinção do contrato). Serviço de Limpeza: Supressão de mais 6 servidores do edifício-sede, mais 1 do Laboratório de Classificação, mais 4 do LANAGRO, mais 4 da Fazenda de Santo Antônio, 1 da unidade de Niterói, 1 da unidade de Macaé. Serviço de Telefonia: Supressão de 1 técnico de telefonia – residente. Cancelamento de todos os aparelhos de telefonia – NEXTEL. Locação de Máquinas Copiadoras: Supressão de mais 5 máquinas copiadoras, sendo 3 no edifício-sede, no complexo de laboratórios e 1 da unidade de Niterói.
		Item 2 - Iniciar os procedimentos para a realização de certames licitatórios considerando as inconsistências e inconformidades, bem como a constatação de que a vigência de vários contratos terminam em 31 de dezembro próximo.	A Divisão de Apoio Administrativo providenciou a realização de novos procedimentos licitatórios para a prestação dos serviços de: Telefonia: 2 operadores da mesa telefônica (em andamento) Manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais (concluído). Reserva e fornecimento de passagem aérea (concluído). Fornecimento de combustíveis e lubrificantes automotivos (concluído). Com relação ao contrato de vigilância e limpeza as contratadas concordaram em manter seus preços obedecidos aos limites de preços fixados pela Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
		Item 3 - Programar no referido Plano de Providência Permanente a transferência do laboratório e a cessão de imóvel ao MEC, pela possibilidade de gerar economia superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por ano.	1) Fazenda de Santo Antônio no Município de Cambuci / RJ – Foi autuado processo na SFA/RJ de nº 21044.003910/2009-54, que se na Secretaria do Patrimônio da União para análise quanto cessão definitiva do imóvel para o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE. 2) Transferência do Complexo de Laboratório – Durante a visita do Chefe de Gabinete do Secretário-Executivo deste Ministério na SFA/RJ foi apresentada uma proposta de adequação nas dependências da SFA/RJ para instalação dos laboratórios de análises de bebidas, vinagres e microbiologia e classificação de sementes. 3) Unidade Regional de Niterói – Esta unidade encontra-se sem atividade funcional. Está à disposição da Coordenadoria de laboratórios para avaliar a possibilidade de instalação dos laboratórios de análises de bebidas, vinagres e microbiologia.